

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

EMANUELLE KOPANYSHYN

**A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São
Carlos e Assis**

**São Carlos
2015**

EMANUELLE KOPANYSHYN

A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

**São Carlos
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

K83ap Kopanyshyn, Emanuelle
A ação política dos bispos católicos na ditadura
militar : os casos de São Carlos e Assis /
Emanuelle Kopanyshyn. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
130 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2015.

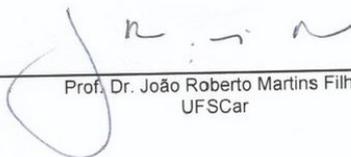
1. Igreja católica. 2. Ditadura militar. 3. São
Carlos. 4. Assis. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

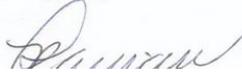
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Emanuelle Kopanyshyn, realizada em 12/03/2015:



Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
UFSCar



Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar



Ao meu orientador, cujos zelo e competência me inspiraram; à minha mãe e aos meus irmãos, pela compreensão de minhas ausências; ao Helder pelo cuidado comigo e por ser meu suporte dia após dia; aos amigos que me receberam sempre de braços abertos; àqueles que me apadrinharam material, humana e academicamente, uma lista extensa de pessoas admiráveis, sem as quais não poderia completar mais essa etapa: o meu respeito e a minha mais profunda gratidão.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis.

RESUMO

A literatura acadêmica frequentemente referencia a articulação da Igreja Católica, no período do regime militar no Brasil (1964-1984), ora em seu apoio ao golpe, ora na resistência democrática - sobretudo após 1968 - com campanhas internacionais, notas públicas, articulação de Comissões de Justiça e Paz, denúncias pastorais, etc. Os bispos, entretanto, nunca compuseram um bloco monolítico. O presente estudo considera a heterogeneidade do clero católico e das particularidades políticas de cada região durante a ditadura militar no Brasil, sugerindo que para cada bispo, o peso da unidade em torno da sua instituição, somado a cada contexto local e à concepção de prática da mensagem religiosa, pode ser o eixo explicativo para o seu posicionamento, de modo a trazer novas perspectivas de análise qualitativa das relações políticas entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil durante o regime militar. O objetivo específico da pesquisa é investigar a atividade política dos bispos da Igreja Católica nas dioceses do interior de São Paulo sediadas nas cidades de São Carlos e Assis. Os resultados do trabalho pretendem responder às lacunas da literatura sobre o tema, que até agora focou majoritariamente no que foi considerado o progressismo do clero, nos grandes centros populacionais ou no plano nacional

Palavras chave: Igreja Católica; Ditadura Militar; São Carlos; Assis.

**The political action of the Catholic bishops in the military dictatorship: cases of
São Carlos and Assis city**

ABSTRACT

The academic literature often references the articulation of the Catholic Church in the period of the military dictatorship in Brazil (1964-1984), sometimes supporting the coup, sometimes taking part in the democratic resistance - especially after 1968 - with international campaigns, official statements, articulation for the Committee for Justice and Peace, claims from catholic pastoral groups, etc. The bishops, however, never built a monolithic block. This study considers the heterogeneity of the Catholic clergy and political specificities of each region during the military dictatorship in Brazil, suggesting that for every bishop, added to each local context and to the practice concept of the religious message, the weight of the union around his institution may be the explanatory axis for his position in order to bring new perspectives for qualitative analysis of political relations between the Catholic Church and the State in Brazil during the military dictatorship. The specific aim of this research is to investigate the political activity of the bishops of the Catholic Church in São Paulo state dioceses based in São Carlos and Assis. The results of the study are expected to respond to literature gaps on the subject, which until now have mainly focused in the progressive clergy, either in major population centers or in a national level.

Keywords: Catholic Church. Military dictatorship. São Carlos. Assis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACB – Ação Católica Brasileira.
- ACO – Ação Católica Operária
- AI – Ato Institucional
- ALN – Ação Libertadora Nacional
- AP – Ação Popular
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- CAASO – Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, da Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos
- CCC – Comando de Caça aos Comunistas
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano
- CGI – Comissão Geral de Investigações
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CODI- Centro de Operações de Defesa Interna
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Organização nacional da Igreja no Brasil que se reúne regularmente para discutir questões religiosas, sociais e políticas
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CPT- Comissão Pastoral da Terra
- DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- DOI – Destacamento de Operações e Informações
- DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- JEC – Juventude Estudantil Católica
- JOC – Juventude Operária Católica
- JUC – Juventude Universitária Católica
- LEC – Liga Eleitoral Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

SNI – Serviço Nacional de Informações. Agência de inteligência do governo criada no regime militar em 1964

TFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Terra, Família e Propriedade

UCF – União Cívica Feminina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1- IGREJA CATÓLICA: VERTENTES IDEOLÓGICAS E POLÍTICA NO BRASIL	21
1.1 - IGREJA E ESTADO NO BRASIL: UMA BREVE TRAJETÓRIA	21
1.2 - OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA E DA IGREJA CATÓLICA NA AMÉRICA LATINA	23
1.3 - DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO AO ANTICOMUNISMO CATÓLICO: VERTENTES IDEOLÓGICAS EM PAUTA	27
1.4 - A ATUAÇÃO DOS BISPOS CATÓLICOS NA DITADURA MILITAR: UM PANORAMA HISTÓRICO	38
1.5 – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E SUAS LACUNAS	51
2 - A DIOCESE DE SÃO CARLOS	54
2.1 - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE SÃO CARLOS NO PERÍODO QUE ANTECEDEU O REGIME MILITAR	58
2.2 - SÃO CARLOS E O REGIME MILITAR: A HISTÓRIA POLÍTICA E A AÇÃO DO EPISCOPADO.....	66
2.3 - ANÁLISE DA AÇÃO POLÍTICA DE DOM RUY SERRA.....	77
3 – A DIOCESE DE ASSIS	79
3.1 – O ANOS QUE PRECEDERAM O GOLPE MILITAR EM ASSIS.....	84
3.2 – ASSIS NO PERÍODO DO REGIME MILITAR: HISTÓRIA POLÍTICA PARTICIPAÇÃO DA IGREJA.....	88
3.3- ANÁLISE DA AÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA EM ASSIS.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE	107

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica e o Estado são duas das instituições mais presentes na história da sociedade brasileira e, não raro, as com influências mais profundas e arraigadas no comportamento dos atores sociais no Brasil. Ora compactuando, ora em conflito, a relação entre essas duas instituições foram e tem sido objeto de muitos estudos nas ciências humanas e sociais. A Igreja Católica, se analisada por seu caráter institucional, possui um aparato político ideológico muito bem constituído, que, durante o regime militar (1964-1985) teria se destacado pela atuação de alguns de seus principais prelados como fonte de oposição, sobretudo a partir de 1968, com a intensificação das práticas repressivas por parte do governo, se tornando um dos poucos espaços flexíveis para o exercício de uma resistência democrática. Apesar da grande visibilidade que alguns setores da sociedade e a própria literatura analítica nos primeiros anos deste tema deram aos bispos tidos como progressistas no período mais agudo da ditadura, no interior da hierarquia eclesiástica, muitos bispos não assumiram uma postura crítica ao regime militar, sobretudo nas regiões do país em que o tradicionalismo é intenso ou em dioceses situadas em regiões com menos agitação político social ligada à esta situação política. Por meio do estudo das dioceses de Assis e São Carlos, situadas no interior do estado de São Paulo, pretende-se examinar as relações da Igreja Católica com o regime militar nas particularidades locais.

De um modo geral, a literatura que analisa a Igreja Católica deste período se posiciona em dois extremos: de um lado, o de uma instituição de controle social, que emprega o simbolismo e as tradições religiosas como forma de influenciar diretamente a ordem social e política vigente e cujo posicionamento deriva de uma tentativa de preservação organizativa, que se sobreporia ao religioso; de outro, tem-se a Igreja como uma instituição eclesiástica, na qual a dimensão religiosa assume certa centralidade que pode influenciar questões organizativas e, por conseguinte, o posicionamento institucional da política em voga.

Na América Latina, a partir da década de 1950, surge dentro da Igreja Católica uma vertente teológica, filosófica e político-social muito ligada à questão do desenvolvimento e do combate à pobreza. Essa vertente foi classificada como *progressismo católico* e abriu para historiadores e cientistas sociais uma agenda de pesquisa acerca dessa inovação interna da instituição, fenômeno com fundamental repercussão no pensamento e no comportamento político de seus atores, em toda a segunda metade do século XX. Esta literatura é, portanto, de grande importância como

ponto de partida para a compreensão da ação política da Igreja Católica durante a ditadura militar.

Esses pesquisadores usaram para a análise a classificação polarizada entre duas categorias: progressistas e conservadores, onde os primeiros seriam os bispos cujo discurso se aproximava muito do tema da justiça social e de uma Igreja mais contestatória e próxima dos pobres e os conservadores aqueles que prezavam mais pelas formas tradicionais do exercício da fé. No entanto, é preciso considerar que os bispos nunca foram um bloco monolítico: eles mantinham suas convicções singulares acerca das formas de ação pastoral ao mesmo tempo em que percebiam o peso da unidade em torno da sua instituição. Os conflitos Igreja-Estado têm limites estabelecidos pela ordem jurídica e pelo Estado secular: como uma organização transnacional, as atividades da Igreja dependem da autorização governamental e da preservação da ordem social. Por conta dessa complexidade, as fontes bibliográficas não contemplam todas as dimensões analíticas. A tendência dos estudos sobre a Igreja hoje já não assume mais classificações rígidas e binárias dos bispos e se propõe a entender o dinamismo social de cada campo e as trajetórias particulares dos atores analisados.

Nos estudos sobre a hierarquia católica, as análises institucionais são predominantes até meados da década de 1970, com os chamados brasilianistas à frente. Ralph Della Cava (1975) ressalta em seus estudos o quanto a literatura sobre a Igreja Católica vem confirmar “as projeções dos cientistas sociais acerca da capacidade do catolicismo latino-americano de promover mudanças sociais” (p.35). O autor afirma que a questão central da sobrevivência do catolicismo na sociedade brasileira teria sido até então justamente a sua capacidade de se tornar a religião do Estado, da nação e de suas elites dominantes. Com exceção do período da República Velha (1889-1930), em que há uma relativa radicalização dos ideais secularizantes do iluminismo, como a laicidade do Estado, o Estado brasileiro – a despeito de sua ideologia – teria aceitado esse arranjo. Isso garantiria à Igreja Católica um conjunto de privilégios (especialmente em assuntos educacionais e sociais) que nenhuma instituição brasileira, religiosa ou de qualquer outro tipo, gozara (DELLA CAVA, 1975, p. 10). O conflito de parte do clero católico com o governo na ditadura militar seria justamente fruto de uma mudança dessa perspectiva elitista em boa parte da hierarquia, que a aproximou do discurso da justiça social e colocou Igreja e Estado em conflito de interesse, de maneira inédita na história do Brasil.

Thomas Bruneau analisa o processo histórico-institucional da Igreja no Brasil, formulando uma hipótese acerca da dinâmica da mudança dentro da instituição. Para ele,

as mudanças ocorridas na Igreja Católica seriam resultado de uma motivação de autopreservação e auto reprodução institucionais, uma espécie de resposta às ameaças de uma sociedade em contínua transformação. A dimensão religiosa (que o autor constitui nas categorias “*princípios de fé*” e “*missão evangelizadora*”) da Igreja não é a questão que se põe no centro de sua pesquisa, mas a mensagem doutrinária católica, isto é, sua ‘capacidade de influenciar’, de ditar as normas de conduta para a sociedade viver com mais intensidade o que considera como aspectos de fé. A Igreja é enfocada como um produto “quase natural das necessidades e pressões sociais, conservando-se um organismo sensível e adaptável” (BRUNEAU, 1979, p.16). Assim, a partir da década de 1950, a Igreja teria feito o que o autor chamou de *reorganização da sua abordagem de influência*, ou seja, um aprimoramento dos instrumentos capazes de lhe permitir vínculos com a sociedade em dois campos de ação: mudanças estruturais e ‘grupos de pressão’ que garantissem importantes prerrogativas ao catolicismo.

Uma alternativa aos modelos de análise institucionais sobre a Igreja Católica foi o estudo de Souza e Lima (1979). O autor destaca a falta de homogeneidade na Igreja, ou seja, o quanto ela é permeada por contradições, tensões e conflitos sociais da sociedade de classes. Faz, então, uma avaliação mais complexa do processo de mudança do catolicismo, isto é, sua *reorientação institucional*¹ a partir da distinção analítica em três categorias: a) *Igreja*, como o mundo clerical, compostos de bispos, arcebispos, cardeais e clérigos (padres, freiras e religiosos); b) *católicos organizados*, que são os leigos e fieis organizados de forma autônoma ou dependente de orientação e controle por parte da hierarquia da Igreja; c) *espaço social católico*, uma união dos dois âmbitos: Igreja e católicos organizados. A tese que norteia o estudo de Souza Lima é a de que ao incorporar diversos segmentos de classe, a Igreja Católica trouxe para seus cenários de discussão e decisão os antagonismos e contradições da própria estrutura social na qual está inserida. Assim, a Igreja que apoiara tacitamente a intervenção militar na política², continuaria dividida nos primeiros anos do regime e só começaria a constituir um foco divergente do governo quando as mudanças institucionais promovidas pelo regime militar se tornaram entrave às suas alianças de classe no poder:

¹ Segundo Souza Lima (1975, p. 42), são mudanças de caráter político-ideológico, no sentido que o marxismo atribui ao termo ideologia, ou seja, fomento simbólico de representação de classe.

² Veja-se, por exemplo, a Declaração Oficial elaborada pelos bispos representantes da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, reunidos entre 17 e 29 de maio de 1964, que divulgaram um documento de apoio ao novo governo, dirigindo-se a todos os membros da Igreja, aos fiéis e a população em geral. (CANCIAN, 2005, p.25)

O deslocamento da Igreja para a Oposição seria consequência lógica da integração da instituição, do seu acomodamento, à extensa frente de objetivos e interesses sociais antagônicos ao regime. Os interesses objetivos dessas diversas classes e frações de classe teriam influído, assim, na determinação das posições da Igreja (...). É perfeitamente possível que a ausência de canais políticos de participação tenha acelerado a internalização das contradições sociais pela grande instituição e que sua posição seja resultante da posição de diversas classes. (SOUZA LIMA, 1979, p.61)

Por sua vez, Mainwaring (1989) se destaca por uma metodologia mais weberiana, trabalhando com a categoria *identidade institucional da Igreja*, que lhe permitiu conceber as mudanças de objetivo do catolicismo brasileiro subordinadas sempre à doutrina e à teologia eclesiástica. Para ele, as divisões eclesiásticas são condicionadas por diferentes concepções de ‘missão’, que orientariam os diferentes membros da Igreja e as justificativas para os seus posicionamentos, inclusive políticos, se encontrariam no campo religioso e simbólico.

O filósofo Roberto Romano (1979) critica as análises conjunturais por considerar que elas subvalorizam o discurso teológico na análise política. O autor analisa os discursos católicos e reflete sobre a auto representação da Igreja no Brasil, já que parte do pressuposto de que os membros da Igreja agem fundamentados em motivos próprios e têm uma maneira específica de manifestá-los. Apesar de seu caráter tradicionalista, a Igreja não teria se limitado a resistir a outras culturas secularizantes, mas criado suas próprias vanguardas intelectuais, não se trataria de uma instituição com autonomia absoluta, nem pautada somente por interesses institucionais, mas inserida no diálogo constante com a ordem social.

Segundo ele, no período do regime militar, vendo-se excluída da esfera pública, a Igreja, a um só tempo, levantava a suspeita da legitimidade do governo e recomendava aos fiéis o estrito cumprimento das leis estabelecidas. Teria sido, então, essa recomendação que lhe garantiria a possibilidade, ao longo de todo o regime, de abertura ao diálogo com os poderes políticos, barganhando para que um conjunto específico de reformas sociais fosse realizado sem atingir substancialmente a propriedade privada e garantindo parcela substantiva da hegemonia cultural e política. Assim, a atitude política assumida pela Igreja teria ao mesmo tempo reforçado o poder que criticavam - via defesa da ordem - e aberto espaço para que sofressem a repressão por parte do regime (ROMANO, 1979, p.253): o discurso eclesiástico, mesmo em seus momentos mais radicais teria se insurgido contra o abuso do direito de propriedade, mas nunca contra seu

uso; contra a dominação exclusiva do Estado, mas não contra seu princípio que, segundo o Magistério, seria natural. Romano considera que Igreja estaria sofrendo um choque de modernização ao mesmo tempo em que se modernizava para enfrentar esse choque. Essa era a principal contradição institucional vivenciada no período da ditadura militar.

Kenneth Serbin escreveu duas importantes obras sobre o tema: *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil* (2008) e *Diálogo na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (2001). Na primeira obra citada, Serbin traçou um histórico da presença da Igreja no Brasil, em seu forte entrelaçamento político e simbólico-religioso com a sociedade, analisando a forma do engajamento da Igreja nos conflitos sociais, com foco na formação do clero, sobretudo nos seminários. Já em *Diálogo nas Sombras*, Serbin trata das reuniões que foram feitas por um grupo que tentou amenizar os conflitos entre o Estado e a Igreja, no âmbito nacional, no período da ditadura, que ficou conhecido como *Comissão Bipartite*. Formada por religiosos, intelectuais católicos, militares e oficiais representantes do Serviço Nacional de Informação, essa comissão tinha a função de canalizar o conflito entre as duas instituições e, se fosse possível, solucioná-los a partir do diálogo e de algumas concessões.

A proposta de abordagem: a particularidade e a institucionalidade como superação da polarização

A literatura aqui apresentada explora a temática das relações da Igreja Católica com a ditadura militar, oferecendo possibilidades de interpretação para a ação política do clero no período, com destaque para o pensamento institucional e/ou para a atuação de alguns bispos. Contudo, ainda há algumas lacunas na literatura, sobretudo nos casos de bispos com menor visibilidade em âmbito nacional, que ainda não foram objetos de análise da Ciência Política e a ação política dos bispos não pode ser vista de forma homogênea. Um estudo dos casos das dioceses no interior dos estados permite refinar a análise sobre a dimensão dos episcopos que aderiram à oposição, a influência que os mesmos tiveram sobre os atores sociais, seja para um diálogo com as vertentes consideradas progressistas, seja para o apelo à legitimidade das ações dos militares, devido ao prestígio da Igreja Católica e seu envolvimento com o poder local.

O presente estudo visa responder a esta lacuna, focando as dioceses de Assis e São Carlos, para compreender de que forma o bispo se posicionava no cenário político. O episcopado e sua ação política será a unidade de análise aqui utilizada: os bispos são

autoridades religiosas, mas também figuras públicas, líderes que tiveram autoridade para legitimar o regime militar ou questionar tal legitimidade. Tiveram, portanto, um papel fundamental nas relações sociais e políticas estabelecidas pelos católicos, sendo os representantes legais da Igreja Católica, com um poder substancial a exercer, por pertencer a uma instituição de prestígio, influente e transnacional.

Para a análise da atuação política dos bispos católicos na ditadura militar, adota-se aqui alguns pressupostos teóricos:

1. A Igreja Católica é uma instituição com caráter normativo e que envolve pressupostos de poder, ou seja, pressupostos políticos;
2. A Igreja possui um aparato ideológico inegável, com canais de expressão bem consolidados e influentes;
3. Por seu alcance e extensão, a Igreja é internamente permeada pela pluralidade e, muitas vezes, por contradições;
4. Partindo da abordagem de Mainwaring e Romano, adota-se a análise que vê a Igreja Católica como uma instituição onde a dimensão religiosa tem centralidade, o que influencia diretamente as questões organizacionais e posicionamentos políticos assumidos.

Dentro dos objetivos específicos está o de investigar como se dava a rede de relações que os bispos das citadas dioceses mantinham com a comunidade, os grupos e os segmentos da sociedade civil à qual estavam inseridos, pois isso possibilita ampliar qualitativamente o entendimento ação desses atores sociais e as condições e ferramentas das quais dispunham para a ação política; determinada ação ou inação pode ser avaliada a partir da perspectiva de análise da rede de relações.

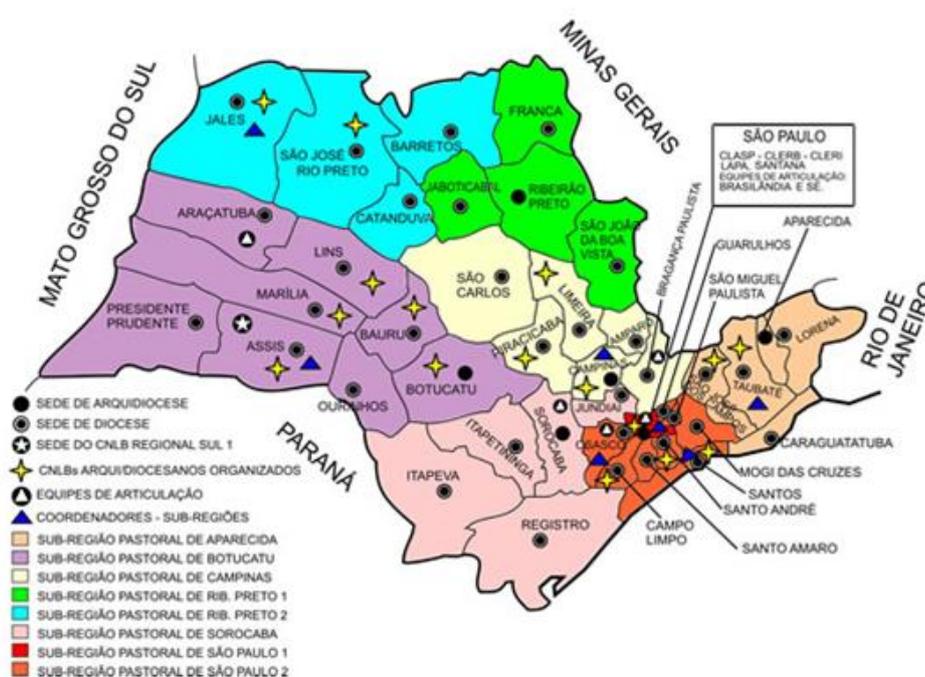
Outro objetivo que a pesquisa pretendeu alcançar foi um panorama da história do regime militar nas regiões em que as dioceses se encontram. É escassa a literatura sobre esse período em questões locais e foi necessário antes de focar no objeto Igreja Católica, percorrer esse campo ainda a ser consolidado de análise da dinâmica histórica regional. De um modo geral, a repressão policial-militar direcionada aos quadros eclesiásticos foi determinante para ação dos bispos, naquilo que Mainwaring chamou de posicionamento crítico da Igreja Católica em relação ao Estado.

A escolha do estado de São Paulo envolve o fato desse estado brasileiro ser o principal polo político-econômico do país, que, embora tenha grandes centros progressistas, como a própria Arquidiocese de São Paulo, com Dom Paulo Evaristo Arns

à sua frente, pode apresentar também forte tradição conservadora em seu interior, ligada, sobretudo, a uma herança da produção rural e à valorização da ordem e da autoridade.

Dentro do estado de São Paulo, duas dioceses foram selecionadas para serem analisadas como estudos de caso: Assis e São Carlos. Elas pertencem a províncias eclesiásticas diferentes e atendem a demandas específicas na distribuição econômica e territorial do interior do estado, além do quesito demografia, número de regiões pastorais e relevância estrutural à cúria romana³ na fundação histórica das dioceses. A figura 1 apresenta a divisão atual das dioceses no estado, além de informações pastorais relacionadas a esta geografia.

Figura 1 – Divisão atual das dioceses do estado de São Paulo



Fonte: Site oficial da Diocese de Ourinhos

O recorte temporal mais amplo é o do período do regime militar, portanto de 1964 a 1985. Mais especificamente, o estudo procurou focar a fase conhecida como os “anos de chumbo”, que coincidiram basicamente com o período de governo do general Médici, período conflituoso de setores da Igreja com o governo militar e palco de importantes acontecimentos históricos relacionados ao tema, como veremos no primeiro capítulo.

³ Cúria Romana é o corpo administrativo da Igreja Católica, auxiliando o Papa a exercer seu poder de forma unificada pelas dioceses do mundo.

Segundo Serbin (2001, p. 320), a era Médici foi decisiva na construção do compromisso da Igreja Católica brasileira com a luta dos direitos humanos. A tortura afetou profundamente a *intelligentsia* (inclusive a mídia), a classe média e o clero pela primeira vez no país.

Nesse quadro, formulamos as seguintes questões de pesquisa: a) Como era o cenário político das regiões de São Carlos e Assis no período do Regime Militar? b) Qual era o cenário organizacional, pastoral e simbólico evidente na Igreja Católica na circunscrição das dioceses de São Carlos e Assis c) Como se deram as relações da Igreja Católica com o Estado no período do regime militar nas dioceses de São Carlos e Assis?

A pesquisa tem duas fontes principais: 1) a de caráter documental, na qual foi priorizada a consulta da imprensa local, de documentos disponíveis das cúrias diocesanas, os livros de história local/regional, e os arquivos públicos municipais e estaduais; 2) entrevistas de pessoas que estavam nas redes sociais que são objetos dessa pesquisa, com recurso à metodologia da história oral (a lista de entrevistas se encontra em apêndice).

O institucionalismo histórico

Um aspecto consensual entre os estudiosos do tema é que a repressão política contra os quadros eclesiásticos fomentou um consenso interno em defesa da institucionalidade do catolicismo. Como o foco da análise desta investigação está no comportamento político dos bispos, os representantes legais da Igreja como instituição, recorreu-se à teoria do *institucionalismo histórico*, uma das vertentes do chamado “novo institucionalismo”, para orientar a análise. Segundo Person (1996, p.152) “o surgimento do novo institucionalismo na Ciência Política reflete um renovado interesse pelo próprio modo como arranjos relativamente estáveis e rotineiros estruturam o comportamento político”. O “novo institucionalismo” é, segundo Peres (2008), uma revolução de paradigma epistemológico que envolveu um processo de síntese com a abordagem comportamentalista que foi hegemônica entre 1940 e 1960 e um processo de articulação sintética de elementos do próprio comportamentalismo que se convencionou chamar de “antigo institucionalismo”.

Essa teoria coloca as instituições como variáveis explicativas para a dinâmica dos atores. O processo de tomada de decisão é analisado num contexto em que as preferências já estão estruturadas e são restringidas por certo arranjo institucional (PERES, 2008). Uma vez que este estudo analisa as relações entre a Igreja Católica e o Estado, duas

instituições que, como tais, apresentam seus fatores de constrangimento e de estruturação das ações dos atores, tal teoria possibilita limitar os cursos de ação possíveis e estabelecer a escala de racionalidade entre eles. Para que se possa esclarecer quais os procedimentos fundamentais desta teoria, recorre-se aqui a Peter A. Hall e Rosemary C.R. Taylor (2003, p. 196):

Em primeiro lugar, esses teóricos [do institucionalismo histórico] tendem a conceituar a relação entre as instituições e o comportamento individual em termos muito gerais. Segundo, eles enfatizam as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições. Em seguida, tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas. Enfim, elas buscam combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as ideias, a esses mesmos processos.

Analisar ou classificar é sempre um desafio para os pesquisadores. Contudo, se faz necessária a delimitação do conceito de ideologia que usaremos. Para Thompson (1995), é preciso considerar o uso do termo “ideologia” sempre no sentido de algo “a serviço do poder”. Dessa forma, a investigação das ideologias exige uma busca das maneiras como o sentido de determinada ideologia é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde falas linguísticas cotidianas até imagens ou textos complexos:

Ele [o estudo das ideologias] exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos para estabelecer e sustentar relações de dominação. (...) Desafiamos a estudar as formas simbólicas à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir. (THOMPSON, 1995, p. 16)

As principais categorias que serão analisadas qualitativamente serão: 1) o posicionamento ideológico do epíscopo e ação política dentro do período recortado; 2) a criação da Comissão de Justiça e Paz na diocese; 3) incentivo às pastorais sociais (Pastoral da Terra, Juventude Operária Católica, Movimento de Educação de Base, etc.); 4) ações em favor de ou de crítica aos perseguidos políticos; 5) contestação ou legitimação pública das estratégias do governo; 6) relações do bispo com os padres, seus

subordinados, que demonstrassem características progressistas ou consideradas subversivas ao governo.

Os capítulos

O primeiro capítulo deste estudo tem a finalidade de introduzir o leitor às questões teóricas e aos contextos históricos. Após um histórico das relações da Igreja Católica com o Estado no Brasil, analisaremos o surgimento de um novo impulso ideológico e político ligado a questões sociais no catolicismo que ficou conhecido como progressismo latino-americano, bem como a força que lhe foi contrária, o ultramontanismo⁴ e o forte anticomunismo católico. Este capítulo nos ajudará a visualizar as correntes ideológicas em disputa no cenário da instituição e entender as formas de manifestação nas ações em relação ao Estado nos capítulos empíricos. Os capítulos que se seguem serão os estudos de caso das dioceses de São Carlos e Assis, as características ideológicas dos bispos, sua relação com o poder local e regional e o uso de seu aparelho institucional em relação às correntes ideológicas em disputa.

As análises seguintes poderão ajudar a revelar uma parcela da história do período da ditadura militar e as dimensões da ação da Igreja Católica nesse momento político-social do Brasil, bem como a legitimidade/ilegitimidade das ações do governo militar.

⁴ O Ultramontanismo é uma prática política da Igreja católica que reivindica a autoridade da Igreja Romana sobre a Igreja Católica no mundo todo em questões de disciplina e fé.

1 – IGREJA CATÓLICA: VERTENTES IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS NO BRASIL

Este capítulo pretende responder a três questões principais: 1) Como se deu a trajetória histórica das relações da Igreja Católica com o Estado no Brasil? 2) Como se desenvolveu a tensão interna na Igreja Católica, a partir da segunda metade do século XX e quais foram suas principais correntes? 3) Que acontecimentos históricos relacionando bispos e o regime militar tiveram mais destaque na literatura? Ao responder a essas perguntas, pretendemos entender a evolução do pensamento político da Igreja para podermos avançar na análise dos estudos de caso das dioceses, durante o regime militar de 1964-1985.

1.1 - IGREJA E ESTADO NO BRASIL: UMA BREVE TRAJETÓRIA

As relações políticas da Igreja Católica com o Estado no Brasil tiveram suas particularidades em cada momento histórico. Desde a colonização até a criação das Comunidades Eclesiais de Base, as elites dirigentes das duas instituições negociam símbolos e influência social e política em proporções distintas.

No território que veio a constituir o Brasil, a América Portuguesa, vigorava um sistema de relação conhecido como padroado: entre o Papa e Igreja, interpunha-se o rei de Portugal. Segundo Thomas Bruneau (1979, p.23), por meio de bulas papais, a Santa Sé negociou com os monarcas portugueses (bem como os espanhóis) os benefícios mútuos que alcançariam ao exercer a dupla autoridade sobre a estrutura político-administrativa do período colonial, dando a esta uma dimensão religiosa e garantindo algumas prerrogativas à Igreja Católica. A Mesa da Consciência e Ordens de Portugal determinava a nomeação dos bispos nas colônias e a destinação dos recursos da Igreja.⁵ O rei garantia a difusão do catolicismo entre seus súditos e recolhia o dízimo e, de sua parte, a Igreja legitimava o poder da coroa. Atrelada a Lisboa, a hierarquia da Igreja na América conservou grande autonomia em relação a Roma.

Mesmo depois da independência do Brasil, no período imperial, as ordens religiosas eram proibidas de acatar qualquer autoridade estrangeira, os bispos eram eleitos

⁵ Esse órgão foi instituído em 1532, por D. João III, com intuito de centralizar as mais importantes decisões relacionadas a Portugal e aos seus territórios.

internamente e não selecionados pela Cúria Romana. Bruneau resume a situação: “Durante esse tempo [o período imperial] a Igreja foi tratada como um órgão qualquer do governo” (1974, p.27). O Regente Feijó, que era padre, pretendeu, inclusive, criar uma Igreja independente de Roma, mas sua proposta foi recusada em 1827. O surgimento dos primeiros atritos entre Igreja e Estado no Brasil se deu por volta de 1845, quando o clero reivindicava mais autonomia em relação ao Ministério da Justiça Imperial, que determinava a nomeação dos vigários e os livros estudados nos seminários.

Em 1874, eclode o conflito imperial que ficou conhecido como a *Questão Religiosa*, com a prisão, julgamento e condenação de dois bispos influentes, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom Macedo da Costa. Sob as diretrizes do Concílio Vaticano I (1869-1870) e orientações do papa Pio IX, a Igreja esforçou-se por restabelecer a autoridade romana sobre as organizações eclesiásticas nacionais que funcionavam em regime de padroado. Iniciou-se também a partir deste marco um conflito entre as diretrizes da Santa Sé e as ordens e irmandades maçônicas, consideradas antirreligiosas por Pio IX. A gravidade desse conflito no período imperial brasileiro fica evidente diante do fato de que as lojas maçônicas foram palco central de muitas decisões políticas do governo brasileiro no século XIX. Segundo José Murilo de Carvalho (1981, p.147), o conflito não se tratava diretamente da participação dos padres na política, mas da tentativa da hierarquia em definir uma política para a Igreja perante o Estado e a ênfase na lealdade eclesiásticas necessariamente levaria ao conflito com a lealdade política ao Estado. O Império, por sua vez, insistia em não abrir mão do controle da Igreja, porque além de ser um recurso administrativo barato (na década de 1870, os párocos recebiam do governo o equivalente ao salário de um proletário burocrático), possuía influência sobre a população da qual o governo indiretamente se beneficiava (*Ibidem*).

Com a Proclamação da República, em 1889, a Igreja enfrenta a separação do Estado, considerado laico a partir de então. A instituição eclesiástica passa por uma reestruturação, focando-se em ampliar influências, sobretudo no campo educacional (CANCIAN, 2011, p.22), até o bispo Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) reaproximar os interesses Igreja-Estado com o então presidente Getúlio Vargas. Dom Leme cria, em 1932, a Liga Eleitoral Católica, que atua como grupos de pressão do eleitorado católico e consegue incorporar algumas prerrogativas da Igreja na Constituição de 1934, preservadas na de 37.

A separação entre Igreja e Estado foi oficialmente mantida, mas a Constituição foi promulgada em nome de Deus; a Igreja pode oferecer assistência espiritual nos órgãos públicos administrativos civis e militares; atos oficiais e solenidades públicas passaram a ser precedidas de cerimônias religiosas; o casamento religioso foi reconhecido e o divórcio proibido e, finalmente, o mais importante: o ensino religioso foi oficializado nas escolas públicas e o governo pôde subvencionar as escolas privadas católicas, hospitais e outras estruturas. (Idem, p.24)

Em troca, Vargas se beneficiava do apoio da Igreja ao seu Governo. Três importantes organizações leigas derivam do Estado Novo: a Confederação das Associações Católicas, a Coligação Católica Brasileira e a Ação Católica Brasileira (ACB). Em 1933, é criado um braço político da ACB, a Liga Eleitoral Católica, cujo objetivo era orientar o voto dos católicos para a promoção de candidatos que defendessem ideais eclesiásticos (GOMES, 2014, p.33). Em 1948, a Ação Católica sofre uma alteração institucional fundamental: abandona o modelo tradicional italiano, que se baseava na divisão dos leigos entre os ramos masculinos e femininos, e adota o francês, modelo que divide as formas de ação a partir das classes e categorias sociais (SALLÉM, 1981, p.22). Esse fator vai ser fundamental para que as demandas populares se tornassem pauta não só dos leigos, mas também da hierarquia católica, preparando caminho para o progressismo.

Os grupos pastorais começaram a se especializar: em 1948, a Juventude Operária Católica (JOC) e, em 1950, a Juventude Agrária (JAC), Juventude Estudantil (JEC, secundaristas), Juventude Universitária (JUC), e Juventude Independente (JIC) (MAINWARING, 1989, pp.81-87). Com a morte de Dom Leme (1942), há um vácuo de liderança política na Igreja do Brasil enquanto instituição. O vácuo de liderança é suprido: a partir de 1950, padre Helder Câmara, o cearense que se tornaria primeiramente bispo auxiliar no Rio de Janeiro e, posteriormente, Arcebispo de Recife e Olinda, articulou de forma mais integrada as ações e as demandas da Igreja, trazendo do clero nordestino para a hierarquia brasileira uma pauta nova: a justiça social.

1.2 - OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA E DA IGREJA CATÓLICA NA AMÉRICA LATINA

Ventos de mudança se fizeram sentir nos anos 1950. A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Concílio Vaticano II e o Congresso Episcopal de Medellín marcaram momentos de modernização na Igreja Católica. Surgiram as

primeiras referências a novos alvos de ação pastoral: os pobres e injustiçados. Mas esse processo não foi unívoco e imediato e revela diferentes formas de se interpretar os “sinais dos tempos”⁶.

A criação da CNBB, em 1952, foi uma iniciativa do então sacerdote Helder Câmara, com a intenção de centralizar os poderes eclesiais, proporcionando à Igreja uma organicidade institucional que ela não possuía até então no Brasil. Logo, ela se tornaria uma das primeiras conferências episcopais no mundo e a primeira da América Latina (MAINWARING, 1989, p.66). Nos doze anos que permaneceu no cargo de secretário geral, que se responsabiliza pela parte executiva da CNBB, o já bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, dom Helder Câmara atuou com preocupações de caráter marcadamente político-social. Duas ações de colaboração entre o Estado e a Igreja na área social logo se destacaram: a Cruzada de São Sebastião, um conjunto habitacional voltado para moradores de favela e situado em um bairro nobre do Rio de Janeiro e o Banco da Providência, uma iniciativa de estímulo à distribuição de renda com participação popular, empresarial e governamental (GOMES, 2014).

Grande parte dos estudos sobre a CNBB aponta uma predominância dos bispos do Nordeste no seu processo inicial de articulação. Thomas Bruneau é dos autores que defendem a tese de que por terem maior contato com os graves problemas sociais da região, os bispos nordestinos reivindicavam mais claramente mudanças socioeconômicas⁷. Para Marcio Moreira Alves, essa relação direta estabelecida entre os bispos nordestinos e as pautas da CNBB não se sustentaria. Segundo ele, não é possível afirmar que o posicionamento dos demais bispos nordestinos coincidissem com o de dom Helder e nenhum dos que participaram da fundação da instituição foram posteriormente considerados como “progressistas” ou “reformistas”. Dom Luís Mousinho, dom Carlos Coelho e dom Eugênio Salles foram, inclusive, taxados de conservadores e mesmo dom José Távora e dom Fernando Gomes, que defendiam alguma mudança social, eram muito cautelosos e jamais sugeriram grandes rupturas.

De fato, existe algumas deficiências em inferir as adesões ideológicas (de um suposto progressismo) dos bispos de uma localização sociogeográfica. Contudo, é preciso

⁶ Segundo Romano (1978, p. 11), o enunciado “sinais dos tempos” distingue a política eclesial da demais práticas políticas brasileiras, religiosas ou seculares: “Produto de múltiplas elaborações do pensamento teológico no confronto passado entre Igreja e cultura greco-latina, os signos enunciados revelam uma afinada técnica de leitura do social”.

⁷ Os bispos do Nordeste seriam: dom Helder Câmara (CE), dom Carlos Coelho (PB), dom Luís Mousinho (PE), dom José Delgado (PB), dom José Távora (PE), dom Eugênio Sales (RN), dom Fernando Gomes (PB) e dom Manuel Pereira (PB) (Bruneau, 1974, p.198).

reconhecer como deste grupo duas participações políticas importantes: a pressão do episcopado sobre o Congresso Nacional para a implantação em 1959 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a criação, em 1961, em parceria com o educador Paulo Freire, do Movimento de Educação de Base (MEB), uma parceria do Estado que financiava o programa para ser executado pela Igreja Católica em regiões mais desfavorecidas, levando educação básica via rádio.

O Concílio Vaticano II, convocado em 1962, inicia um processo de modernização da Igreja no campo teológico, moral, litúrgico, organizacional e político, à procura de um papel mais participativo da Igreja e de seus membros na sociedade. As resoluções que resultaram desse Concílio simplificaram o rito romano da missa, que deixou de ser celebrada exclusivamente em latim, e permitiram que fosse celebrada nas línguas vernáculas, incentivaram o respeito às outras religiões e o ecumenismo, discutiram direitos humanos e sociais e diretrizes práticas para uma renovação pastoral a ser estruturada pelos bispos.

Publicada em 1967, a encíclica *Popolorum Progressio* causará polêmica ao denunciar as desigualdades sociais causadas pelo sistema econômico. Assinada pelo papa Paulo VI, a carta levanta um debate sobre o desenvolvimento dos povos e o papel ativo da Igreja nesse processo de melhoria da qualidade de vida, criticando o liberalismo e fazendo a seguinte consideração acerca da propriedade privada:

23. "Se alguém, gozando dos bens deste mundo, vir o seu irmão em necessidade e lhe fechar as entranhas, como permanece nele a caridade de Deus?"⁸. Sabe-se com que insistência os Padres da Igreja determinaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que estão em necessidade: "não dás da tua fortuna, assim afirma santo Ambrósio, ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum para uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos"⁹. Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, "o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos". Surgindo algum conflito "entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais", é ao poder público que pertence "resolvê-lo, com a

⁸ Jo 3,17

⁹ *De Nabuthe*, c.12, n. 53, PL 14, 747. Cf. J.R. Palanque, *Saint Ambroise et l'empire romain*, Paris, de Boccard, 1933, pp. 336ss.

participação ativa das pessoas e dos grupos sociais"¹⁰. (VATICANO, 1967)

A CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana) foi fundada em 1955 pelo Papa Pio XII, a pedido dos bispos da América Latina, com finalidade de prestar serviços de contato, formação, pesquisa e reflexão às conferências episcopais nacionais. Essa conferência foi essencial para o engajamento da Igreja Católica na América Latina em questões de desenvolvimento social, a partir do diagnóstico histórico da desigualdade enfrentada pelos países dessa região. Em sua segunda Conferência, em Medellín, no ano de 1968, os bispos latino-americanos debateram a forma que as decisões tomadas no Concílio Vaticano II assumiram no continente americano. O documento que dela procedeu definiu uma ação pastoral que condenava um capitalismo dependente, a miséria e as formas de exploração, estabelecendo os pobres como “opção preferencial” de sua ação, num contexto em que havia vários países latino-americanos sob ditaduras militares de direita.

Entre os diversos temas tratados em Medellín em suas discussões estavam as projeções da pastoral social, empresas e economia, organização dos trabalhadores, transformações no campo, reforma política, conflito e paz na América latina. O documento aponta causas para a desigualdade nos países da América latina e ação da igreja em pastorais para as massas e para “elites dirigentes”.

[Tensões entre classes e colonialismo interno] 4- Formas de opressão de grupos e setores dominantes: sem excluir uma eventual vontade de opressão elas se exprimem mais frequentemente numa forma de insensibilidade lamentável dos setores mais favorecidos perante a miséria dos setores marginalizados. Daí as palavras do papa aos dirigentes: “Que vosso ouvido e vosso coração sejam sensíveis às vozes daqueles que pedem paz, atenção e justiça” (celebração eucarística no Dia do Desenvolvimento no Congresso de Bogotá). Não é raro comprovar que estes grupos ou setores, com exceção de algumas minorias lúcidas, qualificam de ação subversiva toda tentativa de modificar um sistema social que favorece a permanência de seus privilégios.

5) Poder exercido injustamente por certos setores dominantes: como uma consequência normal das atitudes mencionadas, alguns membros dos setores dominantes recorrem, por vezes, ao uso da força para reprimir drasticamente toda tentativa de reação. Será muito fácil para eles encontrar aparentes justificativas ideológicas (anticomunismo) ou práticas (conservação da “ordem”) para contestar este procedimento. (MEDELLÍN, 1968, p.8)

¹⁰ Lettre à la Semaine sociale de Brest, em *L'homme et la révolution urbaine*, Lyon, Chronique sociale, 1965, pp. 8 e 9.

O documento de Medellín certamente não foi visto com bons olhos pela ditadura militar no Brasil. Segundo Serbin (2002, p.240), os quatro primeiros encontros da Bipartite, que, como já dissemos, foi uma comissão formada por membros da hierarquia e leigos e por autoridades militares para discutir as tensões entre as instituições, tiveram como tema central a discussão do documento de Medellín e seus pontos passíveis de serem acusados de subversão. Afinal, o papel das Forças Armadas também foi discutido no documento:

Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a ideia de que, além de suas funções normais específicas, elas têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes pôr obstáculos. Por outro lado, as forças armadas têm a possibilidade de educar, dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país. (MEDELLÍN, 1968, p.37)

O grande avanço organizacional da Igreja advindo da Conferência de Medellín foi a criação das CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs tiveram um impacto político muito importante ao se proporem a realizar a reflexão crítica dos católicos em torno de vários temas. A partir de um levantamento das necessidades das comunidades (estruturais, sociais, simbólicas), estas eram incentivadas a se organizar politicamente em torno deles, seja para conseguir melhores condições de transporte público para o bairro, seja para organizar cursos de alfabetização, semiprofissionalizantes, catequese - entre outros. Em *Quando novos personagens entram em cena*, Sader (1988, p.155) estima que na década de 1980 existissem mais de 80 mil comunidades de base no Brasil.

1.3 - DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO AO ANTICOMUNISMO CATÓLICO: VERTENTES IDEOLÓGICAS EM PAUTA

De uma forma geral, os leigos foram vanguarda na aproximação com temas da esquerda política, enquanto a hierarquia vive em seu seio um debate sério com o conservadorismo que ainda resiste às mudanças, temendo as tendências comunistas, apesar de parte da hierarquia incorporar ideias que foram consideradas progressistas, como vimos. A Ação Popular, uma organização não confessional, mas constituída basicamente de militantes da JUC e da JEC em todo o país foi fundada em 1962 e seu documento-base de fundação contrastava com o cuidadoso discurso político que a Igreja adotara até então:

Por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização firmando essa mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal [...] e conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista (SOUZA LIMA, 1979, p.142).

Anos depois da fundação desses movimentos leigos, Duarte Pacheco Pereira, jornalista e liderança da Ação Popular, analisou o cenário sociopolítico enfrentado na época após a percepção de uma crise na Igreja Popular. Para ele, ocorreram três grandes reações: 1) uma “defesa para trás”, uma tentativa de retomar e cristalizar as mais antigas formas de ver a fé e a ação da Igreja, decidida em concílios medievais – foi a reação típica, por exemplo, da TFP (Tradição Família e Propriedade); 2) uma outra reação “ainda conservadora mas mais inteligente”, daqueles que tentaram preservar no fundamental o papel da Igreja a serviço da manutenção da ordem econômica do capitalismo, com alguns reajustes de forma que não perdesse seu prestígio tradicional; 3) um setor que se reposicionou radicalmente à esquerda, exigindo reformas de base e aliando-se às camadas populares, uma reformulação que se encontraria nas bases (Apud Sallem, 1981, p.215)

Para o historiador Eric Hobsbawn (1995, p.438), seria uma novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para a hegemonia norte-americana sobre toda a América e para a velha tradição esquerdista, o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam e mesmo participavam e lideravam insurreições: “A tendência, legitimada por uma ‘teologia da libertação’, apoiada por uma conferência episcopal na Colômbia (1968), surgira após a revolução cubana e encontrara poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano.”

A inserção da temática social na pauta dos bispos organizados foi interpretada por Bruneau (1974) como uma manipulação dos preceitos do evangelho com objetivo de legitimar o engajamento do clero em projetos de mudança social e também como uma forma da instituição enfrentar as transformações por que passava devido à perda de sua hegemonia ao surgimento de outras religiões e frente a novos anseios populares. O autor ainda destacou que os segmentos sociais de maior atividade da Igreja coincidiam com a parcela da população em que o clero percebia que mais havia abandono da fé católica para outras religiões ou para movimentos sociais radicais, sobretudo comunistas e por isso considerou o progressismo um mecanismo de sobrevivência institucional.

A teologia da libertação, nome dado à corrente de pensamento que interpreta os ensinamentos cristãos à luz da libertação de estruturas políticas, sociais e econômicas consideradas injustas, teve entre seus principais teóricos o peruano Gustavo Gutierrez, o brasileiro Leonardo Boff e Jon Sobrino, que atuava em El Salvador (DELLA CAVA, 1985). Com o correr dos acontecimentos da América latina, essa vertente foi censurada pelo Magistério da Igreja. A Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, órgão responsável por identificar, denunciar desvios doutrinários e pastorear seus expoentes, famoso por ser o herdeiro do Tribunal do Santo Ofício, a antiga Inquisição, que tinha em sua prefeitura o cardeal Joseph Ratzinger, publicou em 1984 a *Libertatis Nuntius* (em português: Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação) e a *Libertatis Conscientia*, em 1986.

A presente Instrução tem uma finalidade mais precisa e mais limitada: quer chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista.

Esta advertência não deve, de modo algum, ser interpretada como uma desaprovação de todos aqueles que querem responder generosamente e com autêntico espírito evangélico à “opção preferencial pelos pobres”. Nem pode, de maneira alguma, servir de pretexto para aqueles que se refugiam numa atitude de neutralidade e de indiferença diante dos trágicos e urgentes problemas da miséria e da injustiça. Pelo contrário, é ditada pela certeza de que os graves desvios ideológicos que ela aponta levam inevitavelmente a trair a causa dos pobres. (...)

Privilegiar deste modo a dimensão política, é o mesmo que ser levado a negar a *radical novidade* do Novo Testamento e, antes de tudo, a desconhecer a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, bem como o caráter específico da libertação que Ele nos traz e que é fundamentalmente libertação do pecado, fonte de todos os males. (VATICANO, 1984)

O engajamento e o trabalho da Igreja nas áreas de promoção da justiça e igualdade social, defesa dos direitos humanos e luta pela redemocratização foram cruciais para o processo sócio-histórico que o Brasil vivenciou no período da ditadura militar, sobretudo na luta pela redemocratização. No entanto, no transcurso do pontificado de João Paulo II, na década 1980, os setores progressistas da Igreja, sobretudo no Brasil, começaram a ser contidos e os mais radicais punidos e novas vertentes teológicas ganham força, como o pentecostalismo da Renovação Carismática Católica.

Embora não se possa colocar o anticomunismo como explicação única para o apoio da Igreja ao golpe e de alguns bispos ao regime durante todo o período do regime

militar, não se pode ignorar seu peso dentro do imaginário católico. Compreender o pensamento político da Igreja Católica, de seus atores e suas práticas na ditadura militar é compreender melhor as nuances da trama histórica e as particularidades da sua ação política.

Apesar de serem escassos os estudos sobre anticomunismo no Brasil, o de Motta (2010) se destaca por lançar luz à tese, aqui também assumida, de que a pauta anticomunista foi um dos principais argumentos a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história do país. Baseado no tripé liberalismo - nacionalismo – catolicismo, o anticomunismo se tornou uma força decisiva nas lutas políticas cotidianas.

Tomando a definição formulada por Bernstein e Becker (1987, p.10), anticomunistas seriam indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. Nesse quadro, projetos muito heterogêneos de sociedade, que variavam do catolicismo ao liberalismo, do fascismo ao socialismo democrático, se uniam frente a um “inimigo comum”. Segundo Motta, (2002, p. IX), a atuação desses anticomunistas estaria centrada numa recusa militante ao projeto comunista, entendido como síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético. Sobretudo a partir das Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade e da atuação do grupo Tradição, Família e Propriedade, grande parte dos dirigentes da Igreja Católica teria visto na instauração do regime militar uma “proteção” frente à “ameaça comunista”.

Não somente os bispos considerados conservadores se apropriaram das representações e militâncias anticomunistas, pois existia também uma esquerda moderada que se posicionava contrária às práticas comunistas. Alguns desses bispos faziam apelo à justiça social, mas deixam claro sua dissociação com o comunismo. Dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, defendia nas reuniões da Bipartite o termo “não-comunismo” ao invés de “anticomunismo” (SERBIN, 2001, p. 252), por acreditar que a ênfase exagerada no comunismo desviava a atenção da necessária reforma social, acusando-a de subversiva.

A eclosão da Revolução Cubana no fim da década de 1950 fez com os Estados Unidos considerassem a América uma zona prioritária para conter o que eles chamaram de “avanço soviético”. A nova política de Washington seria estabelecer um “cordão sanitário” capaz de conter o comunismo na América Latina¹¹. No Brasil, o crescimento

¹¹ Segundo Huggins (1998, p. 232), “criou-se uma ameaça tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina originária de um movimento ‘desviante’ – a ‘ameaça comunista’. Esta, por sua vez,

de forças políticas de esquerda, favoráveis a transformações sociais, vai agravar a preocupação dos conservadores com o comunismo e os grupos comprometidos com o anticomunismo vão se organizar. O anticomunismo teve papel fundamental durante a crise que levou ao golpe de 1964¹².

A Igreja Católica foi provavelmente uma das instituições que mais combateu o comunismo ao longo do século XX, pois para muitos proponentes católicos, o comunismo seria um inimigo mortal e irreconciliável da religião, o último dos mais terríveis adversários que a Igreja teria enfrentado nos seus dois mil anos de existência:

Contra a Igreja, no decurso dos séculos se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora – o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência. (CABRAL, 1949, p. 30)

É possível encontrar a preocupação com o comunismo no papado já na metade do século XIX. Na encíclica *Quod Apostolici Muneris*, de 1878, o Papa Leão XII exortava os bispos do mundo todo a apontarem aos trabalhadores os erros da proposta revolucionária e fizessem um apelo para que suportassem o trabalho com caridade e humildade. A encíclica *Rerum Novarum* é referência para os estudos de política e religião na modernidade, justamente por ser um grande marco no posicionamento da Igreja Católica no tocante à questão social, à organização econômico-trabalhista. Publicada em 1891 pelo mesmo Papa, a carta pastoral via os socialistas como aproveitadores ao instigarem pobres contra ricos, negando veementemente a luta de classes e sugerindo a cooperação dos diferentes setores socioeconômicos para uma sociedade com valores cristãos. Evocava ainda a presença do Estado para proteger a propriedade privada como legítima, impedir greves e proteger os operários de receberem menos que a subsistência pelo trabalho. Os operários católicos deveriam, ainda, se organizar em corporações cristãs

justificou a política externa especializada em segurança nacional para combatê-la. Em outras palavras, os Estados Unidos criaram os argumentos para justificar a existência desse perigo específico e, a seguir, mostraram-se dispostos mediante pagamento a proteger países ameaçados através de ajuda policial e também militar”.

¹² Grande parte dos oficiais a tomar parte no golpe foi movida pela convicção de que os comunistas tinham capitaneado o presidente João Goulart em uma espécie de plano revolucionário. As reformas de base e a solidariedade do presidente com as classes baixas foram consideradas provas da existência de uma marcha a caminho da revolução comunista, por isso o golpe dos militares é considerado por eles contrarrevolucionário e denominado de “Revolução de 64”. Segundo D’Araújo (1994, PP. 46, 50, 60,91, 101), os militares entrevistados pela equipe do CPDOC foram unânimes em apontar o combate ao comunismo como principal fator para o golpe que depôs Goulart.

para não seguirem “forças ocultas devotadas ao fim do cristianismo” – numa referência aos socialistas.

O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía uma filosofia, um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia do comunismo opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu, propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãos; defendia igualdade absoluta contra a hierarquia e ordem embasadas por Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (MOTTA, 2002, p.20).

Já no conturbado século XX, dois acontecimentos históricos endossaram a pregação anticomunista por parte da Igreja Católica: a perseguição religiosa no regime soviético e episódios da Guerra Civil espanhola nos anos 1930.

Com o advento da revolução bolchevique na Rússia de 1917, muitos participantes da revolução consideraram as pregações religiosas contrarrevolucionárias: templos foram fechados, religiosos foram executados e manifestações antirreligiosas ocorriam em praças públicas. No oeste europeu, em Fátima, Portugal, no início desse mesmo ano, três crianças, afirmaram ter visto uma aparição de Maria, a mãe de Jesus, que teria lhes contado vários “segredos”, entre os quais estaria a perseguição da Igreja na Rússia. Abaixo, segue um fragmento da fala da santa, pelo relato de Lúcia, uma das crianças que a teria visto e que propagou a devoção às aparições conhecidas como de Nossa Senhora de Fátima:

A guerra vai acabar, mas se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra pior. Quando virdes uma noite, alumiada por uma luz desconhecida, sabeí que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai a punir o mundo dos seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre. Para a impedir virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz, *senão, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja, os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas*, por fim o meu Imaculado Coração triunfará. (In: VATICANO, 2000, grifos meus)

Depois de reconhecida a legitimidade da devoção a esta aparição, por parte do Magistério da Igreja¹³, as palavras aqui reproduzidas eram lidas por católicos por todo o mundo e traziam ao campo simbólico-religioso uma combinação às notícias propagadas sobre a situação da União Soviética pelo mundo. Ao insinuar que, sem conversão, “a Rússia espalhará seus erros pelo mundo”, a fala da aparição encontrou expressão histórica em diversos lugares onde ocorrera a transição para o comunismo: China, Cuba, Vietnã e os países incorporados pela União Soviética, expulsaram ou mataram fiéis e missionários religiosos. A linguagem da Igreja Católica, sobretudo via pregação, era incisiva em deixar claros os males que o comunismo teria feito às religiões pelo mundo, baseada nos acontecimentos trágicos desses países.

A aparição de uma santa com discurso fortemente anticomunista não foi privilégio dos países europeus: o Brasil também teve a sua, justamente no agreste de Pernambuco, no município de Pesqueira, em 1936, um ano após o levante armado de orientação comunista na capital daquele estado. Tal aparição teria sido para alertar o Brasil dos castigos que viriam “ao país impenitente e sob o sério risco de comunismo”. A imagem teria sido vista por duas meninas sertanejas e investigada por um padre missionário alemão. A história foi publicada por um padre, Júlio Maria de Lombaerte (1936, p.77-85), com autorização do bispo local, num livro intitulado “O fim do Mundo está Próximo”. As aparições da que ficou conhecida como Nossa Senhora das Graças de Cimbres só foram reconhecidas oficialmente pelo Magistério da Igreja mais de 30 anos depois, mas ganharam repercussão regional e peregrinação no estado de Pernambuco, que era referenciado por ser um dos mais importantes centros de difusão e estudo do comunismo no Brasil.

Os santos exercem sobre os católicos um apelo socioeducativo fundamental para o nivelamento das linguagens e alcance da doutrina. Eles enaltecem características comunitárias que devem ser exercidas e explicitam aquelas que devem ser combatidas. Em tempos de fome, um santo valoriza o jejum; em tempos de pauperização, a beleza da

¹³ Por Magistério da Igreja entende-se a autoridade do Papa e dos bispos em comunhão com a Santa Sé de Roma sobre toda a Igreja Católica, cuja palavra seria infalível. No Catecismo da Igreja Católica, diz-se: §891 “Goza desta infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregados de confirmar seus irmãos na fé, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne à fé ou aos costumes. A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro”, sobretudo em um Concílio Ecumênico. Quando, por seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma coisa “a crer como sendo revelada por Deus” como ensinamento de Cristo, “é preciso aderir na obediência da fé a tais definições. Esta infalibilidade tem a mesma extensão que o próprio depósito da Revelação divina”.

pobreza; em tempos de combate ao comunismo, as ameaças à fé do povo. Muito mais próximo da linguagem popular, as frases dos santos são ditas, repetidas, interiorizadas e propagadas com devoção, de forma que têm um efeito político e social inegável nos medos e expectativas dos fiéis. As aparições marianas fortemente anticomunistas deixaram sua marca dentro da construção do discurso anticomunista de caráter católico.

A Guerra Civil espanhola foi outro importante ponto de inflexão na formação do anticomunismo católico. Os atos antirreligiosos ocorridos na década de 1930 na Espanha pareciam confirmar as críticas ao comunismo por parte da Igreja Católica. Ainda que pesquisadores apontem os anarquistas como autores da maior parte dos assassinatos de padres e freiras e da destruição de igrejas e objetos sagrados, os comunistas foram os acusados pela instituição católica na disputa entre franquistas e republicanos.

Foi nesse contexto que, em 1937, o bispo de São Carlos declarou:

É um dos momentos mais terríveis que atravessa a história dos povos civilizados. A humanidade está diante de uma encruzilhada decisiva. Ou desistir galhardamente diante da investida do comunismo, ou perecer sobre o guante férreo do terrorístico russo. Ou prestar ouvidos à voz que vem de Roma, centro da civilização ou submeter-se vergonhosamente às barbáries jamais vistas em todos os tempos. Não é possível uma atitude intermediária. Em hipótese alguma compactuar com Moscou, mas resolutamente tomar a estrada que a leva a Roma onde a verdade habita. (PINTO, Dom Gastão.1937, p.45).

Também em 1937, uma carta encíclica muito mais incisiva fora publicada pelo Papa Pio XI, a *Divinis Redemptoris*. A postura dos católicos em relação ao comunismo, que coincidiu com a postura do fascismo italiano, não deveria ser mais preventiva, segundo a carta, e sim reativa. As sentenças dessa carta serão retomadas inúmeras vezes na composição dos discursos que afirmaram que a Igreja Católica tinha um compromisso básico com o anticomunismo:

Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fiéis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não se pode admitir em capo algum a colaboração recíproca por parte de quem quer que se pretenda salvar a civilização cristã. E si alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro (PIO XI, 1938, p.45).

Os bispos, como autoridade maior da Igreja local, eram encarregados de levar a cabo o ensinamento aos fiéis de que “o comunismo era intrinsecamente mau”, suas cartas pastorais eram destinadas aos padres de todas as paróquias, que tinham a recomendação

de ler e explicar aos seus fiéis o conteúdo. A população leiga católica era, então, instruída dentro do discurso anticomunista que a Igreja Católica alimentara. Por questões metodológicas, esse estudo não se aprofundará no campo das disputas eleitorais e os movimentos que a ele se vinculam, como a Liga Católica, o Movimento para um Mundo Cristão e a Aliança Eleitoral Católica, pois extrapolam os limites estabelecidos, mas ficam aqui citados como organizações católicas de caráter leigo que militaram contra o comunismo em sua ação política.

Figura 2 – O Comunista Maligno, desenho de 1950



Fonte: MOTTA, 2002, p 95

Na construção do imaginário anticomunista, a Igreja Católica organizara sistematicamente a associação do comunismo com a figura demoníaca. O diabo cristão assumira diversas representações ao longo da história da Igreja, sempre interpretado como um inimigo da religião naquele contexto histórico. Roma, o arianismo, a bruxaria, o protestantismo e o humanismo já teriam servido ao “uso do demônio” se interpretados pelas linguagens de sua época. Visto como a cartada final do diabo cristão contra a Igreja, como uma tentativa desesperada de destruir o cristianismo, a Igreja construiu um

imaginário de que a imposição do comunismo ateu ao mundo - reproduzindo o “inferno soviético”, encarnado na “ameaça estrangeira” - era um claro desafio moral às sociedades cristãs. As representações desse novo inimigo, o comunismo que o diabo adotara, reforçavam o imaginário da batalha espiritual que estaria por trás das questões do sistema político.

Esta representação foi publicada pelo bispo de Diamantina, o ultraconservador Dom Geraldo da Proença Sigaud, no formato mais emblemático possível: o *Catecismo Anticomunista* (1963). A obra, escrita em forma de perguntas e respostas, todas com caráter imperativo, foi divulgada por editoras católicas e não tinha como objetivo debater a teoria comunista e apontar suas falhas, mas divulgar para os fiéis a crença numa origem demoníaca do comunismo, a forma como o comunismo atacaria amplamente a família e a religião cristã; a negação da luta de classes e do igualitarismo em prol das hierarquias.

“O comunismo é uma seita internacional que segue a doutrina de Karl Marx e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás nesse mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário e organizando a vida dos homens de modo que se esqueçam de Deus e da eternidade” (SIGAUD, 1963, p.07)

Dom Sigaud criticava os leigos que colaborassem com o comunismo (“Quem colaborar, terminará comunista. ‘Colaborou, morreu!’”, [*Idem*, p.10]), afirmando que um “comunismo cristão é uma aberração como um círculo quadrado” (p.37). Na pergunta “Para conquistar o poder, o que faz a seita comunista com referência à Igreja Católica?” Transparece a acidez do epíscopo para com a parte do clero que se engajara em causas sociais, relacionando-a ao comunismo. Sua resposta a ela foi:

Procura persuadir os católicos que não há oposição entre os objetivos da seita e a doutrina da Igreja. Procura até apresentar as ideias comunistas como a realização da doutrina do Evangelho.

Procura criar uma corrente intitulada de “católicos progressistas”, “católicos socialistas”, ou “católicos comunistas”, para desorientar e desunir os católicos.

Procura atirar as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, para dividir e destruir os que se opõem a conquista do poder pelo Partido Comunista.

Favorece as modas e costumes imorais para minar a família é a viga mestra.

Mantém nas nações cristãs a sociedade em constante agitação, fomentando o antagonismo entre classes, as regiões do mesmo país, etc. (SIGAUD, 1963, p.09)

O bispo, de maneira incisiva e dramática, afirmou que, em caso de vitória do comunismo, a família brasileira veria os seus pais serem mortos, as filhas e esposas expostas à violação e as famílias e propriedades serem arruinadas e destruídas (ibidem, p.13). A revolução comunista seria “a rejeição de Deus, de Cristo e de tudo o que deles provém, a organização da vida humana somente segundo razões e paixões humanas”. O livro termina com um assunto muito em voga dentro das discussões da CNBB: justiça social e reformas de base, sobretudo a agrária. Rechaçando-as completamente, Dom Sigaud diz ser esse um instrumento para implantação do comunismo e que “a boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada” (p.45).

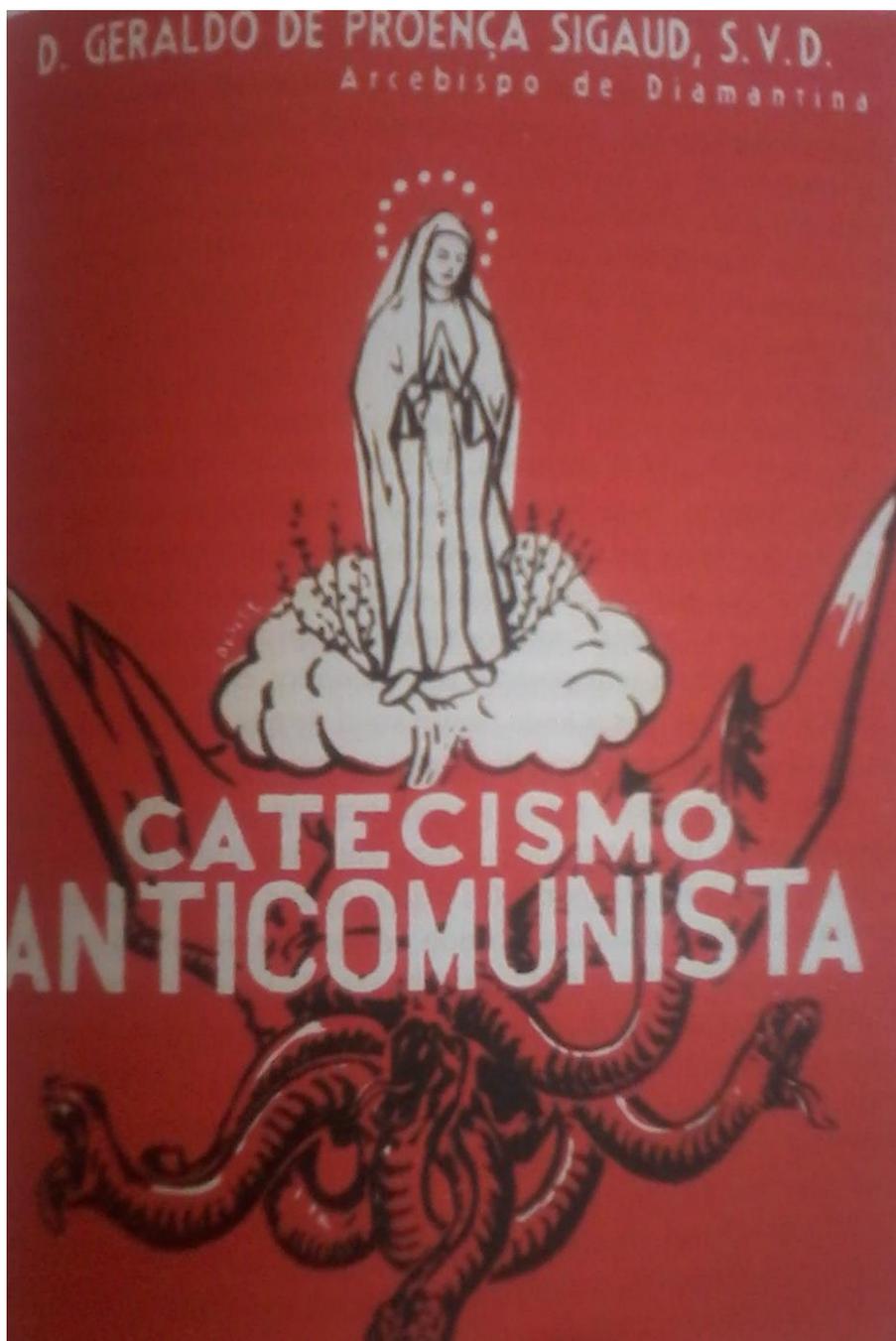
Esse bispo de Diamantina foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização conservadora que propagava valores católicos tradicionalistas. Em 1964, Dom Sigaud manteve preso na residência do arcebispado um padre considerado radical e, em 1967, enviou uma carta à imprensa denunciando a “infiltração comunista em todas as partes da Igreja”, remetendo-se diretamente a dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia.

A associação de uma prática política com a figura diabólica nesse período aparece tanto nos discursos, quanto em iconografias da imprensa, frequentemente associadas a diversas ações políticas da esquerda. À época do governo de João Goulart não raro encontra-se associações de um diabo comunista com a Campanha pela Alfabetização, com o movimento camponês e as reformas de base em geral, embora, no geral fossem manifestações de leigos conservadores e não do clero.

A partir de 1960, se intensifica o imaginário de que o comunismo é uma ameaça interna à Igreja com a consolidação de uma “esquerda católica”. Grupos criados sob influência da ação leiga se aproximaram das posições de esquerda e até se aliaram aos comunistas em algumas atividades. Esses progressistas consideravam o problema do comunismo secundário, frente à magnitude das mazelas sociais do país. A hierarquia continuava repudiando o sistema marxista como sempre fizera, por considerá-la incompatível com a religião (MAINWARING, 1989, p.76), mas não havia unanimidade sobre o risco supostamente representado pelo governo de Goulart, como veremos no próximo item. Embora haja essa bifurcação no pensamento político/religioso, os setores conservadores, majoritários na época, ainda se empenharam fortemente na campanha anticomunista nas “Cruzadas do Rosário”¹⁴ e nas “Marchas com Deus”.

¹⁴ Uma das manifestações católicas mais ruidosas da época foram os eventos preparados pelo padre norte-americano Patrick Payton entre 1962 e 1964, que contavam com grande cobertura da imprensa e atraíram

Figura 3 – Nossa Senhora de Fátima sobre monstro do Comunismo



Fonte: SIGAUD, 1962

1.4 - A ATUAÇÃO DOS BISPOS CATÓLICOS NA DITADURA MILITAR: UM PANORAMA HISTÓRICO

centenas de milhares de pessoas que compareciam para ouvir a pregação em defesa da família e “contra os perigos do comunismo” (MOTTA, 2002, p.247).

Se em um primeiro momento, os bispos no Brasil apoiaram a intervenção militar em 1964, crendo ser uma solução para os conflitos políticos e sociais do período, o discurso mais crítico por parte dos bispos em relação ao regime ditatorial, a ponto de se tornar oposição, originou-se em diversos fatores e não foi harmônico ou espontâneo. Se houve bispos que mudaram sua posição depois de 1968, certamente outros continuaram a apoiar o regime em toda a sua duração. Por isso é importante analisar a trajetória singular de cada membro do episcopado em destaque nesse período.

Às vésperas do golpe que aconteceu em 31 de março de 1964, a sociedade brasileira vivia um clima de grande agitação social e política. Por um lado, o então presidente João Goulart tinha apoio dos movimentos de esquerda, sobretudo trabalhadores rurais e urbanos e movimentos estudantis, que lutavam pelas reformas de base, que incluiria os setores fiscal, educacional, político e agrário. De outro, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade evidenciavam a articulação da direita a desestabilizar ainda mais as campanhas do governo, incitando a população católica à defesa dos valores tradicionais cristãos. Tudo isso permeado pelo clima de desconfiança gerado pela Guerra Fria, que punha União Soviética e Estados Unidos numa disputa estratégica e de conflitos indiretos no mundo todo, sob distintos modelos políticos, ideológicos, sociais, econômicos, militares e tecnológicos.

Inicialmente, parte da CNBB, inclusive o diretório, havia apoiado as reformas propostas por João Goulart. Contudo, com a intensificação dos conflitos sociais, em 1964 adotou posturas bem mais conservadoras, até mesmo porque os eventos civis do país também coincidiram com uma mudança na direção da entidade: pela primeira vez, desde sua fundação, há doze anos, dom Helder Câmara não ocupava o cargo de secretário geral; em seu lugar entrou dom José Gonçalves e na presidência, dom Agnelo Rossi, conhecido por inclinações conservadoras. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade evidenciavam o medo da população católica diante de uma ameaça comunista que seria para eles eminente. Eram lideradas principalmente por mulheres católicas, políticos conservadores e empresários, conseguindo grande adesão entre a população. Entre a hierarquia, havia fortes entusiastas das marchas, como dom Jaime Câmara, e críticos, como o núncio¹⁵ Armando Lombardi, que quis desvincular a Igreja oficialmente do movimento.

¹⁵ Núncio Apostólico ou Núncio Papal é um representante diplomático da Santa Sé perante os Estados e a Igreja local. Geralmente tem a dignidade eclesiástica de arcebispo e goza dos privilégios de um embaixador.

Até 1968, quando foi decretado o Ato Institucional número 5, a CNBB tinha se focado principalmente numa reorganização interna, por isso foi mais comum ocorrerem manifestações dos bispos em caráter regional. As políticas de desenvolvimento do Amazonas promovidas pelo governo de Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar, atraíram duras críticas dos bispos da região norte. O modelo agroindustrial estimulado pelo governo agravou os conflitos sociais na região, sobretudo ligados à exploração ou expulsão de camponeses e indígenas. A partir de 1969, dom José Maritano (Macapá/AP), dom Estevão Avelar (Marabá/PA) e dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia/MT) se destacaram na discussão política dos custos humanos do dito desenvolvimento que os militares estavam tentando promover, numa região em que as assistências jurídicas, hospitalares, escolares e sindicais ainda não estavam consolidadas.

Outro exemplo de organização regional dos bispos nesses primeiros anos do regime militar foi o caso dos bispos nordestinos. A pobreza cotidiana enfrentada pelos habitantes nordestinos motivou os bispos a serem muito críticos com a desigualdade e as faltas de oportunidades vividas pelos mais pobres. Dom Eugênio Salles (Natal/RN) foi um dos precursores do modelo adotado pelo Movimento de Educação de Base, o MEB, com intuito de levar alfabetização via rádio para os lugares em que as escolas ainda não conseguiam chegar, sobretudo para os camponeses e moradores de periferias. Foi intensa também a participação dos leigos nessa região até 1968, sobretudo na Juventude Agrária Católica (JAC), na Juventude Operária Católica (JOC) e na Ação Católica Operária (ACO).

No mês de março de 1964, poucos dias antes do golpe de Estado, circulara pela imprensa uma foto de Dom Helder Câmara ao lado do presidente deposto João Goulart, com a notícia de que o religioso apoiava as reformas de base pretendidas pelo governo e, conforme aponta o estudo de Paulo César Gomes (2014), desde o início do regime militar, os órgãos de informações do exército o mantinham sob vigilância. Já em 1966, o Exército o acusou de subversão ao associar-se a uma publicação da ACO que criticava a condição dos trabalhadores. Essa foi a primeira ação direta da repressão contra um bispo e provocou a solidariedade até de bispos considerados conservadores como dom Vicente Scherer (Porto Alegre/RS) e dom Alberto Campos (Belém/PA).

Considerado pelos anticomunistas como “o arcebispo vermelho”, Dom Helder Câmara teve seu nome incluído relativamente rápido na lista de censura da imprensa: era proibido publicar notícias com seu nome. Em 1969, um padre que era seu assistente na arquidiocese, Pe. Henrique Pereira Neto, foi torturado e assassinado pelo Comando de

Caça aos Comunistas (CCC) e a casa onde viviam foi alvejada por tiros. Foi o primeiro assassinato de um sacerdote por motivos políticos no regime militar (GOMES, 2014, p.50). Apesar da nota da Arquidiocese o evento não teve grande repercussão, devido à forte censura. O próprio enterro do padre foi acompanhado pelo Exército de forma que não ocorresse nenhuma manifestação. O Papa Paulo VI enviou um telegrama de pesar pela morte do padre ao arcebispo.

Os conflitos envolvendo demandas de justiça social levaram membros de determinados setores eclesiais a sofrerem violenta repressão policial-militar, pois as atividades sociais e políticas da Igreja foram consideradas subversivas e perigosas à “Revolução” de 1964. Essa repressão, sobretudo na Igreja da região amazônica e do Nordeste¹⁶, engendrou no clero a unidade em prol da defesa da integridade institucional da Igreja. A comissão central da CNBB divulgou, em 1967, um comunicado no qual afirmou:

Não poder admitir, fora da legislação da Igreja, que outros pretendam definir e delimitar suas funções que não se opõem a nenhum ordenamento da sociedade civil, desde que justo e nacional (...) estamos dispostos a aplicar os princípios do Concílio e da encíclica *Populorum Progressio*, ainda que isso nos custe amarguras e dificuldades pessoais. (Apud CANCIAN, 2011, p.52)

Em junho de 1968, houve uma grande manifestação contra ditadura, conhecida como Passeata dos Cem mil, de iniciativa do movimento estudantil e que contou com a participação de artistas, intelectuais e muitos padres e freiras que já haviam se posicionado contra o regime autoritário. A partir desse ano, uma tensão se instalou entre a Igreja Católica e o Estado, tensão esta que nenhuma das instituições gostaria de enfrentar. Os anos do governo dos generais Médici e Geisel marcarão o período mais agudo desta tensão, como veremos a seguir. As relações entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, contudo, não foram totalmente rompidas em nenhum momento.

Os “anos de chumbo” e a pressão sobre Geisel

¹⁶ De um modo geral, os conflitos giravam em torno da questão socioeconômica. No Amazonas, os agentes pastorais levantavam as demandas da violência que o projeto desenvolvimentista estava resultando aos camponeses, especialmente aos posseiros, e aos indígenas (MAINWARING, 1989, p.109). No Nordeste, as Campanhas da Fraternidade traziam temas latentes às estruturas desiguais da região, a fome e a seca - as preocupações das organizações leigas eram reflexo desses temas. (GOMES, 2014, p.47)

O Ato Institucional número 5, decretado pelo presidente Costa e Silva em dezembro de 1968, acirrou as práticas repressivas no país e rapidamente atingiu organizações católicas, sobretudo aquelas com a pauta mais próxima daquilo que o regime poderia considerar subversão, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A CNBB se viu diante de padres e leigos católicos duramente perseguidos e, em fevereiro de 1969, divulga uma nota criticando o governo por arbitrariedades e violações de integridade física e moral de pessoas e por estimular uma radicalização maior da situação política (MARINWARING, 1989, p. 130).

Entre 1969 e 1974, houve casos de membros Igreja ajudarem setores da esquerda armada e, ainda que esses membros seguissem estritamente o caminho da não-violência, compartilhavam de alguns de seus objetivos sociais e políticos (SERBIN, 2001, p.131). O caso dos freis dominicanos que foram associados ao guerrilheiro Carlos Marighella, em 1969, é extremamente emblemático. A forma de participação de membros da Ordem Dominicana no Brasil na ajuda à ANL, Aliança Nacional Libertadora, um dos grupos de esquerda armada mais ativos no período, ainda é fonte de controvérsias. Para Kenneth Serbin, comprovadamente os freis estavam envolvidos de várias formas, como conseguir passagem segura para fora do país a militantes perseguidos, mas o regime jamais conseguiu vinculá-los diretamente a atos violentos (SERBIN, 2002, p. 266). O fato é que dois freis da ordem foram brutalmente torturados para que o delegado Fleury do DEOPS de São Paulo conseguisse armar uma emboscada para Marighella, o ex-deputado que havia aderido à guerrilha e era considerado “o inimigo número um do regime”.

O incidente foi usado pelo regime e pela imprensa numa tentativa de desmoralizar o clero que se associava à resistência. Alguns bispos se recusaram a defender os dominicanos. Segundo Serbin (*ibidem*), dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre e vice-presidente da CNBB, era um dos que achava que os freis deveriam ser punidos se fossem culpados e, dom Agnelo Rossi, arcebispo metropolitano de São Paulo, e dom Lucas Moreira Neves, bispo auxiliar da mesma arquidiocese, também não teriam se posicionado a favor deles, mesmo depois de tomar conhecimento das torturas, temendo que seu apoio pudesse ser tomado como conivência e criar mais tensões entre o Estado e a Igreja. Quem manifestou seu apoio aos freis torturados, foi, principalmente, outro bispo auxiliar, dom Paulo Evaristo Arns, que em 1970 assumiria a Arquidiocese de São Paulo, e representantes romanos da ordem dominicana.

Nesta altura, a presidência da CNBB era ocupada por dom Agnelo Rossi, a vice-presidência por dom Vicente Scherer, ambos conhecidos por posições anticomunistas, e a secretaria geral por dom Aloísio Lorscheider, um bispo moderado. Contudo, durante a Assembleia Geral de maio de 1970, a CNBB denunciou pela primeira vez de forma contundente os abusos do regime militar, tocando explicitamente nas práticas de tortura:

Não podemos admitir lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. (...) Pensamos primeiramente no exercício da justiça (...) que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em bases suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito da defesa. (...) Seríamos omissos se não frisássemos, nesse momento, nossa posição firme contra qualquer espécie de tortura (Documento da Décima Primeira Assembleia Geral, p. 84 apud MAINWARING, p.130)

No mês de setembro do mesmo ano, agentes do DOPS da Guanabara e do I Exército invadiram a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), à procura de materiais subversivos. O instituto era dirigido por padres jesuítas e tinha como finalidade o treinamento de agentes comunitários de lugares carentes e a prestação de assessoria para a CNBB. No incidente, diversos padres e líderes religiosos da JOC foram presos. Na mesma ocasião, mantiveram preso e incomunicável, por algumas horas, o secretário geral da CNBB, dom Aloísio Lorscheider. O incidente custou caro à imagem do governo brasileiro, pois a reação da Igreja católica foi contundente: de Roma, a Radio do Vaticano e o jornal oficial da Santa Sé, *L'Osservatore Romano*, noticiaram o ocorrido, repudiaram a tortura no Brasil e publicaram a nota de repúdio da CNBB; o papa Paulo VI também manifestou apoio aos bispos do Brasil, causando um situação embaraçosa para a imagem externa do país; em carta particular, os cinco cardeais do país – dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime Câmara, dom Eugênio Salles e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta - dirigiram-se ao presidente Médici, “constrangidos com a deterioração das relações entre o Estado e a Igreja” (SERBIN, 2001, p.193).

A tensão entre as instituições estava anunciada. A Igreja Católica uniu-se contra os ataques do governo. Nesse contexto, foi criada a já citada *Comissão Bipartite*, que, conforme demonstrou o estudo de Kenneth Serbin, baseado em fontes sigilosas produzidas pelo regime, visava reunir representantes da Igreja e do Estado, de forma

secreta, para debater e resolver suas divergências sobre o papel de cada uma das instituições na situação histórica que viviam.

A iniciativa desse canal de diálogo foi do intelectual Cândido Mendes, do professor Tarcísio Padilha e do general Antônio Carlos Muricy – com aprovação do presidente Médici. Em dois grupos chamados grupo da Situação e grupo dos religiosos participavam: o general Paula Couto, do Estado-Maior do Exército, o coronel Omar, do SNI, e Dantas Barreto, assessor do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid; dom Vicente Scherer, dom Avelar Brandão Vilela e dom Eugênio Sales. Ao longo das vinte e quatro sessões da Comissão, outros bispos vieram integrar o grupo dos religiosos: dom Ivo Lorscheider, dom Lucas Moreira Alves, dom Paulo Evaristo Arns e dom Fernando Gomes. O canal passou a ser usado para os bispos protestarem contra a violação dos direitos humanos, de um lado, e para o governo neutralizar as críticas públicas mais duras da Igreja em relação a ele, de outro. Funcionava como um “arranjo das elites”: diminuía as tensões entre Igreja e Estado sem envolver as massas ou a imprensa. A Comissão Bipartite não continuou a se reunir durante os governos militares posteriores.

Dom Paulo Evaristo Arns é uma figura que merece destaque. Tendo assumido a arquidiocese de São Paulo em 1970, foi ele quem articulou os bispos do estado de São Paulo para a elaboração em 1972 do manifesto intitulado “Testemunho de Paz”, também conhecido como “Documento de Brodósqui” (CANCIAN, 2005). O documento pedia que as autoridades respondessem pelos ataques à integridade humana provocados pela tortura nos interrogatórios. O texto foi censurado na grande imprensa, mas cerca de 50 mil cópias foram distribuídas entre os fiéis católicos. Também foi dom Paulo o responsável pela criação da regional paulista da Comissão de Justiça e Paz (CPJ-SP). A criação das CJP foi incentivada pelo Concílio Vaticano II, que convocava a Igreja a estudar e debater os problemas sociais que eram entraves à vida com dignidade - a sessão nacional da CJP havia sido criada em 1968. Essa entidade acabou por ocupar um papel político crucial na resistência brasileira, sobretudo na defesa dos direitos humanos: contando com uma ampla rede de atores sociais, os bispos trabalhavam, com cautela e discrição, junto a familiares de presos políticos, recebendo denúncias de todo o país.

Em 1973, um jovem estudante que militava na ANL foi assassinado pelas forças repressivas em São Paulo. Dom Paulo aceitou presidir a missa de sétimo dia da morte de Alexandre Vannucchi Leme, que reuniu cerca de três mil pessoas na catedral da Sé. O governo temeu o potencial de oposição que o ato poderia tomar: havia todo um aparato policial para evitar qualquer manifestação mais direta dos estudantes. Dom Paulo agiu

como moderador, ao estimular o protesto não violento e, mesmo com a censura, a missa teve grande repercussão. Kenneth Serbin (2001, p.392) considera que esta foi a primeira manifestação contra a censura no Brasil, destoando de grande parte da literatura que aponta para a mobilização em torno da morte de Vladimir Herzog, em 1975.

Dom Paulo estava à frente da arquidiocese mais populosa do mundo. Ao se tornar cardeal em 1973 fazia parte de uma estrutura internacional muito influente e, por seu caráter pacificador, tinha grande legitimidade moral diante da população. O arcebispo fazia visitas inesperadas aos presídios; denunciava abusos de poder nas missas e, quando possível, na imprensa e se tornou uma figura pública à qual as vítimas da repressão confiavam em recorrer.

Estratégia bem distinta da de dom Paulo foi a adotada pelo Arcebispo de Recife e Olinda, o já citado dom Helder Câmara, que fez uma extensa campanha internacional para denunciar as infrações aos direitos humanos que estavam ocorrendo no Brasil. Em 1970, foi indicado para o Nobel da Paz e vítima de uma vigorosa e inédita perseguição difamatória por parte do regime militar como um “traidor de seus país” (PILLETTI. PRAXEDES, 1997). Como seu nome foi proibido de ser veiculado pela imprensa brasileira, os meios de comunicação internacional foram importantes aliados de dom Helder. Em maio de 1970, em Paris, o bispo falou abertamente de tortura e perseguição política no Brasil, diante de um público de políticos e intelectuais de mais de dez mil pessoas:

Meu governo propaga que quem fala de torturas é inimigo de sua pátria, principalmente quando fala fora do Brasil. Parece-me, porém, que traição será não falar. (...) os culpados de traição ao povo não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura [aqui dom Helder começa a agitar os braços]. Quero pedir-lhes que digam ao mundo que no Brasil se tortura, peço-lhes isso porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra. (Apud GOMES, 2014, p.67)

Nesse quadro, a CNBB paulatinamente assume um posicionamento crítico ao regime militar, sobretudo motivada pela tortura, pelos desaparecimentos e pelos assassinatos que cometiam por razões políticas e passa a dirigir críticas ao modelo econômico adotado pelos militares, que aumentava o abismo social entre a população rica e pobre. Entre os principais documentos críticos de determinados grupos do episcopado no período podemos citar:

- *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, de 10 de outubro de 1971, publicado pelo bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga;
- *Testemunho de Paz. Declaração conjunta do episcopado paulista*. Brodósqui (SP), 8 de junho de 1972;
- *Ouvi os clamores do meu povo*. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973;
- *Marginalização de um Povo*. Declaração dos bispos do Regional Centro-Oeste. Goiânia, em 6 de maio de 1973;
- *Y-Juca-Pirama. O Índio, Aquele que Deve Morrer*. Documento publicado por bispos e missionários da Amazônia, em 25 de dezembro de 1973.

Ouvi os clamores do meu povo é um documento que reconhecia os principais problemas econômicos do país, sendo incisivo ao destacar a forma como afetavam os mais pobres, ao mesmo tempo em que analisava como a Igreja poderia participar diretamente para contribuir com as mudanças almejadas e, por fim, dirigia críticas pesadas ao regime militar com seu “crescente domínio das vidas particulares dos cidadãos pelo Estado” e “utilização de torturas e assassinatos generalizada”. A declaração foi totalmente censurada na imprensa brasileira, mas publicada no exterior (ROMANO, 1979, p.28).

O *Marginalização de um Povo* veio agravar a relação do Estado com a Igreja no Amazonas, ao denunciar a crueldade da repressão no Araguaia e a forma como o governo estava impondo o desenvolvimento regional, causando o sofrimento de índios, camponeses e pobres. O documento incluía críticas à concentração de terra, à falta de educação, moradia e saneamento básico, ao alto nível de desemprego e subemprego na região, além de dizer explicitamente que era “preciso vencer o capitalismo” pois ele seria o “mal maior, o pecado que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria”.

O documento *Y-Juca Pirama, o índio, aquele que deve morrer* também trazia duras críticas ao capitalismo e ao tratamento do governo à população nativa. Porque o presidente Médici considerava o trabalho da Igreja com os índios subversivo, proibiu o clero de trabalhar com eles, em 21 de dezembro de 1973 (MAINWARING, 1989, p.115).

Esse decreto, embora nunca implementado, demonstra o grau de tensão entre a Igreja Católica e Estado na região.

É na XIII Assembleia Geral da CNBB, ainda em 1973, que outra questão ganha grande repercussão com a divulgação de 19 Proposições dos Direitos Humanos. Após pesquisa em diversas regiões do país, os bispos reunidos votaram cada uma das proposições, assumindo, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil, o protagonismo nas denúncias às arbitrariedades graves que vinham ocorrendo no Brasil. Desse documento extraímos as seguintes:

Proposição 1: Considerando que a Igreja deve chegar por todos os meios à consciência clara das exigências pastorais dos Direitos Humanos e a urgir sua realização, explicita-se as exigências seguintes:
1.3 A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos Direitos Humanos, aceitando as consequências e mesmo sem esperar resultados imediatos.
(...)

1.8 A Igreja deve mobilizar o laicato para o esforço de informação, denúncia e defesa dos Direitos Humanos. (...)

Proposição 15: Considerando a decisiva importância de uma tomada de consciência clara dos Direitos Humanos, na atual conjuntura brasileira, propõe-se: a Igreja deve se empenhar por tornar efetivas as iniciativas abaixo mencionadas:

15.1 Que se prepare uma edição popular da Declaração Universal dos Direitos Humanos para ser amplamente divulgada (...)

15.3 Que a CNBB promova (...), uma campanha sobre os Direitos Humanos (...) com material de propaganda e estudos apropriados (...)

15.4 Que a CNBB promova uma solenidade na data comemorativa, a ser celebrada em todas as dioceses, com a participação pessoal dos Srs. Bispos.

15.5 Que se promova, nas bases, uma reflexão sobre o tema dos Direitos Humanos (...)

As proposições aprovadas pela hierarquia não foram, certamente consensuais, pois, como dissemos os bispos não formavam um bloco monolítico. No boletim da CNBB enviado às dioceses, as votações dessas proposições deram transparência aos índices da votação. A tendência era quanto mais polêmica as cláusulas da proposição, mais divergência entre os bispos, como vemos na tabela 1:

Tabela 1: votação das proposições dos Direitos Humanos na XIII Assembleia da CNBB, em 1973

Proposição 1: Considerando que a Igreja deve chegar por todos os meios à consciência clara das exigências pastorais dos Direitos Humanos e a urgir sua realização, explicita-se as exigências seguintes:	Bispos que aprovaram	Bispos que não aprovaram	Bispos que votaram em branco	Bispos que aprovaram com emendas
1.1 – A igreja deve cumprir, para aqueles que com ela colaboram as exigências dos Direitos Humanos	164	0	03	0
1.2 – As igrejas mais favorecidas devem partilhar seus recursos com as igrejas menos favorecidas	103	01	12	51
1.3 – A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos Direitos Humanos, aceitando as consequências e mesmo sem esperar resultados imediatos	43	15	22	47

Fonte: Boletim da CNBB, março de 1973

Para o clero, a CNBB enviou subsídios de como apurar, discernir e denunciar injustiças.

Em certos países cabe à Igreja denunciar as injustiças cometidas contra aqueles que não podem defender-se por si próprios. Ela deve tornar-se porta-voz das vítimas mudas de injustiça. (...). Somente a voz da Igreja – a voz dos bispos, padres, religiosos e leigos que são os melhores conhecidos dessas injustiças – com muita frequência somente esta voz é que pode elevar-se para defender os que sofrem em silêncio a opressão e para quem os oprime.

A denúncia pede coragem, muitas vezes grande coragem, denunciar uma injustiça significa afrontar e talvez até desmascarar e sempre contradizer homens poderosos e que tem nas mãos alavancas do poder político e econômico. (...)

Nosso testemunho de justiça deve ser um testemunho autêntico. Não tomemos o primeiro vagão que passa. Aproveitemos o tempo para refletir, a fim de discernir onde se encontra realmente a Justiça e não somente onde ela aparenta estar. (...) Lembremos que prudência não significa sempre reserva e jamais quer dizer medo. Haverá, naturalmente, circunstâncias em que a moderação e até mesmo o silêncio serão recomendados pelo perigo de um mal maior pelas consequências que uma denúncia intempestiva e inoportuna poderia ter para as pessoas mesmas que nós queremos ajudar. (Comunicado mensal da CNBB, março de 1973)

A Igreja deveria agir principalmente por duas vias: pela ação efetiva junto às autoridades policiais, políticas ou jurídicas em casos específicos e com garantias de comprovação; e por denúncias em declarações e manifestos, centrados principalmente em casos de maus tratos, espancamentos e torturas, mas também nas questões referentes aos direitos indígenas, operários, da periferia dos centros urbanos e de questões que envolvessem posse de terra. As diretrizes chamavam atenção para as organizações que permitiam uma maior mobilização - e que recebiam mais repressão-, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Encontro Intereclesial, voltado para a troca de experiências entre as Comunidades Eclesiais de Base, e a Comissão Pastoral da Terra. Foi destacado pelo subsídio que se estimulassem o Grupo Não-Violência, núcleo do trabalho pelos direitos humanos da CNBB e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, incentivada por Dom Evaristo Arns.

Desde 1974, o governo federal tem à frente o general Geisel, que acena com a distensão gradual e controlada do regime. No contexto do conflito entre o presidente e os grupos vinculados ao aparelho repressivo, vários episódios, contudo, farão com que as tensões políticas entre os bispos e o governo permaneçam. Um relatório do 2º Exército, escrito 1974, declarava: “O clero se constitui no mais atuante dos inimigos que atentam contra a Segurança Nacional, promovendo através de processos nitidamente subversivos, a substituição da estrutura político-econômica e social brasileira por uma nova ordem, em tudo semelhante à filosofia marxista” (*apud* MAINWARING, 1989, p.178).

Em outubro de 1975, o jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, foi convocado a se apresentar na sede do II Exército, para prestar esclarecimentos sobre uma suposta ligação com o Partido Comunista. Lá ele foi torturado via espancamentos, choques elétricos e afogamento, e morreu asfixiado na sede deste órgão. Temendo a onda de protestos que seguiria sua morte, os torturadores do Doi-Codi forjaram uma simulação de suicídio. Sendo judeu, foi feito um culto ecumênico em sua memória, que reuniu milhares de pessoas na catedral da Sé. No mês seguinte, os bispos de São Paulo, incentivados por dom Arns, publicaram o documento *Não oprimas o teu irmão*:

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo, nós, os bispos da Igreja deste estado de São Paulo, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e, diante, sobretudo dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquietando a população de São Paulo. Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, caracterizados por

prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive, das autoridades (*Idem*, p.175)

Num novo episódio de rebeldia de setores militares contra a distensão, em 1976, dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu foi sequestrado e torturado por grupos armados de direita (*Idem*, p.178). No Amazonas, dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, também vive um episódio dramático: após dirigir-se à delegacia de Ribeirão Bonito, de sua diocese, para protestar e buscar esclarecimento sobre tortura indiscriminada de camponeses da região, acompanhado pelo padre João Paulo Bosco Penido Burnier, entraram em uma séria discussão com os policiais, um dos quais acabou por assassinar o padre Burnier com um tiro na nuca na frente do bispo. Dom Pedro protestou contra o crime no boletim de sua diocese (*O Alvorada*) e outras dioceses também chegaram a protestar ou pedir esclarecimentos do crime ocorrido. O bispo de São Felix do Araguaia já enfrentava perseguição política e ameaças de morte por questões que envolviam disputas fundarias e por criticar o modelo de modernização adotado pelos militares que vitimava muitos indígenas e camponeses (*Ibidem*).

Scott Mainwaring elenca uma série de conflitos neste mesmo ano: em agosto o governador do Mato Grosso fez a acusação de que “existem dois planos comunistas no Brasil: um é na Igreja onde os seguidores de Cristo se radicalizaram, afastando-se da Palavra de Deus para pregar o comunismo; o outro é na política”; em outubro, forças paramilitares fizeram ameaças à vida de Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda. No Amazonas, padre Florentino Maboni foi espancado e torturado para que assinasse uma declaração de que a Igreja estava envolvida com a subversão e quando a Comissão Pastoral de Terra denunciou a tortura, foi ignorada pelo Ministério da Justiça mesmo com o laudo do tratamento médico pelo qual o padre teve que passar após sair da prisão.

No ano seguinte, a CNBB publicou um documento muito incisivo em relação ao regime militar. Resultado da XV Assembleia Geral da Conferência, o *Exigências Cristãs de uma nova ordem política* demonstrava que os bispos tinham claro que a Igreja Católica teria um papel crucial na ordem política, debatendo com o autoritarismo a necessidade do Estado zelar pela integridade humana, tecendo, assim, uma crítica contundente à doutrina de segurança nacional.

A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidade de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e

inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo e numa impunidade frequente e quase total. (CNBB, 1977)

Em 1979, o novo presidente general Figueiredo promulga a Lei de Anistia, o perdão dos crimes políticos ou ligados às questões políticas cometidos entre 1961 e aquele ano. Fruto de uma forte pressão da sociedade civil e de diversas instituições, a Lei que representou um importante passo a caminho da redemocratização, também acabou servindo de escudo para proteger os agentes do Estado que cometeram crimes contra a humanidade. Cinco anos depois, por meio de eleições indiretas o primeiro civil seria eleito para a Presidência desde 1960 e com a eleição, ainda indireta em 1984, a democracia volta a dar seus passos rumo à “nova república”. O fim do regime e a nova onda conservadora dentro da Igreja Católica com a ascensão do Papa João Paulo II levaram a Igreja a partir da década de 1980 a perder a força na política, embora nunca tenha se afastado totalmente dela, sobretudo nos temas das Campanhas da Fraternidade. O fortalecimento das instituições políticas e a volta da liberdade de expressão também contribuíram para que a Igreja se ocupasse mais dos assuntos religiosos (que, importante frisar, nunca saíram de sua pauta), o próprio movimento de base perdeu força política ante a política partidária e religiosa ante o crescimento do pentecostalismo.

1.5 – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E SUAS LACUNAS

A participação da Igreja Católica no período do regime militar ainda é fonte de debates, pois muito há o que se descobrir, debater e rever. O caso mais emblemático talvez seja o de Dom Eugênio Salles, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro a partir de 1971. Sua morte, em 2012 reacendeu a discussão de sua participação no período da ditadura. Considerado conservador, fora acusado de se omitir em situações de mobilização como a tentativa de Zuzu Angel à procura de seu filho, Stuart, assassinado pelos militares em 1971¹⁷. Dom Eugênio também foi acusado de esvaziar o movimento da CNBB quando esta pretendia se posicionar incisivamente sobre as torturas, como se fosse um censor da própria Igreja em nome da ditadura. Marcilea Gombata publicou na revista *Carta Capital*, em 18 de outubro de 2013, um artigo intitulado “Dom Eugênio Agente Duplo”. Nele, a

¹⁷ A irmã de Stuart Angel, a colunista social Hildegard Angel, em mais de uma ocasião disse que o cardeal “fechou os olhos às maldades cometidas durante a ditadura, fechando seus ouvidos e os portões do Sumaré aos familiares dos jovens ditos ‘subversivos’ que lá iam levar suas súplicas, como fez com minha mãe [Zuzu Angel]”. Ver mais em: <http://www.hildegardangel.com.br/?p=3764>.

autora faz usos de documentos do Arquivo Nacional de Brasília, revelando um relatório de 14 de março de 1976, no qual o I Exército do Rio de Janeiro teria relatado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) como o cardeal teria conseguido conter os esforços da própria CNBB de lançar uma campanha contra a repressão. Segundo a matéria, ao tratar da questão do “clero católico”, o referido documento dizia: “A CNBB pretendia fazer declarações sobre as atuais prisões, envolvendo elementos do PCB, no RJ. Dom Eugênio Salles conseguiu esvaziar o movimento da CNBB. Irá a Roma e, no seu retorno ao país, fará declarações favoráveis”.

Por outro lado, foram tornados públicos documentos segundo os quais Dom Eugênio, mesmo mantendo uma relação direta com os militares e evitando manifestações públicas de conflito com o governo, agia nos bastidores, dando assistência a perseguidos políticos do Cone Sul. A reportagem de José Casado, de março de 2008 em *O Globo*, publicou a manchete “O General do Papa”, com a chamada “Dom Eugênio Salles abrigou no Rio mais de quatro mil pessoas perseguidas pelos regimes militares no Cone Sul entre 1976 e 82”. O autor afirmou que a arquidiocese teria abrigado, secretamente, perseguidos políticos em mais de 80 casas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, cujos custos de aluguel seriam arcados pela própria arquidiocese, com a ajuda da Cáritas, uma instituição com finalidades de proteção social, ligada à Igreja. A discussão sobre a forma como Dom Eugênio teria participado da política no período da ditadura, alimentada pela mídia e pela reação de algumas pessoas que acreditam que “Dom Eugênio era o cardeal da ditadura” (FREIRE, 2014), ainda gera divergências.

Muitos bispos podem ter apostado na tática da moderação em sua ação política no período. O primeiro motivo pode estar na ciência por parte do clero de que havia uma assimetria de poder entre a Igreja Católica e o governo ditatorial: além da denúncia das infrações aos direitos humanos e da resistência pacífica, a Igreja pouca coisa poderia fazer para enfrentar a dominação militar e a censura. Alguns bispos apostaram no uso de sua influência para negociar privadamente com os agentes do governo auxílio aos presos e informações a serem dadas a familiares de perseguidos políticos. Publicamente, no entanto, pareciam permanecer sem ativismo social, a fim de evitar acusações de subversão e afastar qualquer possibilidade de serem vinculados diretamente a ações consideradas comunistas.

Uma parcela considerável dos bispos pode ter permanecido como moderada durante o regime militar. O clima de repressão e as posições da instituição eclesiástica pesavam para que o bispo optasse por não se posicionar abertamente contrário ao regime

e ainda sim ser sensível em alguns casos de perseguição política e tortura em sua jurisdição. Existe, no campo da memória, um espaço importante a ser preenchido sobre esse passado recente da história brasileira e sobre a ação política de vários dos episcopos, sobretudo daqueles sem grande visibilidade no cenário nacional. Após essa introdução sobre as relações da Igreja Católica com o Estado no Brasil, este estudo se propõe, nos próximos capítulos, a entender o envolvimento dos bispos de duas dioceses no interior de São Paulo: São Carlos e Assis.

2 - A DIOCESE DE SÃO CARLOS

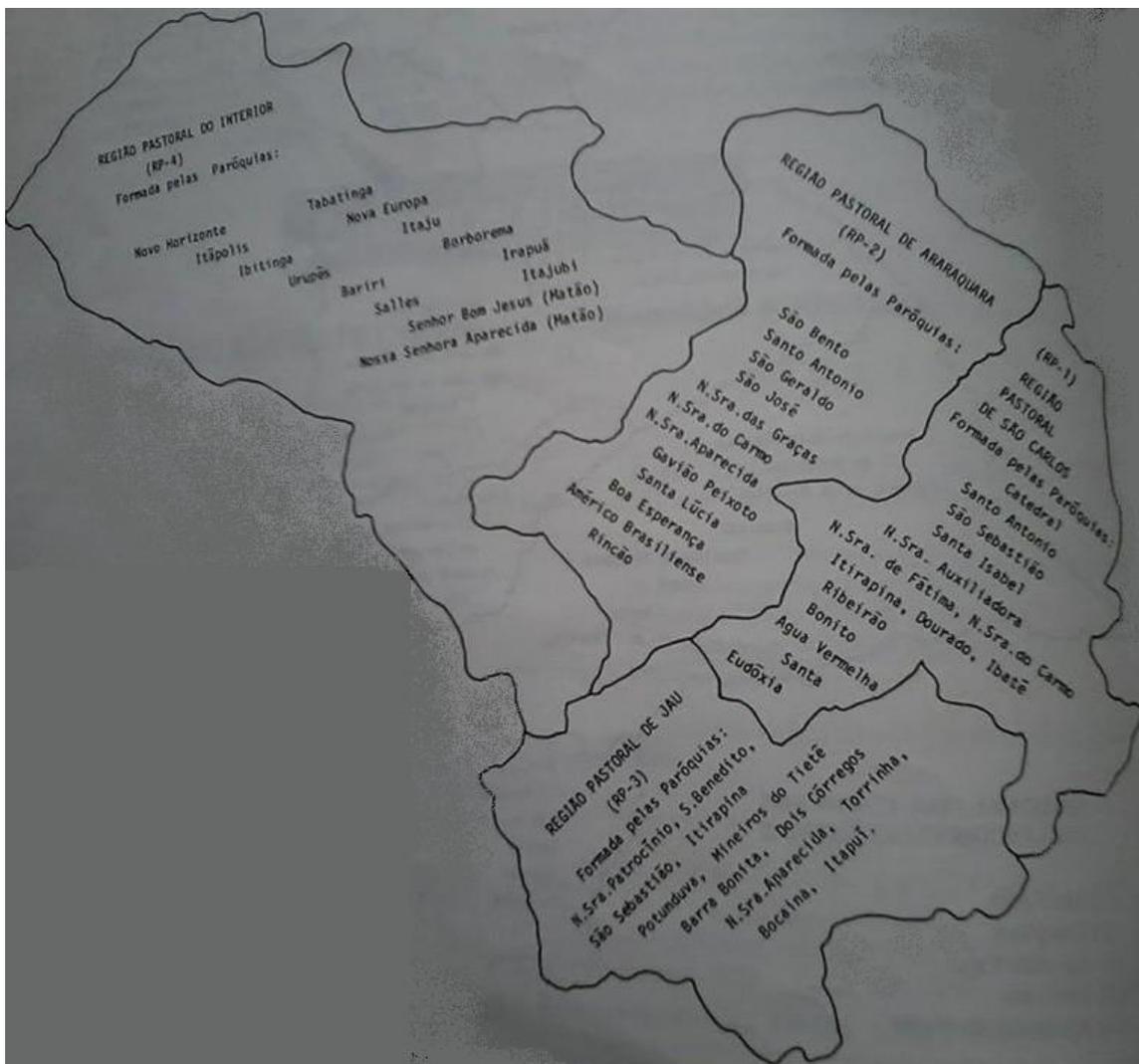
São Carlos está situada geograficamente na região central do estado de São Paulo e é, hoje, referenciada como importante polo tecnológico e de produção de conhecimento no país. No período da ditadura militar, a cidade foi cenário de acontecimentos políticos de repercussão nacional e tem em sua história as marcas deixadas por sindicalistas, líderes estudantis, industriais, políticos e militares de renome. À frente da diocese de São Carlos Borromeu, os bispos diocesanos atuaram, como autoridades eclesiais, no contexto não somente pastoral, mas também social e político de cada época. Este capítulo analisa a ação política do bispo diocesano frente à conjuntura do período da ditadura militar na cidade de São Carlos.

Uma rápida digressão é necessária para situar histórica e politicamente a cidade de São Carlos. No contexto da expansão da lavoura cafeeira das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, a cidade foi fundada e rapidamente adquiriu um status político e econômico muito importante. A construção da estrada de ferro para escoar a produção de café até Santos e a vinda de imigrantes, sobretudo alemães e italianos, apontam os caminhos da povoação e da constituição da comunidade são-carlense. Com a crise do café após 1929, as oficinas que antes serviam ao mercado dos trabalhadores da lavoura cafeeira precisaram se reinventar, impulsionando a consolidação primeiramente da manufatura e, depois, a industrialização da região (TRUZZI, 2007). A fundação da Escola de Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), em 1953, e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em dezembro de 1968, são cruciais para a posição privilegiada da cidade em termos de desenvolvimento regional e tecnologia.

A diocese de São Carlos, por sua vez, foi fundada em 1908, elevada a partir da Diocese de São Paulo e teve papel histórico importante dentro da estrutura da Igreja Católica, uma vez que, posteriormente, foi formadora de todas as dioceses do noroeste do estado de São Paulo: a de Jaboticabal e São José do Rio Preto, em 1929, e a de Catanduva, em 2000. Após todas as perdas de território, a diocese abrange 29 municípios, a saber: São Carlos, Água Vermelha, Ribeirão Bonito, Dourado, Ibaté, Araraquara, Gavião Peixoto, Matão, Itápolis, Borborema, Ibitinga, Tabatinga, Nova Europa, Jaú, Itapuá, Bocaina, Bariri, Trabiju, Boa Esperança do Sul, Itaju, Brotas, Itirapina, Dois Córregos, Torrinha, Mineiros do Tietê, Barra Bonita, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão e

Motuca. Na figura 4, temos a distribuição das paróquias na região abrangida pela diocese no período que analisamos:

Figura 4 - A Diocese de São Carlos em suas quatro regiões pastorais e 51 paróquias que possuía durante o período do regime militar



Fonte: Revista Comemorativa Diocese de São Carlos 1908-1983, edição de Pe. Luís Chechinato

Em seus mais de cem anos, a diocese teve cinco bispos diocesanos, conforme aponta a tabela 2:

Tabela 2 - Relação de bispos diocesanos de São Carlos

Dom José Marcondes Homem de Melo	1908- 1935	Neto do Visconde de Pindamonhangaba, renunciou ao governo da arquidiocese de Belém do Pará antes de assumir como primeiro bispo de São Carlos, mantendo, contudo, o título pessoal de arcebispo.
---	------------	--

Dom Gastão Liberal Pinto	1937- 1945	Fundador do Seminário Menor e da pedra fundamental da nova catedral em 1941.
Dom Ruy Serra	1948- 1986	Sua atividade pastoral abrange todo o período do regime militar no Brasil. Dom Constantino Amstalden auxilia seu trabalho como bispo coadjutor e administrador apostólico entre 1971 e 1986.
Dom Constantino Amstalden	1986- 1995	Renunciou por limite de idade. Foi bispo emérito entre 1995 e 1997.
Dom Joviano de Lima Júnior, SSS	1996- 2006	Nomeado arcebispo de Ribeirão Preto em 2006.
Dom Paulo Sérgio Machado	2007-	Transferido da diocese de Ituiutaba (MG), onde era bispo desde 1989.

Fonte: Arquivos da Diocese de São Carlos

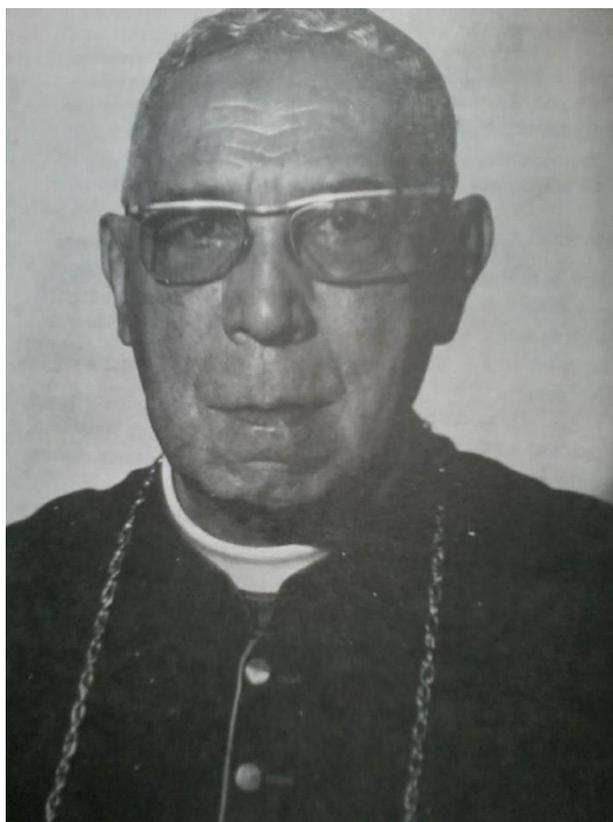
Em que pese ser importante o domínio da trajetória dos líderes da diocese de São Carlos, esse estudo fará uma análise do bispo no governo da diocese no período do regime militar, Dom Ruy Serra. Segundo a documentação da diocese, Ruy Serra nasceu em 1900, no distrito de Souzas, em Campinas, entrou para a ordem dos premonstratenses¹⁸, fazendo seu noviciado no Seminário de Despere, em Chicago, Estados Unidos, em 1918. Dois anos depois, fez os Estudos Eclesiásticos Superiores na Bélgica, na Abadia de Averbode. Em 1921 retornou ao Brasil, sendo ordenado padre na diocese de São Carlos em 1923, e bispo em 1948 na mesma diocese, depois de ter exercido diversos cargos eclesiais. Dom Ruy é, portanto, um bispo “pré-conciliar”, ou seja, sua formação remete à lógica anterior ao processo de modernização do Concílio Vaticano II, que tinha ainda a forte associação da figura do bispo com a concepção de nobreza, como “príncipe da Igreja”. Contudo, na década de 1960 foi um dos bispos que integraram o Concílio, fazendo as viagens à Roma para as reuniões do episcopado mundial e trazendo para a sua diocese as mudanças, sobretudo litúrgicas e pastorais a que a Igreja Universal estava se propondo.

Em relação à sua ação social e política percebe-se que o bispo diocesano segue as diretrizes da *Rerum Novarum*, carta publicada por Leão XXIII no fim do século XIX. Nas questões que permeiam essa temática nos boletins mensais da cúria, é comum encontrarmos publicações que problematizam a situação dos operários e agricultores

¹⁸ Organização de religiosos regulares que seguem a Regra de Santo Agostinho, sob interpretação de seu fundador, São Norberto, assim chamados por ter sido o primeiro mosteiro em Prémonté, na diocese de Laon, na França.

sempre aos olhos da Doutrina Social da Igreja, radicalmente oposta a qualquer formação socialista e/ou comunista, mas também se opõe ao liberalismo econômico. Ainda que algumas dessas publicações nos boletins não fossem de autoria direta de Dom Ruy Serra, certamente tinham sua aprovação para circular em nome da cúria. *Ou fazemos nós ou os comunistas fazem* é um dos lemas encontrados (Boletim da Cúria, maio de 1962) na orientação do bispo para os padres organizarem sindicatos, custeando inclusive formações de lideranças sindicalistas da região para essa finalidade.

Figura 5 – Dom Ruy Serra, Bispo Diocesano durante o período do regime militar.



Fonte: Arquivos da Diocese de São Carlos

Importante lembrar que, a partir de 1971, Dom Ruy Serra contou com um coadjutor e administrador apostólico, Dom Constantino Amstalden. Ao realizar 75 anos, o direito canônico determina que o bispo renuncie ao *múnus* episcopal. Dom Ruy Serra, contudo, ao atingir tal idade no ano de 1971, permaneceu com o título de bispo diocesano, solicitando à Santa Sé somente um bispo como coadjutor. Dom Constantino esteve à frente principalmente de questões pastorais e burocráticas dentro da diocese até assumir como bispo diocesano em 1986.

Com a maioria da população declarada católica, a história de São Carlos se constituiu com a participação direta ou indireta das autoridades eclesiásticas, seja junto às classes dirigentes, seja junto às massas. Veremos a seguir questões importantes para o nosso tema.

2.1 - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE SÃO CARLOS NO PERÍODO QUE ANTECEDEU O REGIME MILITAR

Apesar da trajetória de suas lideranças políticas estar ligada à nobreza imperial e aos grandes senhores do café, inferir que São Carlos é, por esse motivo, uma cidade política e unilateralmente conservadora pode apresentar o que na Ciência Política chamamos de viés, ou seja, estabelecer uma inferência causal em relação a indivíduos, tendo como base a observação de grupos que tiveram uma exposição heterogênea ao fator observado, no caso, o conservadorismo. Contudo, se é verdade que não se deve cair no simplismo da ligação da cidade com o conservadorismo, também é verdade que não se deve rejeitar os elementos de conservadorismo político contidos na trajetória da cidade.

Os cidadãos são-carlenses construíram um discurso muito forte de ligação aos fundadores da cidade, a família Botelho, começando com Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal. Os Botelhos mantêm em sua tradição o imaginário das famílias “pioneiras”, donas das terras desde a concessão da sesmaria do Pinhal em 1831, e membros da estrutura do Estado, como juízes, delegados, deputados, secretários, etc. A estrutura política na qual São Carlos se insere, como veremos, foi profundamente coronelística, de forma que se engajaram na defesa desse sistema em 1932, enfrentando as tropas federais com ao menos 567 pessoas e arrecadando provisões (ver: CARNEIRO, 1977). O bispo da época, dom Marcondes participou ativamente da campanha de levantamento de ouro. Os estudos de Kerbauy (1979) demonstram o quanto São Carlos, por ter a economia dominada pela cafeicultura, vivia sob o mandonismo local exercido pelos grandes proprietários de terra, onde a alternância de poder, quando havia, basicamente não alterava muito o cenário político. Após 1945, a passagem do regime autoritário do Estado Novo para o representativo partiu a antiga polarização ligada às famílias proprietárias de terra no município, possibilitando representação a mais segmentos da sociedade civil.

No novo sistema partidário, o diretório da UDN (União Democrática Nacional) foi organizado por iniciativa do médico e industrial Ernesto Pereira Lopes, o grande

polarizador das eleições locais. O PSD (Partido Social Democrático) teve engajamento dos remanescentes das antigas famílias da cidade, como Carlos Camargo de Salles, Aldo de Cresci e Emílio Fehr. No PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), se encontravam à frente Domingos Mazzei e Antônio Donato. O PSP (Partido Social Progressista) trazia como principais membros Francisco Xavier do Amaral Filho, Leôncio Zambel e Alderico Vieira Perdigão. O PTN (Partido Trabalhista Nacional) teve como líderes Antônio Macei, Orlando Marques e José Bento Carlos do Amaral.

Para Kerbauy, é a partir dessa estrutura partidária que o “populismo” passa a ser exercido em território são-carlense, uma modalidade de atividade política em que há um discurso dirigido às camadas menos privilegiadas da população, mas que, não raro, praticava ações paternalistas, tendo em vista o voto popular. Todos os diretórios estavam permeados por personalismos. A UDN era frequentemente identificada pelos militantes como o “Partido dos Patrões” ou dos “Cartolas”, em oposição ao que seriam os outros “Partidos do Povo”. Nas eleições locais, a tendência era a formação de duas coligações: uma capitaneada pela UDN, que geralmente tinha em sua composição o PSD e o PRP; e outra tendo à frente Antônio Macei, do PTN, com o PSP, PTB e outros de caráter populista, vitoriosos em praticamente todas as disputas pela prefeitura local no período que precede o regime ditatorial.

O comunismo é uma questão político-social muito presente no debate da época e São Carlos não faz exceção. Entre a década de 30 e 60, foram lançadas no Brasil sete cartas pastorais de bispos com conteúdo anticomunista, com objetivos de instruir as comunidades a se “prevenir” contra o que chamavam de “ameaça comunista”. Uma destas cartas fora escrita por Dom Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos, e cujo sucessor será Dom Ruy, lançada em 1937 com o título *Sobre o Comunismo*, que dá indícios para a compreensão da força do discurso anticomunista capitaneado pela autoridade da Igreja Católica de São Carlos (SILVA, 2009, p. 62). O bispo segue o raciocínio do papa Leão XIII, um dos precursores da doutrina social da Igreja que apresenta a peculiaridade de ligar o liberalismo econômico, o materialismo ateu e o comunismo:

O erro hoje tão divulgado da doutrina comunista é uma consequência de erros anteriores abraçados pelas inteligências das gerações que nos precederam. A filosofia do século XIX apresenta um conjunto de ideias, com tendências diversas e opostas, cada uma influenciando em seus adeptos, inspirando respectiva atividade. Uma dessas correntes, o materialismo ateu, que envida esforços para penetrar as camadas sociais hodiernas com a aplicação de sua doutrina constitui uma verdadeira depressão

intelectual. [...] O materialismo ateu concorreu com o liberalismo econômico para implantar o comunismo. (Dom Gastão Liberal Pinto, 1937, apud MEDEIROS, 2007)

A Igreja Católica de São Carlos também se envolveu direta e indiretamente nas questões eleitorais desse período. Desde a década de 1930, a Igreja Católica no Brasil havia composto, sob liderança de Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, a Liga Eleitoral Católica, um movimento que visava organizar os católicos e seus princípios frente à política nacional. Com o tempo e a morte desse arcebispo, essa forma de organização político-partidária dos católicos se tornou obsoleta até ser substituída por outras formas bem menos articuladas em termos nacionais, embora ainda eficazes no que se refere às eleições. O bispo de São Carlos, dom Ruy Serra, propôs à sua diocese o modelo da *Aliança Eleitoral pela Família* (ALEF), que substancialmente agia como uma entidade suprapartidária ligada a diocese para congregar candidatos ligados a questões religiosas, sobretudo as ligadas ao combate ao comunismo e ao divórcio e em defesa de prerrogativas do ensino religioso no campo educacional. O programa da ALEF foi divulgado no boletim da cúria diocesana em março de 1962. Entre os pontos destacados pela equipe estavam:

- Combate a todas as medidas que atentem contra os direitos e a respeitabilidade da instituição família, fundada no casamento com vínculo indissolúvel;
- Amparo e proteção à natalidade; revogação de qualquer dispositivo legal que possa prejudicar o direito do nascituro à vida;
- Combate ao comunismo, sua doutrina, propaganda e a qualquer de suas atividades;
- Rejeição de todo monopólio educativo, defesa do ensino religioso facultativos nos estabelecimentos oficiais.

Em relação à política internacional, mencionava-se a “resistência à expansão de todo imperialismo, expresso pela dominação das nações mais fracas pelas mais fortes” e a toda política internacional totalitária, seja comunista ou fascista, abraçando uma política democrática e anti-ditatorial. As exigências da ALEF estavam em grande conformidade com a *Matter et Magistra*, encíclica papal lançada em 1961 por João XXIII, na ocasião das festas de cinquenta anos da *Rerum Novarum*, a encíclica que inaugurou os posicionamentos da Igreja nas questões da sociedade moderna e industrial. Nela, como vimos, o papa pedia que a Igreja não abraçasse o comunismo, nem o liberalismo exacerbado como caminho para uma sociedade justa e fraterna, mas agisse na “terceira via” dos dois modelos, sob a consciência cristã. Este núcleo da mensagem da Doutrina

Social da Igreja também será debatido nos boletins da Cúria de São Carlos dos anos da ditadura.

Em 1962, a ALEF, com objetivo de orientar os votos dos fiéis são-carlenses, indicou uma lista de candidatos aos pleitos do governo do estado de São Paulo, Assembleia Legislativa e Câmara Federal. A lista foi aprovada pelo bispo diocesano e enviada, via boletim mensal da cúria, à todas as paróquias da diocese, onde os padres deveriam repassar o levantamento feito pela entidade a seus fiéis. As chamadas nos boletins diocesanos traziam os dizeres: “A Aliança Eleitoral Pela Família, já amplamente aprovada e abençoada pelo Episcopado, será valioso instrumento na orientação do eleitorado”

Após as eleições, foi enviada outra lista, agora dos nomes dos eleitos dentre aqueles que haviam sido indicados e se comprometido com a ALEF de todo o estado de São Paulo. Os resultados apontam para 29 deputados federais e 61 deputados estaduais, segundo o documento, representando mais de 50 % das cadeiras disponíveis nas casas legislativas. Estavam também na lista de eleitos o vice-governador Laudo Natel (que se candidatara por faixa própria pelo Partido Republicano) e o senador Auro de Moura Andrade, do Partido Social Democrático, o PSD.

Ernesto Pereira Lopes, cabeça da UDN em São Carlos, estava na lista da ALEF e já se destacara nas eleições legislativas federais, em grande parte porque conseguia arcar com os custos da campanha a âmbito regional, e se elegeu como deputado federal em três mandatos (SGUISSARDI, 1993, p. 30). Durante o regime militar, Lopes filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pela qual foi deputado federal em mais dois mandatos. Era líder de um importante grupo de industrialistas e sócio de um jornal na cidade, o *Correio de São Carlos*, conhecido pelo forte combate ao comunismo.

Segundo René Dreifuss (1987), o grupo empresarial de Ernesto Pereira Lopes teria sido um dos patrocinadores da ação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) na articulação da campanha para a derrubada do presidente João Goulart em 1964. O político era ainda tido como um católico assíduo aos eventos religiosos, amigo pessoal do bispo dom Ruy Serra e generoso nas doações que fazia às obras da diocese (PAINO, 2002).

Havia em São Carlos um padre fortemente ligado às causas sindicais. Seu nome era Antônio Tombolato e logo que chegou como vigário da catedral de São Carlos teria disponibilizado os salões da catedral para os operários, cooperando diretamente para a

formação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e organizando a Juventude Operária Católica, a JOC. O padre teria participado da catalogação e denúncia das infrações trabalhistas e situações vigentes nas Indústrias Pereira Lopes, no início da década de 1960: maus tratos, violência e arbitrariedades, como não poder ir ao banheiro ou beber água exceto em horários predeterminados, além dos atrasos constantes no pagamento dos salários. Os padres diocesanos Arlindo Zanotti e Antônio Desan passaram a dar suporte ao padre Tombolato nesse empreendimento a favor dos trabalhadores.

Com as fortes críticas dos trabalhadores, auxiliados pela Juventude Operária Católica, a Ernesto Pereira Lopes e a seu irmão, o diretor da empresa, Mario Pereira Lopes, em 1961, as lideranças políticas e empresariais da cidade teriam organizado, em resposta, um ato em desagravo às “calúnias” dos sindicalistas à direção do grupo IPL. O evento no São Carlos Clube teria somente um orador oficial: Dom Ruy Serra. Segundo José Roberto Paino, um advogado envolvido nas questões sindicais e políticas da cidade, “o bispo não poderia deixar de mostrar que era um bispo muito amigo dos patrões” (2002, p.73), e os trabalhadores não teriam ficado surpresos por essa indicação de orador.

Conforme Pe. Tombolato assumia lugar de destaque na luta sindical ao lado de Antônio Cabeça Filho, o principal sindicalista desse período, surgiu uma tensão política em torno da participação da Igreja na atividade política da cidade. Ainda segundo Paino (2002, p.20), dom Ruy Serra “foi acusado pelos industriais e pela elite conservadora de São Carlos como tendo trazido para a cidade grupos da ala progressista da Igreja, que poderiam causar ‘prejuízos aos industriais e à paz reinante da sociedade’”. Atendendo à pressão do empresariado, o padre Tombolato foi transferido da região central para a vila mais pobre da época, a Vila Isabel e seus apoiadores, Zanotti e Desan, para cidades vizinhas a São Carlos, pertencentes ainda à mesma diocese. Mesmo assim, o sacerdote continuou acompanhando os operários, que conseguiram criar seu sindicato em 1962.

O caso é emblemático e merece atenção. Diversas fontes da época apontam a proximidade do bispo aos industriais da cidade, sobretudo a Ernesto Pereira Lopes. Nas eleições, o apoio do bispo era para a UDN e, posteriormente, para a ARENA, o que podia não se verificar nas paróquias, pois os padres costumavam apoiar candidatos mais populares. Dom Ruy Serra, nesse momento de tensão sindical, claramente usou de sua autoridade hierárquica e o aparelho institucional do qual dispunha na diocese para desarticular os críticos de sua rede social – rede composta por grupos que se ligaram ao regime militar após o golpe.

A Indústria Pereira Lopes, de um modo geral, era a que encontrava maior conflito com os sindicalistas. Além do carro-chefe do grupo, a produção de geladeiras (que chegou à marca de um terço de toda a produção nacional), a IPL passou a produzir os componentes a serem utilizados na geladeira e, por fim, lançou também uma frente de produção de maquinários, a Companhia Brasileira de Tratores, a CBT. Os conflitos entre os trabalhadores e os funcionários se tornaram mais evidentes com a presença de Dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo de Santo André, São Paulo, conhecido como “o bispo operário”, que atacava claramente os industriais, especialmente Ernesto Pereira Lopes, em seu discurso, quando algumas vezes esteve presente na cidade a convite dos operários de São Carlos para palestras (*Ibidem*, p. 42).

Havia uma tensão política entre dom Ruy Serra e dom Jorge Marcos, o primeiro mais alinhado com os industriais e o segundo com os operários. Ligado a importantes institutos do Vaticano, Dom Jorge Marcos não precisava de autorização do bispo local para vir até São Carlos se dirigir aos operários. Seu forte discurso sindicalista agradava os trabalhadores e desagradava os empresários e a direita política. O capitalismo frequentemente era alvo de suas críticas e, no caso de São Carlos, as indústrias de Ernesto Pereira Lopes:

Não podemos concordar com essa exploração a que estão submetidos os trabalhadores da IPL. Se riscarmos as geladeiras delas sairão não gotas de sangue dos trabalhadores, mas jorrará uma enorme quantidade de sangue proletário em virtude da escravidão e do tratamento desumano dado por essa indústria aos trabalhadores. (Dom Jorge Marcos *apud* PAINO, 2002, p.48)

Figura 6 - Dom Jorge Marcos (à direita), bispo de Santo André, na oficialização do sindicato dos metalúrgicos em São Carlos, ao seu lado os líderes sindicais Alfredo Formigoni e Cabeça Filho



Reprodução: PAINO, 2002, p. 85

O bispo de Santo André esteve presente na ocasião da fundação do Sindicato dos Metalúrgicos, na qual, segundo Paino, os operários gritavam em coro, no auditório da Rádio São Carlos: “Um, dois, três, com dom Jorge Marcos patrão não tem vez”.

O clima que antecedia o golpe militar no Brasil foi sentido em São Carlos. Em janeiro e fevereiro do ano de 1964, imprimiram-se nas edições do jornal *Correio de São Carlos* uma campanha de arrecadação de fundos para o que chamaram de “Caminhada de Carlos Lacerda à Presidência. O governador da Guanabara foi apontado pelo jornal como a “última esperança, um administrador de verdade, suficientemente esclarecido e com visão necessária para dar à sua pátria o governo que ela realmente precisa” (*Correio de São Carlos*, 26 de fevereiro de 1964). Um cupom de ordem de pagamento impresso no jornal foi publicado três vezes no mês de março, acompanhado dos dizeres:

Carlos Lacerda na Presidência da República é a chave para a solução dos problemas do Brasil. É a chave que fechará as portas da corrupção. Lacerda é a chave de mais tetos, de mais hospitais, de mais indústrias e mais alimentos para o povo. Lacerda é a chave símbolo para dar Ordem e Progresso para o Brasil. E você, brasileiro, é a chave para levar Lacerda à Presidência da República. Para isto, dê seu voto, dê seu trabalho e dê contribuições financeiras para a Campanha CL 65. Se você mora no Rio ou em São Paulo, deposite sua contribuição em qualquer Banco de sua cidade em nome da CAMPANHA NACIONAL CARLOS LACERDA. Se você mora no interior, envie uma ordem de pagamento, conta qualquer agência de qualquer banco da Guanabara.

No boletim da cúria do mês de fevereiro de 1964, o texto da primeira página, denominado “Orientações”, trazia observações sobre a realidade política brasileira, bem consoante com os posicionamentos da própria CNBB. Pedia, primeiramente, para que os católicos (leigos e religiosos) não aceitassem ser rotulados como de esquerda ou de direita, ou ainda como reacionários ou progressistas, por favorecer posições inexatas e a desunião dos católicos. Assim, recomendava aos fiéis que não aceitassem sem desconfiança o anticomunismo meramente negativo e nem subestimassem a infiltração marxista nos setores da sociedade, não assumindo uma postura “conservadora e passadista de fechamento em face da realidade do Brasil” e nem uma “aceitação total e imprudente, sem crítica de todo o processo de renovação social chegando a identificar-se com métodos marxistas que visam a revolução brasileira, no sentido vermelho”.

A grande adesão da população paulistana à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março, deu ânimo para que os grupos anticomunistas do interior

se organizassem. Em 21 de março, ocorreu a Marcha na cidade de Araraquara. No editorial do *Correio de São Carlos*, no dia 26 do mesmo mês e dias antes do golpe que instituiu o regime militar, Dom Ruy Serra escreveu, convocando a cidade de São Carlos a se organizar e comparecer:

São-carlenses! Vamos comparecer em massa, em praça pública, na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” a fim de fazer ouvir a nossa voz, que é a voz dos brasileiros que amam a sua pátria, que é a voz do Brasil, que não é a voz dos assalariados que pedem o fechamento do congresso e o cerceamento de nossas liberdades, mas a voz que clama por um Brasil com Deus, pela pátria livre de ditaduras e pela família cristã.

O editorial do *Correio de São Carlos*, de 29 de março de 64, retoma a chamada do bispo e reforça o perigo eminente que a sociedade corria se o comunismo triunfasse:

Sob todos os aspectos, a vigorosa palavra de Dom Ruy Serra souou aos são-carlenses indistintamente como a palavra ansiosamente esperada, o brado de incentivo à ação há muito aguardado, um alerta contra o comunismo anti-cristão (...) Quem pode afirmar que a palavra de Dom Ruy não é a de um líder consciente, patriota, que conclama seu rebanho à tomada de posição contra aqueles que querem implantar em nossa terra o mais negro e odioso regime de escravidão, de opressão, de fome e de morte, o comunismo ateu, inimigo de Deus, da Pátria e da Família.

Figura 7- Convocação para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Carlos, publicada no jornal *Correio de São Carlos*



Reprodução: SILVA, 2010, p.76

Como o golpe ocorreu em 31 de março, a manifestação de protesto marcada para o dia 2 de abril se tornou uma manifestação comemorativa, remarcada para dia 6 do

mesmo mês. Com o nome “Marcha com Deus pela Vitória da Democracia” comemorava que o *Correio de São Carlos* chamou de “vitória das forças democráticas na luta contra o comunismo”, contando com a participação do bispo diocesano Dom Ruy Serra por um trecho da caminhada. Logo no primeiro dia do regime, os líderes sindicais Antônio Cabeça Filho, Manfredo Formigoni e Benedito Carlos Pereira foram presos por ligação com o Partido Comunista Brasileiro e, no dia seguinte, nove vereadores de São Carlos lançaram uma nota apoiando o golpe (SILVA, 2009, p. 64).

2.2 - SÃO CARLOS E O REGIME MILITAR: A HISTÓRIA POLÍTICA E A AÇÃO DO EPISCOPADO

No dia 13 de abril de 64 a Câmara Municipal de São Carlos saúda a “Revolução” e pede a cassação de direitos políticos dos vereadores suplentes. A notícia, veiculada no *Correio de São Carlos*, dizia:

Durante a sessão Ordinária levada a efeito ontem pela Câmara Municipal de São Carlos, com a presença da totalidade dos senhores vereadores, foi aprovado importante requerimento endereçado ao Comando Supremo da Revolução Democrática de 31 de março
O requerimento, de extrema urgência, aprovado por unanimidade, solicita providências dos Comandantes Supremos da Revolução e do Sr. Presidente da república, no sentido de serem investigadas a atuação de quatro suplentes de vereadores à Câmara Municipal de São Carlos e, sendo constatada a atividade antidemocrática dos referidos suplentes, ser efetuada a imediata cassação de seus direitos políticos.
São pessoas implicadas em todas as agitações de caráter político e social que foram promovidos (sic) nesta cidade, em afrontoso atentado à Constituição e à ordem jurídica da Nação.
Estes suplentes poderão eventualmente ser convocados, em afrontoso atentado à Constituição e à ordem jurídica da Nação. São eles: Benedito Carlos Pereira (PSP), Manfredo Formigoni (PR), Newton Fonseca de Andrade (PTN) e José Roberto Andrade Paino (PTN).

No boletim da cúria diocesana de abril de 1964, o bispo envia para todas as paróquias a carta dos bispos da Regional Sul 1 da CNBB, denominada *Manifesto do Episcopado Paulista ao Povo Brasileiro* (Figura 8), da qual é signatário, pedindo que rezem pela paz na Pátria e não peguem em armas, de forma a evitar derramamento de sangue:

Figura 8 – Dom Ruy Serra circula pela diocese a posição dos bispos de São Paulo frente ao golpe militar



Fonte: Arquivo da Diocese de São Carlos

O boletim da cúria diocesana enviado às paróquias de São Carlos no mês de maio trazia uma mensagem dos bispos do estado de São Paulo dirigida aos trabalhadores, que tratava de pontos políticos e sociais da conjuntura do país.

Passado o primeiro impacto dos acontecimentos político-sociais que sacudiram a Nação, organizado o novo governo que deverá reger os destinos do país, chegou o momento de dirigirmos com mais vagar ao clero, aos religiosos e fiéis de nossas dioceses, uma palavra de conforto e orientação. Julgamos que não será demasiado agradecer a Deus, ainda uma vez, pelo que de positivo teve e continua tendo o movimento político militar de março último. Com satisfação igual vemos a nova ordem implementar em nossa pátria e debelar totalmente o perigo do comunismo que já assumia proporções assustadoras com propósitos inaceitáveis na mais justa e inadiável das campanhas reformistas.

Após essa introdução, os bispos lamentavam a “confusão dos primeiros momentos de luta, sobretudo a respeito da Ação Social e da Ação Católica”. O trecho se refere ao fato de vários agentes de pastoral, sobretudo os que trabalhavam em causas operárias, camponesas e estudantis no Nordeste, terem sido presos sob acusações de comunismo, conspiração ou questões de segurança nacional logo após o golpe de Estado. Reforçando o argumento assumido por essa pesquisa da autonomia do bispo para julgar os acontecimentos dentro da jurisdição de sua diocese, o documento diz que “aos bispos, sucessores dos Apóstolos em cada diocese, cabe a justificação de seus programas e métodos da fidelidade da evangelização e da prudência do agir de seus militantes”.

Esta carta de maio de 64, da qual Dom Ruy Serra, é signatário, retomou os princípios da Doutrina Social da Igreja, repudiando tanto o comunismo como o liberalismo econômico; solicitava ainda que os meios de comunicação fossem honestos; que não se abandonassem as reformas sociais; que se atentasse às necessidades das pessoas privadas de direitos essenciais e faziam ainda uma defesa de um sindicalismo “livre e legítimo”. O documento termina deixando explícita a preocupação dos bispos com o momento histórico e fazendo um apelo à unidade:

Amados irmãos e filhos caríssimos, em nenhuma outra época da História necessitou tanto a Igreja de dar testemunho vivo de unidade interna. Por essa razão alertamos com veemência compatível com a gravidade do momento a todos os fiéis para a responsabilidade que pesa sobre nós de conservar a unidade do espírito no vínculo da paz. (*Ibidem*)

Ainda em 64, outro texto no boletim diocesano merece atenção. Escrito por um padre da diocese de São Carlos, Cônego A. Castanho, “Falhou a Ação Católica Brasileira?” fazia questionamentos sobre as práticas das lideranças de certos setores da citada instituição, principalmente ligados a instituições operárias e estudantis, como a JOC e a JUC. Para o sacerdote, a militância política dentro das articulações juvenis havia tomado rumos que as estavam fazendo ter “ter mais frutos negativos que positivos”.

Castanho ainda defendeu nesse começo de regime militar que os jovens católicos deixassem os assuntos políticos para os adultos e se moderassem na militância política.

Ora, nos últimos anos os dirigentes da Ação Católica, especificamente dos setores jocista e jucista se empolgaram na ação predominantemente política nos meios universitários e estudantis. Os últimos acontecimentos, que sacudiram os próprios fundamentos de nossa pátria estão a exigir uma corajosa e séria revisão por parte da Ação Católica Brasileira. [...] Ainda é possível, cremos, a Ação Católica Brasileira redimir-se de seus desacertos, fruto de retas intenções, mas de errônea canalização de suas energias e de seus militantes.

Em 1968, um importante frigorífico da cidade, o frigorífico São Carlos do Pinhal, entrou em falência, e não pagou o salário de mais de 600 operários por vários meses, o episódio é relatado por Paino (2002) no livro *Matizes de uma luta: capítulos tenebrosos da história sindical empresarial e política de São Carlos*. A família Fialdini, dona do frigorífico, foi mais uma das empresas atingidas pela guinada política do golpe de 64. Com bom relacionamento com a equipe econômica de João Goulart, os Fialdini perderam o crédito nos bancos e no mercado após a tomada do poder pelos militares e, sem subsídio não arcaram com os investimentos que haviam planejado. O Sindicato dos Metalúrgicos prestou solidariedade aos funcionários do frigorífico, provendo cestas básicas levantadas em campanhas, dando assistência jurídica e organizando a movimentação social. No quarto mês sem salário, os trabalhadores organizaram uma passeata exigindo a regularização dos salários e chamando a comunidade a colaborar com as vítimas da falência do frigorífico. A manifestação mal iniciou e houve conflito com a polícia, que armou uma barreira de soldados com fuzis e baionetas. Foi efetuada a prisão dos sindicalistas Cabeça Filho, Formigoni, Durval Chinez e Pereira Augusto, os dois primeiros encaminhados à sede do DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social, em São Paulo.

Os dois líderes operários sofreram torturas físicas e psicológicas: choques, mutilações e espancamento. Segundo relatou Cabeça Filho (PAINO, 2002, p.152), as perguntas começaram amplas, no sentido de obrigá-lo a revelar “quais as ramificações comunista, cubana, russa ou chinesa” ele pertencia. Num segundo momento, o interesse do delegado que o interrogava era saber informações que pudessem instrumentalizar uma perseguição política a José Bento Carlos do Amaral, candidato a prefeito nas eleições de outubro daquele ano, que iria enfrentar o candidato da ARENA 1, apoiado por Ernesto Pereira Lopes. Com apoio da UNE, a União Nacional dos Estudantes, que havia feito

panfletos denunciando a prisão dos sindicalistas, eles foram soltos em 17 de agosto, após o assessor jurídico da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Sebastião de Paula Coelho, ir até o DOPS com a determinação de alguma autoridade superior em Brasília, não revelada.

Enquanto isso, os estudantes da Escola de Engenharia da USP de São Carlos, do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, o CAASO, decidiram apoiar os operários, marcando uma outra manifestação em prol dos trabalhadores do frigorífico, no dia 15 de agosto. A possibilidade de agitação social se apresentou como “um risco aos ganhos da Revolução” e levou a ocuparem a cidade de São Carlos por uma semana com mais de 5 mil homens. Houve confronto entre os trabalhadores e estudantes e os militares; alguns estudantes foram presos. A cidade ficou em estado de sítio por dois dias: escolas e comércio fechado, entradas bloqueadas e todo veículo que entrasse era revistado e obrigado a se identificar, de modo a evitar que viessem mais pessoas a apoiar a referida manifestação.

O Estado de S. Paulo, no dia 2 de agosto, se referiu à passeata e a *Folha de S. Paulo* trouxe a manchete: “São Carlos, prefeito vai pleitear intervenção federal no frigorífico”. Em 10 de agosto, o mesmo jornal trazia: “São Carlos: a polícia reprime a passeata de operários que não recebem há quatro meses”. No dia 16, *A Folha de São Carlos* publica os desdobramentos da tentativa de manifestação do dia 14:

“Dia catorze São Carlos virou praça de guerra. Havia soldados por toda parte”.

Vieram pelotões de Campinas, Araraquara, São Paulo e, também de outras cidades circunvizinhas se fizeram representar, como Ibaté, Torrinha, Ribeirão Bonito. Havia ainda brucutus, tatus e aviões. Tudo isso porque estava anunciada uma passeata de universitários de apoio aos trabalhadores do Frigorífico.

A cidade ficou totalmente alarmada e viveu um dia completamente diferente. Os alunos foram dispensados das aulas. As lojas, bancos, repartições públicas foram fechados. Os estudantes, principalmente do Instituto de Educação Álvaro Guião se aglomeraram em frente ao São Carlos Clube. Vieram ônibus de estudantes de diversas localidades.

Cerca de dezenove horas surgiu um início de passeata de estudantes nas Avenida Dr. Carlos Botelho, mas partiram em debanda assim que viram a polícia.

O *Estado* imprimiu em sua primeira página a reportagem sobre o ocorrido, sob o título “São Carlos ocupada”; a *Folha de S. Paulo*: “Tropas ocupam São Carlos para impedir passeatas”; e o jornal *Última Hora*, mais contundente de todos, trazia a manchete “A Cidade do Medo” e, no dia dezoito, a reportagem nas páginas oito e nove “A verdade sobre São Carlos”, com fotos e depoimentos de pessoas que presenciaram a manifestação.

A imprensa nacional noticiou o ocorrido na cidade, dando grande repercussão ao acontecimento político de poucos meses antes da instituição do AI-5, que vai silenciar por um bom tempo as manifestações públicas de oposição como esta.

Em 1968 houve eleições para prefeito na cidade. O partido do governo, a ARENA concorreu com duas chapas: ARENA 1 e ARENA 2. A instauração do bipartidarismo, em 1965, não fez com que os diversos grupos políticos da cidade se aglutinassem tão facilmente. Havia claras divergências dentro do partido, especialmente entre os provindos da extinta UDN com os dos demais grupos políticos aglutinados na ARENA. O vencedor da disputa eleitoral foi o candidato da ARENA 2, José Bento Carlos do Amaral, que já trabalhava no gabinete do prefeito anterior, Antônio Massei, derrotando Carmine Mota, o candidato que tinha apoio de Pereira Lopes. A chapa da ARENA 2 ainda elegeu dez dos quinze vereadores, demonstrando forte articulação política na cidade, como 2 cadeiras da câmara ficaram com o MDB, a oposição, restam apenas 3 cadeiras para a ARENA 1, mas essa configuração se alterou ao longo da legislatura.

Figura 9 – Tropas confrontam a mobilização em prol dos operários do frigorífico São Carlos em 1968



Reprodução: PAINO, 2002, p. 89

Segundo o prefeito, eleito com 70% dos votos válidos, José Bento Carlos do Amaral, a rivalidade entre o grupo da ARENA 1 e 2 era muito forte. A sublegenda ARENA1 a que possuía canais sólidos mais com agentes do regime militar, personificado

na pessoa de Ernesto Pereira Lopes, o deputado federal. Logo que tomou posse, o prefeito, que tinha vínculos com o destituído João Goulart antes do golpe, e os vereadores da ARENA 2 sofreram forte pressão para que renunciassem. Ressalte-se que desde 1968, quando o sindicalista Cabeça Filho foi preso, torturado e interrogado, o sistema de inteligência do regime militar visava informações privilegiadas que pudessem ser usadas contra Bento Carlos do Amaral (PAINO, 2002, p.152).

Cinco dos dez vereadores da ARENA 2 que assumiram a legislatura em 1969 renunciaram até o segundo ano de legislatura, todos sem justificativa e logo após serem interrogados pelos órgãos de segurança. Foram eles: Orlando Marques, Miguel Arthur, José Marrara, João Miguel e José Mariutti Seppe, este último presidente da Câmara. Possivelmente, os vereadores sentiam-se ameaçados em sua segurança ao permanecer com a situação e renunciavam, de forma a enfraquecer também o governo de José Bento. O vice-prefeito, Alderico Vieira Perdigão, também renunciou poucos dias antes dos vereadores, na primeira semana de janeiro de 1970, após ser preso e levado para São Paulo. Em um ano, o prefeito da cidade enfrentou cerca de 60 inquéritos, inclusive da gestão anterior, e sofria pressão, frequentemente sob ameaças para que renunciasse:

[...] E outra tortura que eles faziam, comigo era quando eles queriam, não é bem um depoimento, que eu fazia muito, mas eu ficava lá na sala com os torturadores umas 18 horas, de pé! Você não acredita! Chamava Augusto o homem que fazia o inquérito, eu dizia: “Seu Augusto, o senhor permite que eu vá no mictório?” Ele dizia, “não!”, cheguei a fazer as necessidades na calça, não podia sair do lugar! Eles faziam muito, assim, isso no final, você ficava esperando num chá de cadeira duas horas, três horas. Esse tal de Augusto gritava pra fora: “Fulano, o carro de São Carlos já veio?” e o cara lá de fora respondia, tudo mancomunado, “Não, ainda não, seu Augusto!”. Isso 4 ou 5 vezes, você ficava esperando. Chegou uma hora que esse Augusto disse pra mim: “Prefeito, o senhor não está interessado em saber que carro vai vir de São Carlos?”, eu falei: “Não...”, “sabe quem nós mandamos prender em São Carlos?” eu falei: “não...” eu era meio gozador, ele continuou: “A tua mulher! Ela deve ser bonita, mulher de ladrão, deve ter roupas finas, a soldadesca vai se divertir a noite com ela aqui”. [...] Então, tinha esses lances, assim, pra ver se eu renunciava, que a missão dele era que eu renunciasse ao cargo. Esse dia que eu fiquei 18 horas, eu estava que não aguentava, todo molhado, sem beber água, desidratado, então eu não estava aguentando. Eu olhei na sala e olhei na gaveta, assim e pensei: vou quebrar a mão. Cheguei a pensar em colocar a mão, assim, fechar a gaveta e quebrar os dedos. [...] Então, esses efeitos de tortura, mais moral, isso era constante, constante, constante, constante. Eles não tinham o menor respeito pela pessoa. Pra eles nós éramos tudo ladrão, tudo bicho, então eles judiavam. (José Bento Carlos do Amaral, entrevista em 16/01/2015, São Carlos. APÊNDICE I)

Em 1970, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid decretou um ato de intervenção no município, que ocorreu no mês de abril. O escolhido como interventor federal foi Antônio Teixeira Vianna, que era diretor da EMBRAPA em São Carlos. A acusação foi de corrupção, no período em que o prefeito José Bento Carlos do Amaral trabalhava no gabinete do prefeito anterior, Antônio Massei. José Bento fora afastado para que “as questões fossem averiguadas”. Passados os três anos até o fim do mandato, o processo foi arquivado, sem provas conclusivas, e as eleições de 1974 ocorreram com vitória do candidato da ARENA 1. Segundo Amaral, o bispo Dom Ruy Serra foi um dos depoentes contra ele em um dos inquéritos que enfrentou, no qual questionava a integridade do então prefeito, dizendo não o conhecer quando, na verdade teria sido frequentador da casa da família Botelho do Amaral. Do ponto de vista do ex-prefeito da cidade, este posicionamento do bispo visava defender os interesses do grupo de Ernesto Pereira Lopes.

Um cidadão são-carlense que se tornou um general renomado do Exército, Carlos de Meira Mattos, era figura muito próxima à União Cívica Feminina de São Carlos, e suas visitas à cidade frequentemente ocasionavam eventos cívicos, não raro sediados no bispado. Nascido numa família tradicional em São Carlos, Meira Mattos viveu na cidade até o fim de seus estudos secundários. Em 1932, foi voluntário na Revolução Constitucionalista. Ingressou na Escola Militar no Realengo e serviu nas Forças Expedicionárias Brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Após 1964, foi vice chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco, promovido a general, interventor federal no estado de Goiás, comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Meira Mattos participou da conspiração que culminou no golpe militar de 1964. Segundo o próprio general¹⁹, à época coronel, sua tropa foi a primeira a chegar a Brasília na virada de 31 de março para 1 de abril. Com invejável carreira e importante contribuição para a academia militar, Meira Mattos foi considerado como um símbolo para São Carlos e convidado a participar de várias festividades cívicas da cidade e os jornais locais frequentemente noticiavam suas atividades. Em 1969, esteve na cidade para as comemorações de 9 de julho, iniciadas na capela do bispado, com a missa presidida por Dom Ruy Serra (*Folha de São Carlos*, 10 de julho de 1969).

¹⁹ Em entrevista ao Programa Memória Política da TV Câmara, em 15 de maio de 2003, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>

Em 1972, um jovem nascido em São Carlos foi assassinado pelos agentes do DOI/CODI. Lauriberto José estudou no Instituto de Educação Álvaro Guião e no Colégio Diocesano, onde era colaborador do jornal *O Diocesano*. Ingressou, posteriormente, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Sua história foi um dos casos estudados pela Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório detalha a ação do jovem que foi militante na Dissidência Estudantil do PCB até a formação da Ação Libertadora Nacional (ALN) e depois integrou o Movimento de Libertação Popular (Molipo). Foi também um dos organizadores do XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), em Ibiúna, tendo sido detido na ocasião. No dia seguinte, em 15 de novembro de 1968, foi escoltado por agentes do DOPS para presenciar o enterro de seu pai, em São Carlos. (BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. 3, p. 115).

Participou, junto a com outros militantes da ALN, do sequestro de um avião da Varig durante o trajeto Buenos Aires-Santiago, desviando-o para Cuba, em novembro de 1969. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha e, em setembro de 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo. Foi morto em 27 de fevereiro 1972, aos 26 anos de idade, juntamente com Alexander José Ibsen Voerões, em ação perpetrada por agentes do Estado. A versão oficial do Comando do II Exército e da imprensa é que os “terroristas”, como eram chamados, foram mortos em confronto com a polícia, e que possuíam armas de fogo, matando, inclusive um morador de rua no momento do confronto. As investigações da Comissão Nacional da Verdade, entretanto, consideraram a possibilidade de que os militantes tivessem sido executados sumariamente, uma vez que a perícia não permitiu a comprovação do tiroteio, nem as supostas armas dos militantes e nem fotos do local do confronto ou dos corpos. Mesmo as notícias veiculadas pela imprensa sobre o ocorrido são contraditórias. Relatos colhidos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos trazem o testemunho de moradores da região que viram o jovem andar mancando, levar vários tiros de dentro do carro da polícia, ser executado e jogado dentro do porta-malas do veículo. A conclusão da CNV foi:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Lauriberto José Reyes morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Lauriberto José Reyes, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos. (BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. 3, p. 125)

A sociedade civil fomentava, via jornais locais ou organizações, o discurso próprio dos defensores da “Revolução”. Uma entidade que merece destaque é a União Cívica Feminina (UCF), que trazia como lema “Família e democracia”. Importante frisar que a entidade estava na articulação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Em São Carlos, a UCF desempenhou um papel fundamental de difusão dos ideais do grupo que se intitulava “Revolucionários de 1964”. Para além dos cursos de culinária, corte e costura e outras atividades para as senhoras católicas da cidade, o próprio nome diz que a razão de ser da organização é *cívica*. Assim, as senhoras da elite são-carlense promoviam atos que consideravam de conscientização da situação política e solenidades comemorativas de datas que consideravam importantes.

As comemorações de Aniversário da Revolução de 64 – em 31 de março, a festividade da Revolução Constitucionalista – em 9 de julho - e as comemorações da Independência do Brasil – em 7 de setembro - eram organizadas com a direta participação da União Cívica Feminina. Próxima à figura do bispo diocesano Dom Ruy Serra, muitas das reuniões e solenidades ocorriam na sede do bispado, algumas com a participação do bispo, como o caso das missas em Ação de Graças ao aniversário da Revolução de 64. No jornal local, *A Folha*, é encontrada a convocatória para celebração da referida missa presidida pelo bispo diocesano em todos os *anos de chumbo*, ou seja, em 1969 a 1974. A pedido da UCF, foi celebrada em 13 de setembro de 1969 uma missa votiva pela recuperação do então Presidente da República, Costa e Silva.

A integrante da organização que era colunista no mesmo jornal, Eulália de Oliveira Borges, fez uma publicação icônica em 19 de abril de 1970, denominada “Alto Civismo: Evangelizar”:

Diante da vida transformada pelo poder de Deus vemos claramente que evangelizar é praticar alto civismo. Pois a criatura espiritualmente nascida de novo buscará a deus e receberá forças para vencer o mundo. Fortalecido pelo sim, terá prazer em obedecer suas leis, honrando a seus semelhantes e a si mesmo. Terá facilidade em entender a exortação **ORDEM E PROGRESSO**.

Julgamos não ser preciso mais dizer em favor dessa sábia afirmação: evangelizar, fazer os homens temerem a Deus é um ato de alto civismo. Evangelizar é concorrer para que dentro da nossa pátria sejamos atendidos pelo seguinte tema: Ordem e progresso.

Em 1971, o deputado Ernesto Pereira Lopes assumiu, com a aprovação do próprio presidente da república, Garrastazu Médici, a presidência da Câmara dos Deputados no

Congresso Nacional. No ano seguinte, o presidente Médici faria uma visita à fazenda de Pereira Lopes em São Carlos, durante um final de semana. Em depoimento a seus biógrafos, (VALENTE. HUMBERG, 1994), após a redemocratização, o ex-deputado afirmou que se aproveitou da oportunidade de outubro de 1972, estando próximo a Médici para sugerir que o presidente começasse os esforços para a “institucionalização da Revolução”, o que não agradara o militar e supostamente teria prejudicado os próximos passos na carreira política de Pereira Lopes. Seu adversário político da época, José Bento Carlos do Amaral (vide entrevista APÊNDICE I), no entanto, afirma que Pereira Lopes se beneficiava muito da estrutura do regime e que Médici não fez qualquer esforço para conhecer a cidade, apenas passando de carro pelo centro quando a visitou, sequer comparecendo para receber o título de cidadão honorário conferido pela câmara dos vereadores na ocasião.

Após 1971, Dom Constantino Amstalden também atuou na diocese, como bispo coadjutor de dom Ruy Serra. As publicações que foram assinadas por ele no período regime militar marcam questões que são de ordem interna e sem muita visibilidade política. A exceção se dá no tocante às questões relacionadas ao divórcio, onde o bispo articula junto à Câmara Municipal e São Carlos assinaturas para pressionar o Congresso Nacional a não aprovar a “lei do divórcio”, em 1975.

2.3 - ANÁLISE DA AÇÃO POLÍTICA DE DOM RUY SERRA

O bispo titular de São Carlos, reconhecido pela sua pontualidade impecável, poucas vezes se manifestou publicamente, ao menos no que foi possível encontrar nos documentos históricos, no que se refere à situação política do país, não sobressaindo um posicionamento claro como no caso dos bispos das capitais do país. Contudo, é possível acompanhar algumas evidências de seu posicionamento.

A relação de Dom Ruy Serra com o deputado da UDN/ARENA, Ernesto Pereira Lopes, parece ser um dos determinantes. O empresário e deputado influenciava diretamente determinadas escolhas do bispo, como vimos no caso da tentativa de desvincular o sindicato dos metalúrgicos da imagem da catedral, o desagravo em favor da família Lopes e a tensão com o bispo de Santo André diante dos operários. O jornal *O Correio de São Carlos*, ligado a Pereira Lopes, que poderia apresentar um

posicionamento mais preciso do bispo em relação ao governo militar, visto que é um jornal mais conservador e do lado da situação, no período de maior tensão entre o Estado e a Igreja não se encontra em nenhum dos arquivos públicos da cidade: o jornal, intencionalmente ou por uma fatalidade desconhecida, não está arquivado nos anos 1966-1982, nos dois principais arquivos públicos, a Fundação Pró-memória de São Carlos e a Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos.

Ao convocar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e caminhar com ela quando se tornou marcha da Vitória; ao ser signatário do documento da Regional Sul 1 da CNBB que somente pede as preces para que o país não pegue em armas e “a pátria alcance a paz”; ao apoiar a União Cívica Feminina nas atividades pró-comemoração da Revolução pelo menos até 1974; ao selecionar os candidatos que não tivessem “ideologias comunistas” para ALEF; ao tentar organizar os sindicatos via Ação Católica, o bispo se posiciona também, dentro das motivações que norteiam o que ele considera o *sentido de missão*, como sugeriu Scott Mainwaring em *Igreja e Politização no Brasil*. As pastorais sociais ocorriam mais voltadas ao antigo modelo da Ação Católica Brasileira que no sentido pós conciliar proposto pela CNBB. Também não foram encontrados registros de alguma manifestação pública que contestasse a legitimidade do regime militar. Por fim, não foi instituída na diocese de São Carlos a Comissão de Justiça e Paz, desde 1972 presente em algumas dioceses de São Paulo, de modo que não havia mecanismos institucionais que pudessem servir de canal para a articulação da diocese em favor de perseguidos políticos através da rede do bispo diocesano.

Dentro das disputas de memória histórica, o bispo é visto pelos sindicalistas e populistas como distante da população mais pobre, um “aliado dos patrões e próximo à elite”, sendo acusado, inclusive de testemunhar contra o prefeito José Bento Carlos do Amaral em 1970, na ocasião da intervenção federal, para defender o projeto político de Pereira Lopes para a cidade, à revelia da vontade popular expressa pela eleição. Por parte da Igreja, é lembrado como um bispo sério e pontual nas colunas da história da diocese, a quem pouco ou nada agradava ver o clero envolvido com questões políticas, que foi o construtor da nova catedral. O bispo da Ação Católica, sobretudo na atividade social e, eventualmente, eleitoral.

Tenha sido pela escassez de documentos, tenha sido pela elaboração dos discursos acerca da imagem de Dom Ruy Serra, a pesquisa aponta uma ação política moderada e conciliadora de conflitos no território de sua circunscrição durante o período do regime

militar, revelando, ainda assim, a forma de agir de um bispo pré-conciliar e envolvido com os grupos importantes política e economicamente na cidade São Carlos.

3 - A DIOCESE DE ASSIS

A cidade de Assis se encontra no oeste paulista e tem participação importante no desenvolvimento histórico do estado de São Paulo. A cidade que cresceu em torno da igrejinha e às margens da Estrada de Ferro Sorocabana se envolveu com as Revoluções de 1924 e 1932, e durante o regime militar sentiu a repressão política principalmente sobre os ferroviários e o movimento estudantil. Como é comum nas cidades interioranas do Brasil, a Igreja Católica contribuiu ativamente em termos de construções, ação política e expansão da cidade, sobretudo no que toca à Santa Casa de Misericórdia, ao Hospital Regional, aos colégios Santa Maria e Diocesano, à Casa da Criança e à Casa da Menina. Conhecer a história política de Assis e seu envolvimento com Igreja Católica é o objetivo desse capítulo.

Faremos nesta introdução uma breve e necessária digressão sobre a trajetória dos principais fatos históricos no município, com base na obra comemorativa do centenário da cidade (BARROS, 2005). Os sertões do Vale do Paranapanema, região em que Assis se encontra, eram originalmente habitados por índios coroados, cayuá e kaingang e, embora região conhecida pelos portugueses, principalmente como rota para as reduções missionárias onde hoje é o estado do Paraná, não foi explorada durante o regimento da Capitania de São Vicente. O coronel mineiro Teodoro de Souza foi quem obteve a posse das terras do Vale em meados do século XIX, das quais vendeu uma porção para outro militar da Guarda Nacional: Capitão Francisco de Assis Nogueira, considerado o fundador da cidade, como se verifica pelo nome do município. A capela com a devoção do capitão, Sagrado Coração de Jesus, foi erguida em 1905 e ao seu redor formou-se uma vila. Em 1914 a Estrada de Ferro Sorocabana chegou à região, que no ano seguinte se torna Distrito de Paz e em 1917, município. O estabelecimento da Sorocabana e o aparelhamento da empresa trouxe imigrantes, famílias inteiras interessadas em se dedicar ao ofício ferroviário, formando um bairro que ficou conhecido como Vila Operária. Em 1918 constituiu sua câmara de vereadores e em 1919 se torna sede da Comarca, anteriormente sediada em Campos Novos do Paranapanema.

Em 1924, um dos levantes armados do tenentismo eclodiu em São Paulo, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, contestando as oligarquias ligadas ao Partido Republicano Paulista. As tropas de Lopes chegaram em Assis em 05 de agosto, recebidas com festa e missa campal, na comemoração de “um mês de luta revolucionária”. Entre os

fatos que ilustram o episódio, estão a primeira edição do jornal *O Libertador*, considerado um dos poucos jornais livres de sua época, da impressão do bônus de guerra, a requisição e apropriação de alimentos e bens para as tropas e até um incêndio à sede da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema, propriedade do Comendador José Giorgi, em Cardoso de Almeida. As tropas permaneceram em Assis por algum tempo, e mais quatro edições do jornal teriam sido ali produzidas (DE MAIO, 2004, p.23).

O movimento político militar de 1932, conhecido como Revolução Constitucionalista, fez uso da posição geográfica e estratégica de Assis, sob comando do tenente coronel Anacleto Roberto Barbosa. A cidade arrecadou armas, alimentos e forneceu voluntários. O primeiro bispo da diocese de Assis, Dom Antônio José dos Santos, apoiava a causa dos insurgentes contra Getúlio Vargas, num discurso de repercussão na cidade de Santo Anastácio (Ibidem, p.27). As tropas gaúchas, fiéis ao governo central ocuparam a cidade. Com o advento do Estado Novo em 1937, a administração municipal de Assis sofre intervenção dos agentes do Estado. Em 1938 é nomeado para a prefeitura da cidade Vicente Mercadante; em abril de 1940 Lycurgo de Castro Santos, que permanecerá até 1947, quando as eleições municipais voltam a ocorrer normalmente.

Em 1958, começou a funcionar a Faculdade de Filosofia de Assis (FAFIA), com sede na Escola Normal Santa Maria, que mais tarde tornou-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e em 1976, incorporada à Universidade Estadual Paulista (Unesp) e transformada em Faculdade de Ciências e Letras (FCL). O movimento estudantil se fortalece nesse polo de ensino, que será perseguido já no golpe em 64 e, posteriormente, na luta pela anistia, nas denúncias das desigualdades sociais e pela volta da democracia. Em 1983, professores, funcionários e estudantes entram em confronto direto com a polícia dentro do campus, ao reivindicarem eleições diretas para a reitoria da universidade e para diretoria da faculdade.

A diocese de Assis, por sua vez, foi fundada já em 1928, sob pressão de importantes forças políticas e religiosas. Havia uma demanda pastoral e administrativa para que houvesse um desmembramento da Diocese de Botucatu, que era responsável por todo o oeste paulista desde 1908. A possibilidade de ser sede de um bispado representou para as oligarquias locais uma possibilidade de reforço da importância do território por elas comandado. Havia uma disputa entre Assis e Presidente Prudente para conquistar de todas as autoridades responsáveis, a autorização para a sede do bispado.

Duas personagens residentes em Assis foram cruciais para o pioneirismo de Assis nesse processo: Smith de Vasconcelos, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, e Lycurgo de Castro Santos, importante líder do Partido Republicano Paulista. Para além do prestígio dos dois em relação às autoridades eclesiásticas e estatais, organizaram estratégias para que Assis tivesse um projeto sólido de constituição da diocese, chegando a aplicar no mercado financeiro quantias por eles doadas para que se formasse um lastro de capital que garantisse a instalação da diocese. Criaram uma comissão de trabalhos, a Grande Comissão Pró-bispado de Assis, cujo maior desafio era atender as demandas da Sé Romana: o patrimônio da nova diocese deveria ser de trezentos contos, um palácio episcopal, uma cúria diocesana, um seminário maior e colégios masculino e feminino (D'ANGELO, MONOEL 1988). A quantia foi levantada pela comissão, contando com doações de proprietários locais, prefeituras e câmara municipais. Criada em 30 de novembro de 1928, a Diocese de Assis foi administrada apostolicamente por Dom Duarte da Costa, bispo de Botucatu até 19 de março de 1930, quando tomou posse o primeiro bispo diocesano.

Tabela 3 – Relação de bispos da diocese de Assis

Dom Antônio José dos Santos	Bispo titular de 1930 a 1956	Religioso lazarista ²⁰ , desde 1918 bispo auxiliar de Diamantina. Após ser nomeado para Assis administrou e consolidou a Santa Casa de Misericórdia (1931); fundou em Assis o Asilo São Vicente de Paulo (1933); o colégio feminino Santa Maria, a Maternidade (1951), a Casa da criança e o Ginásio Diocesano.
Dom José Lázaro Neves	Bispo auxiliar de 1952 a 1956 Bispo titular de 1956 a 1977	Religioso lazarista. Inaugura o seminário São José (1957).

²⁰ Lazaristas ou Congregação da Missão (CM) é uma sociedade de vida apostólica fundada por São Vicente de Paulo em 1625 e que segue suas regras nos votos de castidade, pobreza e obediência dentro da Igreja Católica.

Dom Antônio de Sousa	Bispo auxiliar de 1974 a 1977 Bispo titular de 1977 a 2004	Religioso estigmatino ²¹ , desde 1974 bispo auxiliar de Assis. Reestruturou o seminário e os secretariados diocesanos. Responsável pelo Mutirão contra a Fome e a Miséria – CNBB e pelo Tribunal Eclesiástico de Botucatu, com sede na cidade de Assis.
Dom Eugênio Lambert Adrien Rixen	Bispo auxiliar de 1996 a 1998	Nomeado bispo de Goiânia em 1998.
Dom Maurício Grotto de Camargo	Bispo auxiliar de 2000 a 2004 Bispo titular de 2004 a 2008	Bispo representante da Entidade Mantenedora na Faculdade João Paulo II – FAJOPA, em Marília. Bispo referencial das CEBs no Regional Sul I – Estado de São Paulo e pelo Setor da Mobilidade Humana – CNBB Nacional. Em 2008 foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Botucatu.
Dom José Simão	Bispo titular desde 2009	Assume a sede vacante e se torna o atual bispo diocesano, acompanha a Pastoral Universitária e a Comissão de Defesa da Vida da Regional Sul 1 da CNBB.

Fonte: Site oficial da Diocese de Assis

O bispo, portanto, que governou a diocese de Assis durante maior parte do regime militar foi dom José Lázaro Neves, ou seja, até 1977. Nascido em 1902, em Campo Belo, estado de Minas Gerais, José Lázaro entrou aos 12 anos de idade no Seminário Menor da Escola Apostólica do Caraça, dirigido pelos padres lazaristas. Em 1919, ingressou no noviciado em Petrópolis, estudando filosofia, teologia e exegese, sendo ordenado padre

²¹ Pertencente à Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo, ordem religiosa fundada em 1816 por São Gaspar Bertoni. Receberam da Santa Sé o lema: *Missionários Apostólicos em Auxílio aos Bispos*. Pelas regras da ordem, devem se dedicar principalmente à pregação com retiros e missões populares e na formação do clero.

em 1926 e epíscopo em 1948, eleito bispo titular de Abari e auxiliar de Assis. No ano seguinte apresentou-se em Assis, com ingresso solene e assumindo a responsabilidade de dividir os encargos do bispado assisense com Dom Santos. Segundo D'Ângelo e Manoel (1988, p.35), escritores de notas históricas da diocese de Assis na comemoração dos 60 anos de sua fundação, “por ser novo, de estrutura física não muito avantajada, Dom Lázaro começou a ser chamado de ‘Bispinho’, apelativo carinhoso e prático pois o distinguia facilmente de dom Santos”.

Figura 10 – Dom José Lázaro (esquerda) e Dom Antônio dos Santos



Fonte: D'Ângelo. Manoel, 1988

No que se refere à expansão material da Igreja Católica ou às questões políticas do regime militar em Assis, um imperativo é inserir na discussão um sacerdote auxiliar de dom Lázaro: Monsenhor Floriano de Oliveira Garcez. O primeiro sacerdote ordenado da cidade e na diocese, assim que concluiu os estudos e recebeu a Ordem, assumiu todos os cargos administrativos da cúria diocesana (vigário-geral, chanceler, tesoureiro,

coordenador de pastoral, reitor do seminário), numa época de poucos padres, a maioria religiosos – que, portanto, respondem ao responsável de sua congregação – e estrangeiros, majoritariamente do PIME, o Pontifício Instituto das Missões Exteriores. Padre Floriano se tornou a mão direita do bispo diocesano, participando ativamente das construções da diocese, das decisões administrativas da cúria e da pastoral da catedral; em solicitações políticas e articulação com os poderes locais também teve destaque, como veremos adiante.

Por fim, Dom Antônio de Sousa, o terceiro bispo da diocese, assumiu, em 1977 e governou nos últimos anos do regime militar. Teve grande preocupação em consolidar as propostas do Concílio Vaticano II e implementar as diretrizes pastorais da CNBB e da CELAM. No plano da ação pastoral instituíram-se as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, foram implementadas com participação dos sacerdotes entre os anos de 1976 e 1983, bem como a Escola da Fé, mecanismo de formação de agentes multiplicadores das diretrizes da Igreja.

3.1 – O ANOS QUE PRECEDERAM O GOLPE MILITAR EM ASSIS

As principais atividades da Delegacia Especializada em Ordem Social e Política de Assis em busca de atividade subversiva era acompanhar os sindicatos e os diretórios acadêmicos e grêmios estudantis. Relatórios de suas reuniões, decisões, manifestos e fichas das pessoas nelas presentes preenchem o acervo documental da polícia política mesmo antes do golpe militar

A Estação de Ferro Sorocabana é um espaço importante na luta sindical da cidade e possui representantes cruciais dentro de importantes instituições políticas, como a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 8 de julho de 1962, o delegado regional de polícia, Joaquim Gusmão Filho, encaminha à capital do estado, “para conhecimento e providências”, um telegrama anunciando que os operários da Estação de Ferro Sorocabana estavam se preparando para nova greve, liderada por Homero Leite de Barroa, presidente da União dos Ferroviários em Assis, o deputado estadual José Santilli Sobrinho (PRP) e Tufi Jubran (PDC), vereador da cidade (DEOPS/ASSIS/Pasta 1, p.142). Esses três atores sociais, somados a mais dois, o professor universitário Antônio Lázaro de Almeida Prado e outro deputado, Abílio Nogueira Duarte (PTB), são peças essenciais para a compreensão da resistência e da

repressão política na cidade. Assim como esse, dezenas de reuniões dos ferroviários são acompanhadas e relatadas nas fichas da delegacia.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também recebia atenção dos órgãos do governo, em tempos em que no país ganhavam força as ligas camponesas, a agitação dos setores do campo não seria negligenciada pelo delegado. No mesmo ano de 1962, trabalhadores da Usina Nova América, produtora de álcool e açúcar da família Rezende Barbosa, entraram em greve, orientados por membros da Federação de Trabalhadores da Indústria de Alimentos do Estado de São Paulo, com intuito de forçar o empregador a pagar o salário base sem descontar a “taxa habitação” dos trabalhadores, que residiam na fazenda (DEOPS/ASSIS/ Pasta 1, p.165). O empregador, Renato Rezende Barbosa, havia feito denúncia à polícia por não reconhecer a legitimidade da convocação da Federação, uma vez que já havia entrado anteriormente em acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A polícia, considerando a greve ilegal indicia os 67 grevistas, mantendo-os acampados em barracas fora da propriedade sob policiamento e impedindo a passeata que organizaram por considerarem, segundo o relatório da polícia, “que seu objetivo era desmoralizar os empregadores perante a opinião pública de Assis, nada visando de sadio, útil ou construtivo”. Assim, a polícia agia no sentido de esvaziar o movimento e dar legitimidade ao discurso da ordem.

No tocante ao movimento estudantil, o foco estava sobre o Centro Acadêmico XVI de Agosto, da Faculdade de Filosofia de Assis, a FAFIA, e sobre seus os professores. As greves, com pautas de assuntos acadêmicos como a de 1963 (DEOPS/ASSIS/Pasta 1, p.193), que reivindicava ao governador atenção às pautas do Diretório Central dos Estudantes dos Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo, os livros e as manifestações artísticas dos estudantes e professores eram motivo de alerta de subversão.

Importante fato para a articulação política da esquerda é a fundação do jornal *Voz da Terra* em julho de 1973, um contraponto para unir os “janistas” (entre os quais Hélio César Rosas, Abílio Nogueira Duarte, José Santilli Sobrinho e Tufi Jubran) aos “adhemaristas” sob o comando da família Silva, que tinha o apoio do jornal *Gazeta de Assis* (BARREIRO, 2008, p. 426). A direção do jornal era ocupada pelo fundador botucatuense Egydio Coelho da Silva.

Em fevereiro de 1964, em meio à agitação do cenário político nacional, a União dos Ferroviários de Assis divulga um jornal em apoio às Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart. Antes da explicação de quais reformas reivindicavam (reforma

tributária, reforma agrária, reforma de lucros, reforma bancária, reforma educacional e a construção da Estrada de Ferro Brasília-Belém), o folheto fazia a chamada:

[...] Na qualidade de cidadãos livres e servindo-se de seus direitos consagrados na letra viva da Constituição Federal, por unanimidade deliberaram lançar o presente manifesto às Reformas de Base, a fim de alcançarmos a verdadeira democracia, determinadas pelas formas de governo servindo o povo e não o povo servido às formas de governo que beneficiam apenas a pequena minoria privilegiada.

Então, pela Pátria, pela verdadeira Democracia, que é filha única da Liberdade, pelas crianças, pelos moços e pelos velhos, pela Prosperidade, pela Dignidade e pela Eternidade, enfim, pela Felicidade do povo brasileiro, apelam a todos os ferroviários a fim de que desenvolvam a luta em defesa da reformulação de nossas arcaicas estruturas que já naufragaram no sábio curso dos tempos e a Pátria de todos os brasileiros possa de fato servir a todos. (Circular da União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, fevereiro de 1964. In: DEOPS/ASSIS/Pasta 1, p.222)

Em março de 1964, já se encontrava na cidade de Assis organizado um grupo intitulado Movimento Cristão Democrático de Assis, encarregado de encabeçar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade. No dia 20 deste mês, o dia seguinte à grande marcha na cidade de São Paulo, o movimento assisense teve ampla divulgação no jornal *A Gazeta de Assis*. A manchete principal trazia os dizeres: “Constituído o Movimento Cristão Democrático de Assis”. A reportagem narrava a reunião do dia anterior que teria contado com trezentas pessoas, incluindo o prefeito da cidade, Ruy Silva, na qual decidiram as atividades do movimento, os cidadãos que seriam seu presidente e seu vice-presidente e a carta que seria entregue aos poderes federais em nome dos assisenses. Na primeira página do jornal havia ainda o convite para a Marcha e na página 03, a carta aberta do movimento ao Presidente da República, ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara dos Deputados, de um modo geral fazendo apelos em favor da liberdade e da democracia e cobrando que se combatesse o comunismo e a desordem.

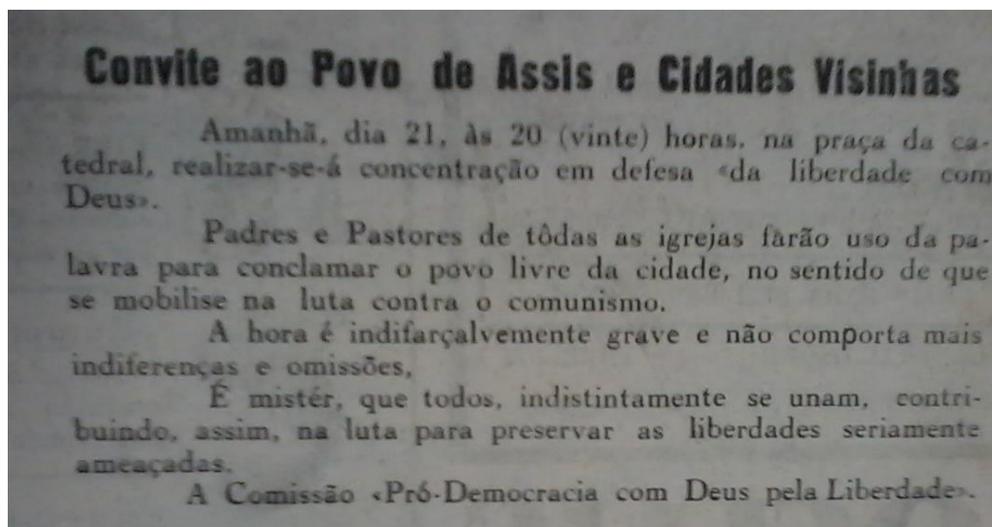
A edição do dia seguinte, 21 de março, também aborda a temática. O próprio editorial da *Gazeta* reforça o convite, fazendo um pelo aos católicos e anunciando a presença dos líderes da diocese:

Hoje discorreremos da concentração religiosa que se realizará logo mais, às 20:00 horas, na Praça da Catedral. Naquele local estarão presentes os Pastores de Almas, D. Lázaro, Monsenhor Floriano e padres pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana. A finalidade da concentração será única e exclusivamente contra certas ideologias que pretendem tomar a família cristã de assalto. Não tem cor política e

partidos não tomarão parte. Ali os cristãos ouvirão as serenas palavras dos representantes da Igreja. Se você, caro leitor é cristão pertencente à Igreja Católica, leve seu rosário e reze um pouco pelo bem da família cristã. Vamos rezar com fé que a Padroeira do Brasil, N. Sra. Aparecida, nos livrará das garras torpes do comunismo.

Havia ainda um box na terceira página da *Gazeta* deste dia, no qual se divulgava o apoio que a comissão assisense estava recebendo do mesmo movimento na capital do estado. Após reafirmarem que “a Pátria Brasileira está em perigo, pois pesa sobre ela a ameaça de subversão contra a manutenção das constituições”, o texto fazia seu apelo cristão, afirmando que o Brasil haveria uma *prerrogativa* “dos cristãos em ter sua dignidade assegurada”, e que isso só seria garantido com uma pátria livre e cristã.

Figura 11 – Convite da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Assis



Fonte: *Gazeta de Assis*, 20 de março de 1964, p.01. Acervo CEDAP

No aniversário do bispo diocesano, dom José Lázaro, esse mesmo jornal, 28 dias depois do golpe militar, na reportagem da primeira página, saudando o epíscopo, os editores aproveitam para salientar o posicionamento do bispo nos momentos de conflito político pelos quais o Brasil acabara de passar:

[...] Nunca faltou, com seu entusiasmo e decidido apoio, às tarefas às quais a cidade teve que colocá-lo. Nos terríveis momentos porque atravessou a Nação, a voz de Sua Excelência se fez ouvir. E a postura foi clara, positiva e corajosa. A cidade compreendeu a indignação deste pastor de almas quando de modo enérgico e veemente, profligou em praça pública os inimigos do regime e da Igreja. Um exemplo aos tíbios e omissos. Fica, pois nesse flagrante, a este Soldado de Cristo, um profundo reconhecimento de seus filhos espirituais.

3.2 - ASSIS NO PERÍODO DO REGIME MILITAR: HISTÓRIA POLÍTICA PARTICIPAÇÃO DA IGREJA

O golpe militar ocorreu e no mês de abril de 64 o estado de exceção estava estabelecido. As tensões com os movimentos sociais se agravaram em Assis. Na delegacia de Ordem Política e Social, todos os líderes de sindicato da região estavam sendo monitorados. Em maio, a Delegacia envia à capital uma lista de “esquerdistas comprovados”, que seriam indiciados por *crime contra a segurança de Estado*. Nesta lista constavam 104 pessoas, a maioria funcionários públicos, ferroviários, estudantes e professores. Destes, 39 foram enquadrados, no mês de junho, por infringência à Lei de Segurança Nacional. No relatório constavam os motivos do inquérito:

Não havendo dúvidas de suas orientações, pendendo para o lado do comunismo, doutrina abominável, combatida e indesejável nos princípios sandios, apresentando cada qual *per si* um perigo exponencial com ações já praticadas, de caráter subversivo como participação ativa em greves ilegais [...], que assinaram uma lista pró-legalização do Partido Comunista do Brasil, o que bem denota suas tendências políticas, lista essa que se encontra em outros dos vários inquéritos políticos e sociais instaurados por essa Delegacia Regional de Polícia de Assis (DEOPS/ASSIS/Pasta 1, p.332-335).

O número dos funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana que foram demitidos diretamente na cidade de Assis não foi possível especificar, mas ao todo 43 funcionários da empresa foram aposentados compulsoriamente ou demitidos com base nos Atos Institucionais do regime. Em 1967, o deputado estadual da cidade de Assis, Abílio Nogueira Duarte, fez um requerimento ao poder executivo estadual, na pessoa de Abreu Sodré, solicitando revisão dos autos que dispensaram do serviço os funcionários, sendo que nenhum deles tinham sido, posteriormente, condenados pela justiça (Cf.: Voz da Terra, 24 de abril de 1967, p.03).

A polícia invade a sede do Centro Acadêmico XVI de Agosto, já no início de abril, à procura de provas que pudessem ligar os estudantes às práticas consideradas subversivas. Propaganda favorável às reformas de base, denúncias de situação da fome no país, consideradas indícios da “infiltração comunista no corpo discente” foram apreendidas. Entre os professores, sobre quem recaíram as reponsabilidades de parte do material, acusados de propagarem a “doutrina bolchevista”, dois deles, Onosor Fonseca e Antônio Dimas de Moraes, tiveram prisão preventiva decretada em 18 de maio, uma

vez que o inquérito sobre o campus concluiu que era “inegável o perigo que oferece a difusão de ideias bolchevistas no meio estudantil, onde a técnica da propaganda vermelha procura de toda sorte arregimentar adeptos” (DEOPS/ASSIS/Pasta1, p.327).

Também é invadida a sede do jornal *Voz da Terra*, a polícia leva até mesmo as edições encadernadas, sob pretexto de terem a capa vermelha (BARREIRO, p.428). O diretor do jornal, Egydio Coelho, se muda para Ourinhos, uma cidade próxima, e retorna a Assis no fim de 65, após um ano e meio, retomando algumas parcerias, mas sob fortes críticas da ARENA e sob risco constante de censura.

Enquanto isso, dom Lázaro, que havia participado da Marcha da Família no mês anterior, participa da reunião extraordinária da CNBB Sul 1 (regional referente ao estado de São Paulo), de onde elaboram o manifesto do episcopado paulista, pedindo aos fiéis que evitem o derramamento de sangue entre irmãos, ou seja, uma guerra civil em nome da resistência (o texto deste manifesto pode ser encontrado no capítulo anterior, Figura 8). Apesar de ser signatário do manifesto, não foi encontrada documentação junto à diocese de Assis que comprove que o bispo fez a mensagem circular em suas paróquias ou que chegou ao conhecimento dos padres e fiéis.

A Associação do Comércio e da Indústria de Assis saúda o presidente Castelo Branco por ocasião de sua posse, no dia 12 de abril. Logo abaixo da transcrição na íntegra do telégrafo enviado à Brasília, a *Gazeta de Assis*, comenta: “Como podemos ver, a Associação Comercial está par e passo com a estabilização nacional que o novo governo prometeu reerguer”. O mesmo faz o prefeito da cidade, Ruy Silva, saudando o general e fazendo votos de combate à corrupção e proteção da democracia.

Em 21 de abril é promovida uma palestra no Lions Clube da cidade, cujos oradores foram o tenente Célio Nabuco e o coronel Jorge Paes Leme, com o tema: “Atividades subversivas na região de Assis”. Após caracterizar como se reconhece a atividade subversiva, o coronel levou para os convidados apreciarem materiais apreendidos em Assis e região, entre os quais: revistas, livros biográficos, folhetos e uma bandeira russa, segundo eles, apreendidos com pessoas a serviço do Partido Comunista do Brasil. Palestras como esta, dirigida aos setores mais influentes da sociedade, têm um papel social muito importante no período da Guerra Fria, pois aumentam a polarização política e buscam dar legitimidade ao regime que se instalou numa circunscrição mais local.

**Figura 14 - Apreensão de material subversivo na
faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis em
1964**



Fonte: DEOPS/ASSIS/Pasta 2, p. 619

Dois vereadores foram, logo de início, indiciados. Seus nomes eram Feliciano Barbosa de Carvalho (PTB) e Tufi Jubran (PDC). O relatório de seus inquéritos concluía que “embora neguem ser subversivos, demonstram as suas linhas partidárias e tendências políticas as quais não condizem com o espírito da gloriosa revolução” e em anexo, cópia de algumas sessões na câmara em que deixariam claro suas “tendências esquerdistas” (DEOPS, ASSIS/Pasta 1. p.343). Pouco tempo antes do golpe, Feliciano havia defendido publicamente as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart. Diante da repercussão da investigação, o vereador articula sua defesa, dirigindo-se à polícia e à população. Em 24 de maio, Feliciano publica na *Gazeta de Assis* um pronunciamento na primeira página do jornal, intitulado “A bem da verdade”. Nela, Feliciano tentou esclarecer: “Na audiência conciliadora há 14 dias e exclusivamente dentro desses apelos, o senhor juiz Waldomiro [Galvão de Camargo] confessou que me denunciou como ‘simpatizante de doutrinas comunistas’ mas RECONHECEU EXPRESSAMENTE QUE NÃO SOU COMUNISTA NEM TENHO PROPÓSITOS SUBVERSIVOS”, e terminava

seu pronunciamento fazendo uma profissão de fé na família, na pátria, nas Forças Armadas e em Deus. Encaminhou, então, uma cópia do jornal para a delegacia, à qual acompanhava uma carta sua, arquivada no DEOPS de Assis, afirmando: “Sou inteiramente inocente dessa acusação. A retratação é a melhor prova no momento. Nunca participei de sindicatos e movimentos grevistas, de coisas que pudessem ser consideradas como baderna. Por isso mesmo, estou sofrendo muito no sentido moral” (Ibidem, p. 356).

O caso dos inqueritos de maio de 1964 envolveu diretamente a ação da Igreja Católica. Não na pessoa do bispo diocesano, mas na pessoa de Monsenhor Floriano Garcez. Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a professora Lívia Ferreira Santos e o professor Antônio de Almeida Prado, ao serem chamados à Delegacia Regional para prestar esclarecimentos sobre comportamentos tidos como subversivos, indicaram como pessoas que poderiam atestar sua boa índole o bispo diocesano e o monsenhor Floriano. Este documento se torna crucial porque evidencia que os cidadãos de esquerda, ligados de alguma forma à Igreja Católica de Assis, confiavam que os líderes desta agiriam de maneira a preservá-los da perseguição política do momento.

A partir do que foi encontrado no documento, procurou-se entrevistar o Monsenhor Floriano Garcez, com 89 anos na data de realização da pesquisa (APÊNDICE II). Questionado se foi inquerido nas investigações instituídas em 64, o monsenhor afirmou:

Então ele [Dr. Waldomiro Galvão] começou a mover: “Almeida Prado: comunista”, a outra que você citou o nome ali [Lívia Ferreira Santos], “comunista”, e outros mais, por médicos, e eu, ninguém sabe viu, eu trabalhava por trás. A providência Divina, sempre a providência divina porque a gente é servo, eu não fiz nada, se Deus não me desse a vida, se o bispo não me mandasse eu não tinha feito essas coisas em nome da diocese. [...] eu conheci Tufi Jubran também. E o chefe da divisão aqui era o secretário, o delegado regional de polícia. Ele morava na frente do bispado, ele tinha muita amizade comigo. [...] A gente ficou então muito amigo, então ele, o chefe da polícia, [...] do DOPS, esse delegado é que era o chefe lá. Então, “eu quero ouvir a palavra de vocês três, de modo especial quero ouvir a palavra do monsenhor. Não é porque é monsenhor, é porque eu conheço, convivi com ele, somos muito amigos”. Então, caso por caso, eu falei: - Tufi? É um jovem recém-formado, está entusiasmado, mas não tem nada de comunista, o pai dele era dono de uma casa comercial em Tarumã, ele não entendia nada de política, ele lascava o pau. A outra tinha sido freira, então vieram me perguntar[...] Então, naquele tempo eu fui, e [ele] rasgou os processos: Tufi, o professor Almeida, [...] ele foi seminarista, quase padre, enfim, todos aqueles lá, eu provei que não tinha nenhum comunista. Aí então eles foram libertos dos processos. Eu falo “rasgado” é expressão, porque ele jogou de lado e, de fato, eles não seguiram adiante.

(Entrevista de Monsenhor Floriano de Oliveira Garcez, em 06 de abril de 2015, Assis. APÊNDICE II)

Figura 13 – Declaração de Antônio Lázaro de Almeida Prado, em 04 de abril de 1964 (grifos meus)

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA Regional de Polícia de Assis

TÉRMO DE DECLARAÇÕES

Aos quatro (4) dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Assis, na Delegacia de Polícia de Assis, onde se achava o Doutor Antônio Collesi, Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu - **DR. ANTÔNIO LÁZARO DE ALMEIDA PRADO** - filho de Benedito de Almeida Prado e de dona Maria Júlia de Almeida Prado, com trinta e oito anos de idade, de cor branca, estado civil casado de nacionalidade Brasileira natural de Piracicaba, Estado de São Paulo de profissão Professor Universitário residente à rua Marechal Deodoro, nesta cidade número 49 sabendo ler e escrever e declarou: que, o declarante é Professor Universitário, lecionando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, às cadeiras de Língua e Literatura Italiana e Teoria da Literatura; que, no dia 18 do corrente foi convidado pelos alunos do Centro Acadêmico à prestar-lhes possíveis esclarecimentos a respeito de crise política porque passava o País; que, o declarante insistiu em que falava aos acadêmicos simplesmente como pessoa de mais idade, sem envolver de qualquer hipótese a Congregação da Faculdade, e que nessa qualidade o que poderia dizer-lhes é que como os alunos estava tomando conhecimento de desenrolar dos fatos pela rádio e pelos jornais; que, o declarante gostaria que os acadêmicos soubessem pois que a única coisa que como cidadão mais idoso poderia dizer-lhes é que se mantivessem calmos continuando suas atividades escolares normalmente, evitando até mesmo manifestações associativas, o que, no entender do declarante seria útil para diminuir, quanto fôsse possível, um clima de passionalidade e supercitação, que o declarante julgava contrária a própria índole dos brasileiros; que, julgava que os problemas nacionais decorrentes do progresso técnico e da crescente industrialização do Brasil só seriam resolvidos num cli-

clima de desarmamentos dos espíritos, com respeito pelas posições e idéias que os cidadãos em uso e gozo de seus direitos políticos pudessem assumir; que, ele declarante julgava que e que tem impedido a resolução dos problemas normais de um País em crescimento, como é o caso do Brasil, tem sido justamente um clima de radicalismos artificialmente criado e contrário a própria índole do Brasileiro; que, parece ser isso tudo quanto pôssa recordar haver dito na reunião e que após o seu pronunciamento, usaram das palavras os professores Leonidas Hegeberg, Virgílio Noya Finto e Onenor Fonseca que, no entender do declarante reafirmaram o pedido de serenidade, ordem e continuidade dos atos acadêmicos que ele próprio declarante havia feito; que, terminadas as intervenções dos professores estes pediram licença para retirar-se da assembleia, o que fizeram a seguir, sem qualquer quer outro tipo de intervenção na mesma, e ele próprio declarante, como cre que os demais professores, nem chegou a saber se houve - - e no caso de ter havido qual tenha sido - - a resolução que o Centro Acadêmico, em seu próprio tenha tomado, como órgão associativo que é, exclusivamente dos alunos e de exclusiva responsabilidade deles; que, o declarante insiste em que quaisquer atividades ou atitudes do Centro Acadêmico se as houve devem ser atribuídas a exclusiva responsabilidade dos senhores alunos da Faculdade; que, encerrando suas declarações, gostaria de declarar, se por ventura as autoridades estiverem interessadas em conhecer as posições filosóficas e religiosas e o procedimento como cidadão de mesmo declarante, que lhe permitissem indicar como pessoas qualificadas para informar as dignas autoridades a respeito de tal matéria as seguintes pessoas: **Dr. José Lázaro Neves, Bispo Diocesano; Monsenhor Floriano Garcez, Reverendo Padre Lima, Paróquia da Catedral de Assis, Dr. José Roselli, Dr. Luis Ralfo Mil-Homens Costa, Dr. Waldemar Valente.** Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, pelo declarante e por mim, escrivão que o datilografai.

Escrivão

Fonte: DEOPS/ASSIS/Pasta 2, p.27 e 28

Durante a entrevista, o clérigo também contou que conhecia a família Nazareth, cujos nomes Adalberto Assis Nazareth e Helenira Rezende Nazaré são conhecidos na história política da esquerda. Na própria documentação do DEOPS é possível encontrar referências de Adalberto como presidente de uma “célula do Partido Comunista” (então, na ilegalidade) na região de Assis. Veio a falecer em 1965 e também teria contado com a colaboração de Monsenhor Floriano:

Ele [Adalberto Nazareth] era comunista! Ele estudou o comunismo, ele era maçom e comunista. Mas nós nos dávamos muito bem, é era um

ótimo médico, desprendido, ele tomava conta, ele fazia quantos partos fosse preciso. Se tivesse dez ele fazia dez, e não olhava dinheiro. E também quando, nós tínhamos amizade eu falei, ele morava uma quadra para frente da minha. Então quando ele ia na maçonaria, “monsieur eu vou deixar aqui minha esposa com Dona Judith [mãe do monsieur], gosto muito, gosto de conversar, eu vou no meu templo. Aí depois, Dr. Gerson [de Almeida], era médico legista, soube que no dia seguinte viria um pelotão da aeronáutica prender ele e outros. Então eu tive que fazer marmelada... Eu baixei lá e falei: é assim, assim, assim, vou pegar todos os livros que o senhor tem de comunismo daqui, vou pegar e guardar. Depois eu devolvo. Eu devolvo, se piorar a questão, eu ponho fogo. [...]. Eu achava para mim que a verdade é um princípio, seja com quem esteja a verdade. Todo erro tem um pouco de verdade, viu, bem, só que as vezes eles enfocam muito numa parte. (Entrevista de Monsenhor Floriano de Oliveira Garcez, em 06 de abril de 2015, Assis. APÊNDICE II)

Figura 14 – Adalberto de Assis Nazareth, militante comunista, com sua família em Assis. Helenira (quinta da esq. Para a dir.), sua filha, foi a única assisense assassinada pela ditadura.



Reprodução: BARRERO, P.146

Por falta de provas, Dr. Nazareth não foi preso na ocasião. Uma de suas seis filhas, Helenira Rezende Nazareth, embora nascida na cidade de Cerqueira César, desde os quatro anos de idade morou com a família em Assis e ali completou os estudos ginasiais. No ano de 1964 vai para São Paulo, fazer graduação em Letras na Universidade

de São Paulo, a USP. Lá, Helenira adere inteiramente à militância política de esquerda, participando de importantes momentos da resistência à ditadura militar, como a Batalha da Maria Antônia, a vice-presidência da UNE, o Congresso de em Ibiúna, submetida à prisão e à clandestinidade e, finalmente, lutando na Guerrilha do Araguaia, onde foi assassinada em 1972.

No ano de 1968 houve eleições municipais. Por essa ocasião, o bispo diocesano, Dom Lázaro, se pronunciou no jornal *Voz da Terra* pedindo aos diocesanos uma “campanha de alto nível”. Foi uma declaração moderada, conciliadora, mas a única declaração que essa pesquisa encontrou do bispo diocesano falando diretamente sobre o cenário político.

Embora falem ainda dois meses para a eleição municipal, já sentimos a movimentação política e mesmo fomos procurados para dar alguma orientação. Queremos afirmar que a Igreja não tem partido, porém todos os eleitores devem ter seu candidato e devem votar segundo a sua consciência católica, olhando sinceramente não os próprios interesses, mas os interesses da cidade. Não sabemos ainda quais serão os candidatos a vereador, portanto, não temos prevenção contra ninguém. Mas é claro que nenhum católico, aliás, nenhum bom cidadão poderá dar seu voto a candidato que porventura tenha ideologias perigosas ou que seja infenso à religião. Pedimos aos candidatos que façam uma campanha em alto nível, antes propondo o próprio programa que atacando o adversário, essa atitude será um tanto a seu favor. E Deus abençoe a todos. D. José Lázaro Neves, C.M. Bispo diocesano. (*Voz da Terra*, 10 de setembro de 1968/ ACERVO CEDAP)

O resultado das referidas eleições surpreendeu: o cargo de prefeito da cidade foi ocupado por um candidato da oposição, ou seja, do Movimento Democrático Nacional, o MDB. Tornou-se prefeito justamente Tufi Jubran, o advogado sindicalista aqui já citado por constar nos inquéritos do DEOPS. A composição da câmara dos vereadores foi equilibrada, a princípio com ligeira maioria do MDB, mas os quadros partidários se alterarão durante a legislatura, por que alguns vereadores migrarão para a ARENA, dando-lhe maioria na câmara já no segundo semestre de 1969.

Em 07 de agosto de 1971, Tufi Jubran, após 30 meses de administração emedebista, desfilia-se do MBD e ingressa na ARENA. A decisão afetou profundamente o MDB assisense, que sofreu várias desfiliações em um curto período de tempo. O vice-prefeito, Ari de Goes Knuppell, também se filiou à ARENA em 17 de novembro do mesmo ano. Para analisar os fatores que levaram a estas mudanças partidárias do MDB para a ARENA no meio dos mandatos, é preciso considerar a possibilidade de uma inconfessada perseguição e/ou pressão por parte dos setores do governo estadual e federal

sobre os políticos locais que vinham de trajetórias sindicalistas. Na carta em que comunica o desligamento do MDB, Tufi Jubran escreveu:

Minha atitude é estribada em razões de foro íntimo. Estou convencido pela vivência político-administrativa inerente ao cargo que venho exercendo pela vontade soberana do povo de Assis que não posso continuar a alinhar com os que fazem oposição aos atuais governos do Estado e da República. As circunstâncias que nos levaram a liderar a campanha política em 1968 estão alteradas.

O general Garrastazu Médici e o Sr. Laudo Natel vêm me orientando em suas administrações dentro de padrões e critérios que coadunam perfeitamente com os ideais que nortearam a grande jornada cívica que nos guindou à prefeitura. Ademais, aos homens públicos cabe inquestionavelmente colocar os interesses da comunidade acima das paixões pessoais. (*Voz da Terra*, 14 de agosto de 1971)

Em seguida, o prefeito traz para a cidade um ciclo de cursos da Escola Superior de Guerra entre os dias 18 de agosto e 1º de setembro desse mesmo ano. Após ter sido diplomado nesse curso na cidade de Presidente Prudente, Tufi julgou um gesto de boa vontade trazer para Assis as palestras que tinham entre os temas: Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança; Objetivos Nacionais Permanentes; Ação Política, Soluções Autocráticas e Democráticas; As Informações e a Segurança Nacional; segurança nacional e Segurança Interna; Guerra Revolucionária.

Quem assume a prefeitura municipal nas eleições de 1972 é o até então deputado estadual Abílio Nogueira Duarte, do MDB, após intensa campanha que assumiu o tom da campanha de 68, de Tufi Jubran, defendendo a ideia de que estar junto com o governo federal não necessariamente significava estar junto com o povo e que seria saudável à democracia que o MDB vencesse. Os comícios do MDB atingiam o número de 20 mil pessoas, segundo o jornal local. No ano seguinte, em maio de 73, uma rádio da cidade, a Difusora, sofre um atentado à bomba, de origem não comprovada: as testemunhas do processo atribuíram a ex-funcionários insatisfeitos (DEOPS/ASSIS/Pasta 2, p.747).

Dom Antônio de Souza chega em Assis para ser bispo coadjutor de dom José Lázaro em 1974. Ele foi o terceiro bispo da cidade, tornando-se o bispo titular em 1977. Não havia ou foi instituída na diocese uma Comissão de Justiça e Paz. Entrevistado, Dom Antônio afirmou que quando veio para Assis a situação já transparecia mais tranquilidade, sem recordar-se de algum incidente específico e limitou-se a dizer, sobre o posicionamento dos bispos durante o regime, de um modo geral:

Nos anos 70, eu me lembro, quando já estava bispo. A Igreja não tinha nada contra o governo, nada, mas sim em defender o homem e a mulher, evitar prisões inúteis, tortura, só isso, mais nada. E também, fazendo isso até hoje, se possível pela justiça social. Dignidade do salário, respeito ao menor, respeito à mulher. Que não o principal, o principal da CNBB é o evangelho, a palavra de Deus, mas tudo o que interfere ela também cuida, por exemplo, o maltrato ao ser humano é contra o catecismo. [...] Não consta que o episcopado quisesse derrubar o governo ou alguém, nunca se usou esse termo, sempre se procurava o direito do pobre, o direito do ser humano. Nós temos que lutar por isso! Não podemos deixar nossos irmãos e irmãs, batizados como nós, ser oprimidos. Era isso que contava. Não se pensava na 'ruindade do Geisel', não, ninguém falava isso, na 'ruindade do Médici'. Pensávamos sempre no pobre, no simples, no humilde, eles precisam ter dignidade, precisam se alimentar. Dói para nós bispos, nós somos formados na parte humana. (Dom Antônio José dos Santos, entrevista em 06 de abril de 2015, Assis. APÊNDICE 3)

Figura 15 – Dom Antônio de Souza é recebido pelo prefeito de Assis, Abílio Nogueira Duarte (MDB)



Fonte: Família Duarte

3.3- ANÁLISE DA AÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA EM ASSIS:

No caso de Assis, a pesquisa não teve acesso aos documentos oficiais da Diocese, baseando-se em quatro fontes: a historiografia já disponível sobre a cidade; os jornais *Gazeta de Assis* e *Voz da Terra*; os arquivos do Departamento Especializado em Ordem Política e Social de Assis, o DEOPS; e entrevistas feitas pela autora.

Dom José Lázaro, o *bispinho*, deixou muito pouco em termos políticos e documentais. Monsenhor Floriano Garcez legou ao bispo os adjetivos “essencialmente espiritual”, firmando que toda a parte material dos encaminhamentos diocesanos ficava a seu encargo. De certa forma, o único texto histórico publicado pela diocese, por ocasião dos seus 60 anos, confirma essa afirmação, reconhecendo o empenho do monsenhor nas conquistas que a diocese construiu:

Gratidão a Mons. Floriano de Oliveira Garcez, filho de Assis e primeiro padre do primitivo Seminário fundado por Dom Antônio José dos Santos. Mons. Nasceu com a Diocese e a viu crescer; por isso a ama profundamente. Batalhador incansável, Mons. Floriano tem se dedicado de corpo e alma para o bem da Igreja de Assis. Tem sido fiel companheiro dos bispos e o grande realizador de seus planos (D'ANGELO. MANOEL. 1988, p.132)

Dom Antônio de Souza, que foi bispo auxiliar e, posteriormente bispo diocesano quando dom Lázaro se tornou emérito, caracterizou-o como “autêntico”, “todo entregue à causa da Igreja”, “culto, humilde e desapegado”. Segundo as memórias de dom Antônio, dom Lázaro “não era um homem presente assim nos diversos setores, presença física não, reservado, um tanto reservado. Usaria essa palavra, reservado. Porque ele estava mais nos concílios antigos, o padre mais de reza, mais discreto”. Dom Antônio considerou que a diocese de Assis vivia num grande afastamento do clero em relação ao povo, uma espécie de “respeito excessivo” e atribuiu essa característica como uma herança de dom Lázaro.

A cidade de Assis em si tem uma trajetória política bem consolidada e grupos políticos claramente constituídos. O advento do regime militar afeta a cidade que tem forte influência do movimento estudantil e operário e estes sentem maior repressão logo nos primeiros meses do regime. A ação de monsenhor Floriano Garcez nos casos aqui relatados, sobretudo dos professores da FAFIA, do vereador Tufi Jubran, e do médico Nazareth, é de suma importância para compreendermos o tema da Igreja nesse período histórico e também a forma como o bispo diocesano se isentava do envolvimento direto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a expor e a analisar a ação política da Igreja Católica na ditadura militar, tendo o bispado como unidade de análise. Esperamos que tenha ficado clara a complexidade do tema: se, por um lado, quando os canais de contestação ao regime militar foram reprimidos ou eliminados, a Igreja Católica permaneceu como um espaço em que a discussão política era possível, de outro é preciso salientar que a ideia de que os bispos eram unívocos na oposição, mesmo após 1968, é falaciosa. Embora tenham passado por momentos de muita tensão, Igreja e Estado nunca romperam completamente suas relações.

Trinta e um anos após a redemocratização do Brasil, a pesquisa sobre o tema da ditadura militar ainda encontra os seus desafios. O primeiro, sempre comum às pesquisas históricas, é o acesso a fontes documentais seguras e organizadas: documentos públicos sem filtro de chaves de pesquisa; jornais que apresentam lacunas na seriação; arquivos privados (como os das igrejas) que demandam um relativo capital social para alcançar autorização; etc. O segundo é confrontar com novas propostas de pesquisa aquelas já consolidadas não só na literatura mas sobretudo na memória histórica: um bom exemplo é a ideia de “bispos progressistas” elaborada por uma literatura simpática às atividades de oposição de determinados membros da Igreja, que reforçou após a redemocratização a imagem do bispo-herói, deixando para trás significativas divergências entre os episcopos e toda a complexidade que pode conter o viés explicativo da ação política.

De um modo geral, mesmo sem consenso sobre os procedimentos políticos, havia uma concordância entre os bispos no repúdio moral ao uso da violência, que fica claro no documento de 1977, *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, pautada nas diretrizes da Doutrina da Igreja. Contudo, se considerarmos o grau de autonomia que os bispos possuem na diocese que governam, veremos que os fatores de constrangimento e estruturação da instituição *per se* não permitem estabelecer um grau de racionalidade nas diversas formas de agir politicamente que os bispos assumiram.

Por isso tentou-se, no estudo dos casos de São Carlos e Assis, encontrar evidências de que a relação entre a instituição e o comportamento individual do bispo está expressada na concepção de missão (motivação simbólico religiosa que o motiva a tomar determinadas decisões) e na rede de que o episcopo dispunha enquanto estava no comando da instituição.

No que se refere a São Carlos, dom Ruy Serra era um bispo bem relacionado com os industriais da cidade, tinha presente em sua fala um anticomunismo muito claro e fora acusado de participar da perseguição política na cidade. Dom José Lázaro deliberadamente se esquivava de assuntos políticos, transferindo em grande parte essa responsabilidade para Monsenhor Floriano Garcez, seu braço direito, mas que, no fim das contas, fazia com que o bispado servisse de abrigo a católicos que sofressem perseguição política. Para resumirmos um pouco o perfil destes bispos, podemos destacar:

Tabela 4 – Perspectivas dos bispos de São Carlos e Assis

	Dom Ruy Serra	Dom José Lázaro
Participou das Marchas da Família com Deus pela liberdade e atividades anticomunistas afins?	Sim	Sim
Instituíram a Comissão de Justiça e Paz para averiguar infrações aos Direitos Humanos em sua diocese?	Não	Não
Deram apoio às pastorais sociais (Pastoral da Terra, Juventude Operária Católica, etc.)?	Sim, sob o lema “Ou fazemos nós, ou os comunistas fazem”	Sim, mas deixou essas pastorais a cargo dos padres religiosos, como os do PIME. Há uma forte iniciativa para as CEBs, mas já no governo de dom Antônio de Souza, em 1977.
Como se posicionaram frente à perseguição política do regime militar?	Indícios de que tenha colaborado com a intervenção municipal em 1970, recusando-se a testemunhar a favor do prefeito.	Era referenciado pelos perseguidos políticos a fim de que testemunhasse em favor deles.
Fez críticas que questionavam a legitimidade do regime militar ou de seus métodos?	Não é possível determinar com clareza	Não é possível determinar com clareza

Um outro aspecto em esta pesquisa procurou lançar luz foi a da história política das duas cidades do interior paulista. A justificativa para este esforço está na própria razão

dos estudos de poder local: as singularidades do poder político ficam claras se observadas no que tem de específicas, no poder de grupos locais ora em disputa, ora em associação, sendo compreendido a partir de história e memórias próprias e identidades e práticas políticas determinadas num recorte territorial. Ao estudar parte da trajetória política de São Carlos e Assis, este estudo vai na contramão da ideia de que no interior a ditadura foi pouco sentida, seja no apoio, seja na resistência a ela.

Por fim, espera-se que este estudo tenha contribuído para o conhecimento histórico e para o avanço da Ciência Política na análise de duas instituições de grande relevância no Brasil - o Estado e a Igreja Católica – e avançado na análise do comportamento político de atores que ocuparam papéis importantes do processo histórico do país, de Assis e de São Carlos: bispos, políticos, militares e movimentos sociais.

Referências:

- BANDEIRA, M. **A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Vozes, Educam, 2000.
- BARRERO, M. **Assis de A a Z, a Enciclopédia do Século (1905-2005)**. São Paulo: L2M Comunicação, 2008.
- BARROS, L.C. de. **Assis – 100 anos, Centenário da Fraternidade**. Assis: Conosco, 2005.
- BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean Jacques. **Histoire del’anticommunisme**. Paris: Oliver Orban, 1987.
- BRASIL, **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, 2014.
- BRUNEAU, T. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CABRAL, Padre J. **A Igreja e O marxismo**. São Paulo: Panorama, 1949.
- CANCIAN, R. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- _____. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011;
- CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- _____. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: UnB, 1980.
- CASADO, J. O General do Papa. **O Globo**, 2 de março de 2008. Disponível em: [http://oglobo.globo.com/arquivos/OGlobo-Ditaduras-%20no%20Cone-Sul\(2\).pdf](http://oglobo.globo.com/arquivos/OGlobo-Ditaduras-%20no%20Cone-Sul(2).pdf).
- Acesso em 05/05/2014.
- CNBB, **Comunicado mensal**. Brasília: Edições CNBB, 1963-1974.
- _____, **Exigências Cristãs para uma Nova Ordem Política**, Itaiçi: Edições CNBB, 1974

- CRUZ, S. V.; MARTINS, C. E. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"**. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D'ANGELO, J.C. MANOEL, I.A. **Diocese de Assis: notas históricas e pastorais**. Assis: Editora Santuário, 1988.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relumbre-Dumará, 1994.
- DE MAIO, M.G. de. **Assis, Cidade fraternal**. São Paulo: Nova América, 2003.
- DELLA CAVA, R. **Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964)**. São Paulo: Estudos Cebrap, nº 12, 1975.
- DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, J.R.B. Dom Eugênio Sales era, com todo o respeito, o cardeal da ditadura. **Tribuna Hoje**, 15 de setembro de 2012, disponível em <http://www.tribunahoje.com/noticia/33322/brasil/2012/07/15/dom-eugenio-sales-era-com-todo-o-respeito-o-cardeal-da-ditadura.html>, acesso em 20/08/2014.
- GASTÃO, Liberal Pinto (Dom), **Sobre o Comunismo (3ª carta pastoral)**, São Paulo, Oficinas Gráficas Ave Maria, 1937.
- GERRING, J. **Social Science Methodology: A Criterial Framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GOMBATA, M. Dom Eugênio, agente duplo. **Carta Capital**, 18 de outubro de 2013. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/770/dom-eugenio-agente-duplo-6767.html>, acesso em 20/08/2014.
- HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, 2003, nº 58, p.193-223.

- HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991**; trad. Marcos Samarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política. Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.
- KERBAUY, M. T. M. **Poder Político Local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)**, Tese de Doutorado, São Carlos: UFSCar, 1979.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Editora Giro, 1977.
- MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEDEIROS, F.A.M. de. **O Homo Inimicus: Igreja Católica, Ação Social e Imaginário anticomunista em Alagoas**, Maceió: Edufal, 2007.
- MEDELLÍN, **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano**. Edições Paulinas, 1968.
- MONTENEGRO, J. A. **Evolução do Catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o ‘Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- PAINO, J. R. A. **Matizes de uma luta: capítulos tenebrosos da história sindical, empresarial e política de São Carlos**. São Carlos: Suprema, 2002.
- PILETTI, N. PRAXEDES, W. **Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo, Ática, 1997.
- PINTO, G. L. **Sobre o Comunismo**. São Paulo: Ave Maria, 1937.
- PERES. P.S. **Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo na Ciência Política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.23, nº68, São Paulo: outubro de 2008.
- PIERSON, P. **The new politics of the welfare State**. World Politics, nº48, 1996.

- PIO XI, **Carta Encíclica Divinis Redemptoris**, in: **Cartas Encíclicas**, Rio de Janeiro, ABC, 1938.
- SALÉM, H. **A Igreja dos Oprimidos**. Rio de Janeiro: Editora Brasil Debates, 1984.
- SIGAUD, G. P. **Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos Católicos na Hora Presente**, Diamantina: 1962.
- SILVA, J.P. da. **Comunismo, não! A influência do Jornal “Correio de São Carlos” na construção do anticomunismo no município entre 1934 e 1964**. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2009.
- SGUISSARDI, V. **Universidade: fundação e autoritarismo – o caso da UFSCar**. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.
- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2012.
- ROMANO, **Brasil: Igreja contra Estado**. Crítica ao populismo católico. São Paulo. Kairós, 1979.
- SERBIN, K. P. **Diálogo na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- SHAPIRO, I., SMITH, R. M. e MASOUD, T. E. (orgs.). **Problems and Methods in the Study of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SILVA, J.P. **Comunismo não! A influência do jornal Correio de São Carlos na construção do anticomunismo no município entre 1934-1964**. São Carlos: Fundação Pró-memória de São Carlos, 2009.

SOUZA LIMA, L.G. **Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação.** Petrópolis: Vozes, 1979.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

TRUZZI, O. **Café e Indústria São Carlos: 1850-1950.** São Carlos: Educar, 2007.

VALENTE, C. HUMBERG, F. **Ernesto Pereira Lopes, um homem três dimensões.** São Carlos: JMJ LTDA, 1994.

VATICANO, **Populum Progressio**, 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html, acesso 19/06/2014

_____, Congregação para Doutrina da Fé, **Libertatis Conscientia**, 1984. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html, acesso em 19/06/2014.

_____, Congregação para Doutrina da Fé, **A Mensagem de Fátima**, 2000. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html, acesso em 20/06/2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ACERVOS DOCUMENTAIS:

Arquivo Ana Lagoa, da Universidade Federal de São Carlos.

Arquivo da Cúria Diocesana de São Carlos

Arquivo do Estado de São Paulo, Memória Política.

CEDAP: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, Unesp, Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Fundação Pró-Memória, da Prefeitura Municipal de São Carlos.

APÊNDICE I - Entrevista de José Bento Carlos do Amaral, ex-prefeito de São Carlos

São Carlos, 16 de janeiro de 2015.

Assunto: a vida política de São Carlos nos anos da ditadura militar.

Como o senhor começou sua vida política em São Carlos?

Meu nome completo é José Bento Carlos do Amaral, nasci no dia 21 de março de 1931, comecei a trabalhar no escritório do meu pai com 11 anos de idade, em 1947 eu já comecei a gostar da política. E aqui tinha eleição, no Brasil entre o general Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. Naquele tempo, se podia pregar cartazes, papéis nas paredes, nos postes, nas árvores, e o partido do governo que era do Dutra, pagava 30 centavos - naquele tempo não era centavo, tinha outro nome, mas se fosse hoje seria 30 centavos – por noite pregando cartaz e eu comecei a trabalhar com o apoio do prefeito da época que era o Sabino Botelho e daí comecei a gostar da vida política e estou até hoje. Afastado hoje, porque estou decepcionado com a política no Brasil, certo? Com esses assaltos aos cofres públicos, esses problemas por aí, se for apurar tudo não tem cadeia para colocar todo mundo na cadeia, esses homens de colarinho branco, certo? De primeiro, quando se roubava dez mil reais, era um escândalo, depois passou pra cem mil, depois pra um milhão, agora já não é nem milhão é bilhão, eles roubam. Hoje mesmo a Folha de São Paulo falando desses políticos envolvidos no assalto da Petrobrás demoliu uma piscina, aterrou uma piscina para guardar dinheiro! Tá na folha de São Paulo de hoje! Então eu me decepcionei, fui vereador por diversas vezes, fui eleito prefeito em 1968, com um pleito memorável porque eu tinha mais de 70% da votação, não perdi em nenhuma urna, em todas as urnas eu fui vitorioso, naquela época lancei 10 vereadores, que era o máximo que eu podia lançar, elegi os 10, de 15 elegi os 10. Entrei na política, como prefeito, realizando algumas obras, mas antes eu fui chefe de gabinete do prefeito Antônio Massei, por dois mandatos do executivo dele, e fui também do gabinete do prefeito Alderico Vieira Perdigão, então eu tenho muita experiência na administração pública.

Então eu me tornei prefeito, mas a minha candidatura a prefeito foi contrária aos homens da Revolução daquele tempo, a vergonhosa revolução que não foi revolução, foi um golpe para tirar o João Goulart, que por sinal era meu amigo. Ele tinha uma fazenda aqui no município, aí as vezes, aos sábados ele vinha e me chamava para tomar um chimarrão com ele, certo? Uma fazenda ali na Boa Vista. E esse golpe, eu comecei a ser

perseguido politicamente e em 1970, houve um golpe aqui contra São Carlos. Não foi contra mim, foi contra a cidade, uma intervenção: eu fui afastado para investigações. Fiquei até o término do meu mandato sendo investigado. Quando terminou o mandato recebi um ofício de duas linhas de que o processo foi arquivado e que não havia nenhuma prova. Depois me candidatei a vereador, fui eleito, mas desisti da política, como disse, porque acho que ela está vergonhosa. Tinha que ter aí um arrastão completo e eliminar todo político e começar tudo de novo, para ver se vem algum político sério e honesto.

São Carlos sempre foi uma cidade católica. Desde a sua fundação, pela família Botelho, do Conde do Pinhal, e a história de São Carlos conta que a grande briga do começo da cidade era para formar uma capela na cidade. E foi feito um trabalho muito grande, também com Jesuíno de Arruda, que era ligado aos Botelho, para conseguir a autorização e essa autorização vinha de Araraquara, São Carlos estava submetido a Araraquara. E foi autorizada a capela, lá onde está a catedral hoje, ali nas imediações do mercado municipal foi construída uma capela da Dona Alexandrina, que é bisavó do atual governador, Dona Alexandrina Alkimin. Inclusive fiz um levantamento pro governador, falando que a dona Alexandrina era bisavó dele e ele não sabia.

Então trouxeram da fazenda do Pinhal, da sesmaria do Pinhal, a primeira procissão a pé da fazenda pinhal até a capela para introduzir a imagem de São Carlos Borromeu e aí começou a história católica da cidade. Nós passamos Araraquara, que aqui passou a ser sede do bispado, aqui virou diocese e Araraquara pertence a São Carlos. A Igreja Católica teve muita participação, muito assim, reservadamente, porque até hoje a Igreja Católica não tem aquela atividade política que as outras seitas têm. Você pega as outras seitas elegem deputado, elegem vereador, elegem até governador. Então a participação da Igreja foi muito importante na cidade de São Carlos e a cidade cresceu muito, junto com a Igreja também. A paróquia de São Carlos era enorme, ela atingia até Rio Preto. Você falou que está fazendo também sobre São José do Rio Preto, se você pegar a história de Rio Preto, os fundadores da cidade lá foram sancarlenses, se você pegar na história vai encontrar muito sancarlense lá, não só de Rio Preto como de Marília.

E essa catedral que é magnífica, acho que não tem no Brasil uma igreja como a nossa. E ela precisou de uma reforma e eu fui escolhido pelo bispo da época pra ser presidente da comissão de restauração da catedral. Nós tivemos que aceitar porque eu fui pego de surpresa: eu estava na missa, eu e minha mulher e o bispo anunciou que ia fazer uma associação para levantar fundos e como foi o meu espanto quando ele disse que o presidente seria Bento Carlos do Amaral. E nós iniciamos pela reforma do telhado,

coberta de infiltrações e resolvemos também fazer a catedral um ponto chave da cidade: foi a iluminação da catedral. Essa iluminação, não sei se você já viu de noite, ela está com grandes defeitos agora, não estão dando a manutenção que precisa ser dada. Nós fizemos uma campanha, conseguimos levantar 575 mil reais, certo, e fizemos uma iluminação que ficou maravilhosa. [Mostra a foto] Olha só, com lâmpadas e material que compramos na Holanda, da Philips, certo, por intermédio de alguns amigos, que fizemos essa reforma magnífica que hoje é o cartão postal de São Carlos. Você pega qualquer propaganda grande da cidade de São Carlos aparece a catedral no meio.

Então, ela teve uma participação muito grande e a cidade está crescendo muito, devido a dois pontos principais: a USP, a universidade que foi criada lá quando era chefe de gabinete do Antônio Massei, e depois a UFSCar, que é a nossa universidade federal. Isso deu um impulso muito grande pra cidade. Se você for fazer um levantamento, nós devemos ter aqui mais de 20 mil estudantes de fora na cidade. Estudante a maior parte dos pais também mudam pra cá. Eu vejo muito casos de estudantes, os pais já estão aposentados e os filhos vêm e os pais mudam pra cá. Então isso deu um desenvolvimento muito grande pra cidade de São Carlos. Hoje nós temos aqui o... tirando a Suíça, nós somos a cidade que tem o maior número de professores universitários, doutores, não é? que você disse que vai estudar também para ser.

Então a cidade deu um impulso muito grande e ela desenvolveu naquele tempo, naquela época muito importante, a plantação de café, os cafezais, certo? São Carlos foram dos municípios que mais produziram café. Tanto que se tinha dificuldade de mandar o café colhido aqui na região pra Santos. Então tinha que levar até Rio Claro, que a estrada de ferro ia até Rio Claro, e Carlos Botelho, o Conde do Pinhal construiu por conta própria, veja bem naquele tempo, construiu de São Carlos até Rio Claro a estrada de ferro. São Carlos também foi uma sede importante de teatro. Aquele teatro, como se diz, amador, tinham grandes festivais, vinha gente de todo o Brasil. Quando eu fui prefeito, fui eu que inaugurei o teatro também, nós conseguimos verba do estado, foi iniciado no governo do Perdigão, o governo Lobbe, Adolfo Lobbe parou, interrompeu as obras, virou uma oficina, uma fábrica de manilhas dentro do teatro e aí nós voltamos a trazer o teatro que também é um ponto importante da cidade, nossa cultura, certo, e divertimento.

Aqui também já fui presidente do clube de futebol sancarlense, enfim, eu já participei de muitas coisas aqui da cidade de São Carlos e me sinto realizado hoje. Faço 84 anos daqui há um mês e acho que prestei alguma coisa de útil à cidade. Vou citar só um ponto que hoje é crucial: no Brasil inteiro está faltando água, não só na capital como

nas cidades do interior, eu pergunto a você, que está morando em São Carlos agora se tem falta de água aqui, porque nós tivemos a coragem, na época que eu era prefeito de fazer a captação de água na divisa de São Carlos e Itirapina, no córrego do Feijão, nós trouxemos 17 km de tubulação até a estação de tratamento aqui na Carlos Botelho e hoje São Carlos não tem problema de água, a única cidade que não tem: quanto mais quiser captar, o rio Feijão tem condições de fornecer. Então foi muito importante na minha vida política, na minha vida administrativa, certo? e hoje posso dizer pra você que não tenho inimigos políticos, já tive vários, já tive políticos bravos, tinha o Ernesto Pereira Lopes, que era deputado federal e um industrial aqui da cidade. Ele chegou a ser presidente da Câmara federal e era meu inimigo político, então eu padeci muito na mão desse senhor. Antes de morrer, nós fizemos as pazes, não guardo rancor de ninguém.

Vou voltar em alguns pontos, se o senhor puder me responder. 1964, como é que foi sentido aqui em São Carlos tanto o clima de tensão no governo João Goulart, as reformas de bases e o movimento contrário, a reação da direita que culminou no golpe?

O João Goulart eu conheci pessoalmente, tenho fotos com ele. Ele não tinha nada de comunista, era um bom vivant, vamos dizer assim: gostava de bom whisky, de bom vinho, gostava também de mulheres, ele trazia aqui pra fazenda, ele não tinha nada de comunista. Mas como ele não tinha apoio da classe, vamos dizer, A, a classe rica, a imprensa, ele foi tachado de comunista, que queria transformar o Brasil na segunda Cuba e isso e aquilo... E ele não teve habilidade política de chagar aos grandes meios de circulação, os jornais, as revistas, e ele era combatido diariamente, certo?, ele tinha aquele Carlos Lacerda, o pessoal da UDN e queriam por toda lei derrubá-lo. Tanto que pra ele tomar posse foi difícil, quando o Jânio renunciou, não é do seu tempo que você não era nascida, mas ele estava na China quando o Jânio renunciou e precisou mudar o regime de presidencialismo para parlamentarismo e depois mudou outra vez.... Então, o Jango não era comunista, falou mais uma vez e com toda firmeza, Jango nunca foi ou teve qualquer coisa com o comunismo. Então para se pegar no governo ele começou a fazer política muito pro lado do operariado. E o grande erro dele foi naquele grande comício no Rio de Janeiro, onde, inclusive, subalternos da marinha, os fuzileiros, apoiaram esse movimento, certo? então ele deu muita força assim, quebrando a hierarquia militar, por exemplo, ele dava atenção mais pra um sargento do pra um general do que pra um almirante. Esse

golpe foi preparado pelo pessoal da UDN, a União Democrática Nacional, da qual esse Lopes, Pereira Lopes fazia parte.

Eu fiquei sabendo desse golpe, você pode não acreditar, uma das visitas do João Goulart aqui em São Carlos, ele tinha um secretário muito próximo que se chama Zé Maria. E o Zé Maria era meu amigo, ele me chamava de Zé Bento, dizia: “Zé Bento, o Jango não vai aguentar, ele vai cair e eu sou dos que vão ser perseguidos, eu estou largando o cargo junto da presidência e vou fugir do Brasil.”, isso uns 20 dias antes do golpe. E veio o golpe! E o golpe não foi dia 31, foi dia 1º de abril, que aqui no Brasil é gozação, dia da mentira, dia das piadas. Então esse golpe prejudicou muito o Brasil. E quando foi eleito... empossado o Castelo Branco ele tinha o compromisso de ficar até estabilizar e logo realizar eleições livres e ele morreu logo em seguida, ninguém sabe direito um avião bateu em outro avião, até hoje não se sabe ao certo o que aconteceu. E a ditadura ficou vinte anos, não foi um dia, ela veio para ficar poucos meses e ficou vinte anos. E essa ditadura não digo todos os militares, não eram os militares que eram mais severos, eram os puxa-sacos dos militares, os civis, que queriam ficar grudados no governo. Eu mesmo não fui ouvido por nenhum militar, eu fui ouvido sempre por civil, certo? que eram os puxa-sacos, eu fui ouvido, fui interrogado 62 vezes, certo? Eu ia e voltava todo dia. E era perseguição violenta, sabe, dos 10 vereadores que eu elegi 7 tiveram que renunciar ao cargo e se você for na Câmara e pegar o requerimento das pessoas que renunciaram todas são iguais. Deus uma epidemia na Câmara e todos ficaram doentes [risos]. Daí no dia 21 de abril houve a intervenção, me afastei, fui intimado diversas vezes e quando terminou meu mandato recebi essa carta que eu falei pra você que eu tenho em meu poder, dizendo que meu processo foi arquivado.

Então Revolução trouxe muito problema, atrasou muito o Brasil. Aqui o interventor, o Antônio Teixeira Vianna, de administração pública ele não entendia nada. Nós tínhamos conseguido como prefeito, junto à aeronáutica, aqui ia ter o melhor campo de aviação do interior de São Paulo, só o Viracopos seria superior ao nosso – tudo sem uma despesa para o município. Ele simplesmente cancelou, nós tínhamos desapropriados as áreas, ali na Santa Felícia, ali onde tem o shopping hoje, ali era para ser o campo de aviação. Essa água que nós trouxemos, ele quis cancelar, dizendo que essa obra era obra faraônica, ‘onde já se viu buscar água quase em outro município?’ ele só não conseguiu porque já não tinha como revogar, já tava com contrato, com coisas abertas... então ele criou grandes embaraços e aí se usou aquele movimento da família para reabilitar o movimento da democracia no país. A democracia que está devendo pra Revolução, por

que é pior do que a Revolução, esses políticos que aí estão, certo, você vê assaltos grandiosos aí, tudo o que você pode pensar... pega agora a dona Dilma foi reeleita, tudo que ela falou que o Aécio iria fazer ela está fazendo, vai aumentar tudo: energia elétrica 30%, água, transporte coletivo, os aposentados daqui pra frente, houve problemas sérios...

Mas a Revolução, então, ela apodreceu, vamos dizer assim, ela caiu de podre. Não foi aquele movimento da população, o Exército se quisesse acabava num minuto com aquilo, então ela caiu de podre como uma fruta que está na árvore, ela está bonitinha então ela apodrece e cai, assim aconteceu com a Revolução no Brasil.

Quando foi estabelecido o bipartidarismo no sistema político no Brasil, como se organizaram as forças políticas em São Carlos?

Aqui tinham duas facções. Uma era chefiada por Antônio Massei, Vicente Bota e da qual eu fazia parte, e nós sempre ganhamos as eleições, nós sempre ganhávamos e o outro grupo que era chefiado por Ernesto Pereira Lopes, que era presidente da Câmara dos Deputados, grande industrial aqui da cidade. Eram dois grupos, os outros quase que não existiam, tanto que o MDB não lançou candidato a prefeito. Tinha ARENA 1 e ARENA 2, eu era da ARENA 2 e o Lopes da ARENA 1, certo? O Lopes era.... Tanto que o Lopes chegou a trazer o Médici aqui, o Médici veio visitar a fazenda dele, não entrou na cidade, deu uma voltinha no centro com o carro e foi pra fazenda. Então eu fui candidato pela ARENA 2 e foi uma dificuldade tremenda pra mim conseguir legenda. Sorte que eu tinha um grande amigo, chamado Arnaldo Santos Cerqueira, que era presidente da ARENA e ele me deu cobertura total, certo, me garantiu, então, a legenda.

Então a ARENA 1 que era do Lopes tinha direito de lançar o candidato a prefeito e x vereadores; a nossa a mesma coisa, só que pra nós, como éramos ARENA 2 tínhamos o número de vereadores reduzido, nós tínhamos dez candidatos. E foi uma eleição muito concorrida, acho que eu prometi o mundo e o fundo e era, modestamente falando, nós éramos do lado pobre da cidade, nós tínhamos o apoio do povo. Você pega, por exemplo, todos os sindicatos da época nós recebíamos apoio, recebemos apoio de todas as paróquias da cidade, as paróquias católicas, todas, com exceção do bispo que não era muito ligado a mim, era Dom Ruy Serra, certo, assim mesmo ganhamos com folga.

Já na posse já tive problema, não queriam me dar a posse, porque quem empossava o prefeito era a câmara e era o vereador mais votado que presidiria a posse, e era o ex-prefeito Mario Mafei, ele e o meu irmão que também era vereador se uniram para não me dar a posse por que não queriam o candidato, que era o João de Santos, pra presidente,

que eu tinha indicado. Então já teve problema na posse. Eu assumi no dia 1º de fevereiro de 1969. No dia 15 de fevereiro já tinha inquérito. Não deu nem para esquentar a cadeira, eu já tinha processo, já estava aberto processo. Processos mais absurdos, por exemplo, uma obra que ali tem o cemitério, tem uma rua que sai ali do cemitério e vai pra USP, ali não tinha aquela rua, eu que abri aquela rua, chama Santos Drummond. Aquela obra ficou, se não me falha a memória, em 120 mil reais, a denúncia era que eu tinha ganho 150 em cima disso. Veja bem, não estou lembrando os números certos, se a obra custou 120, eu ganhei 150 de comissão, então a firma era muito boa: fez a obra e me deu mais do que recebeu. Então eram os processos mais absurdos que podiam ter na... tanto que não comprovaram nenhum, nenhum processo. Eu tinha com meu pai, como nós éramos 17 irmãos, ele tinha um sistema dele, cada filho que nascia ele comprava um terreno, então eu nasci em 31, em 32 ele comprou dois lotes e colocou no meu nome. Eles não tiveram a pachorra de mudar de pra 68 o 32 para dizer que eu comprei no meu tempo? Até provar que eu com um ano de idade não podia comprar nada, certo? Então um processo absurdo. Quem é que faria uma coisa dessa para me dar problema?

Então a Revolução aqui pra São Carlos atrapalhou muito. São Carlos devia estar deslanchado muito mais hoje destacada se não fosse o interventor, ele atrapalhou a cidade, porque não conhecia, não estou falando que ele era desonesto, ele não tinha capacidade administrativa, porque o político não tem que olhar hoje ele tem que olhar o futuro e não o futuro também muito próximo, quando eu trouxe essa água aí falaram que não iam gastar; quando nós construímos o mercado no governo do Massei, que eu trabalhei muito, diziam que ia ficar aberto que não tinha ocupação pra tanto... e hoje o mercado ta pequeno e assim por diante, o teatro quando nós fizemos era 354 lugares, eles falaram que era absurdo, não precisava mais do que 100, então nós tínhamos o pensamento pra frente e o interventor não tinha.

Em algum desses inquéritos, eles tentaram enquadrar o senhor na Doutrina de Segurança Nacional?

Não eu digo que não fui envolvido assim em nenhum problema político, certo? o que eles queriam era me tirar do cargo.

Uma questão de política local mesmo?

Política! Por exemplo, eu tinha o Arnaldo Cerqueira que era muito meu amigo. O Arnaldo Cerqueira tinha muita influência com o Costa e Silva, que era o presidente da

república. Então eles não encontraram, o que eles fizeram? Dos 10 vereadores que entraram comigo, como eu disse pra você no início, 7 renunciaram ao cargo e assumiu os suplentes que eram da ARENA 1, que era do Lopes, então a intenção deles era me afastar por um impeachment pela câmara, daí que veio a intervenção. Mas não conseguiram, porque eu tinha amigos também no governo federal que impediam. Um que me ajudou muito foi o Laudo Martel meu amigo particular, ele me ajudou. A senhora também, a esposa do Costa e Silva me ajudou muito.

Então um tempo, um clima assim, perigosíssimo. Que ninguém confiava em ninguém, certo? ninguém conversava com ninguém, que o pessoal tinha medo. Eu vou conversar com você e pode ser que você seja espiã do governo. É, tinha esse problema mas politicamente nada ligada a parte política contra o regime. Eu não aceitava mas não era contra, a ponto de me ligar a grupos, como aqui tinha o Cabeça Filho que era declaradamente, abertos, era meu amigo, ficaram presos, meu irmão ficou preso, diversos vereadores ficaram presos. Eu não fiquei preso, porque tinha ordens de cima para me interrogar do jeito que fosse, mas não tocassem em mim, mas queriam prender minha mulher, tentaram prender... então, foi um fato muito triste pra cidade. Acho que hoje eu levo na esportiva, certo, eu brinco, porque eles foram e eu fiquei. Muitos dos que me perseguiram já não estão aqui nesse mundo, tão no outro, não sei onde eles tão se tão bem ou se tão mal não é problema meu. Então eu brinco, eles foram e eu fiquei. Tenho boas relações, eu fui muito chegado a Juscelino Kubitschek, eu tenho cartas de próprio punho, certo? do Jânio oferecendo a casa dele pra mim ficar hóspede, do Auro de Moura Andrade, que era presidente da Câmara, como hóspede permanente de Brasília. A correspondência podia ir lá pra Brasília pegar casa tudo por conta do governo, nunca fiz, eu nunca abusei! Mas estava avisado, valeu muito.

Mas a cidade, eu repito, ela parou quando houve intervenção. Depois vieram eleições e São Carlos está crescendo. Eu vou dizer pra você daqui a quatro ou cinco anos vai ser uma metrópole muito grande. Nós estamos com um problema muito sério que ninguém está cuidando até agora: chama-se trânsito. Você deve ter veículo, ter automóvel, se é hora do rush aqui você não anda. Você para estacionar um carro, mesmo com essa área de estacionamento, essa, área azul, nem na área azul você não acha, então São Carlos tem muito problema de trânsito. Tem problema de energia elétrica que precisa avançar, estabelecer as avenidas marginais que precisam ser abertas, isso desagradou muita gente: você vai ter que desapropriar casa, desapropriar comércio, desapropriar indústria. Fico pensando nisso: pode atrasar o desenvolvimento da cidade.

Vou citar um caso específico, um acontecimento de 68 aqui de São Carlos, quando o senhor já trabalhava no gabinete da prefeitura: a questão dos operários, a greve do frigorífico, estado de sítio, parte do exército na cidade. O que o senhor se lembra desse episódio?

Em 68 eu era chefe do gabinete do prefeito Antônio Massei e era vereador também, certo, e nesse dia, o Antônio Massei que era o prefeito não estava na cidade. Na véspera do dia fatídico que o Exército tomou conta da cidade, eu fui procurado por um oficial do exército, queria falar com o prefeito. Eu falei “o prefeito está ausente, mas eu respondo pela prefeitura”, “porque nós vamos tomar isso, fazer aquilo, tal, e nós queríamos aqui na prefeitura, na parte que dá pra avenida colocar os pilares com armas e atiradores de elite”, eu falei: “em primeiro lugar, só se o senhor obrigar”, ele falou: “mas como?” eu falei: “o senhor pega a chave e o senhor põe aí o que quiser”.

No dia seguinte, eu estou lá e me vem um coronel. Todo fardado como se fosse pra guerra lutar com a Alemanha no tempo do nazismo [risos]. Ele falou “seu prefeito, tal...” Aí já estava o povo na.. na... os operários, os estudantes, mas nada com intensidade. Era um momento bem pacífico porque o frigorífico faliu. Porque que faliu? O frigorífico daqui era uma potência, dos irmãos Fialdini, muito meus amigos, por sinal, ei o João Goulart ficou sócio do frigorífico – disso ninguém ficou sabendo, eu sabia. E começaram a comprar frigoríficos não só aqui em São Carlos mas foram comprar em Barreto, foram comprar em Goiânia, tudo com empréstimos que seriam dados pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica, tudo dado por empréstimos dos bancos oficiais. E quando o João Goulart caiu parou tudo e o frigorífico dos Fialdini já tinha se envolvido nisso tudo. Então teve esse problema.

Os Fialdini eram dos empresários de São Carlos quem mais contribuía e ajudava os empregados. Os empregados levavam ora casa, eu vi muitas vezes, filé mignon pra casa. Tinha lá.... Aqui entre as indústrias de São Carlos, a primeira a ter laboratório farmacêutico para atender os empregados. Era muito boa.

Então teve essa coisa. O coronel chegou na prefeitura, todo fardado como já disse, junto com mais dois com fuzil, com metralhadora, bomba. Eu falei: “coronel, vamos fazer o seguinte, vamos subir ali” – tinha um bar perto do São Carlos Clube, chamava Café do Centro – “vamos tomar um café” - ali era o foco – “não vai acontecer nada! Nós vamos entrar no café, tomar o café, pagar o café e sair” e nós fizemos isso. Quando nós entramos no café, você via não sei quantos mil soldados por toda parte, que não sei quantos mil

soldados tinha na cidade. Então foi um fato de precipitação. Eu acredito que essa precipitação partiu do Lopes. Ele que fantasiou algo pequenino, uma formiguinha, transformou num elefante. Que ia queimar prédio, incendiar prédio, incendiar ônibus, não aconteceu nada, nada, nada, nada, nada, nada. E o Exército foi embora, até hoje eles não têm explicação para dizer quanto gastaram para vir até aqui.

Então São Carlos não era composta de um povo que era briguento, desordeiro, é um povo pacífico, um povo bom, você veio pra cá acho que já fez amizade, então a cidade é acolhedora. A pessoa vem pra cá, ali onde tem o teatro, ali tinha uma nascente, chamava Água da Biquinha. Então nós brincávamos que quem fosse lá e tomasse um copo de água nunca mais saía de São Carlos. Então São Carlos ela teve problemas, ela teve marcada em notícias ruins, como essa que você está falando, da tomada do exército, certo? Então os jornais, não só do Brasil mas do exterior “São Carlos! São Carlos, o Exército invade a cidade” como se aqui fosse uma cidade de bandido. E acredito que o coronel, esqueci o nome dele, acredito que o coronel tenha saído decepcionado, ter que entrar naqueles caminhões deles e regressar pra Pirassununga ou sei lá da onde eles vieram. Teve nada, nada.

Então houve esses movimentos sim, eu acho que os operários têm direito de, pacificamente, se manifestar para reivindicar seus direitos. Estava atrasado os pagamentos? Estava! Tinha sérios problemas? Tinha! Mas não era só o frigorífico, porque só o frigorífico? E a CBT? Também estava pro mesmo rumo... mas como a CBT pertencia ao grupo do Lopes não foi citada, certo? não foi citada, ela faliu também, ela faliu e até hoje os operários tão recebendo parceladamente o direito que eles têm com a venda do que naquele tempo eles chamava de campo de aviação do Ernesto Pereira Lopes.

Então São Carlos ficou muito marcada na parte política. Não é por exemplo, só para citar como exemplo, Araraquara: quando vai reivindicar alguma coisa pra cidade, esquece-se as facções políticas, eles se unem para brigar. Ou então: eu quero isto pra Araraquara. São Carlos, não, naquele tempo nós brigávamos ao contrário: foi o grupo do Massei que pediu? Vamos ser contra! Era o grupo do Lopes? Não estou dizendo que era só o grupo do Lopes, nós também, era uma política assim muito pequena, muito miúda, não olhava São Carlos.

Você pega, por exemplo, quem criou a Universidade Federal de São Carlos, você sabe? Todo mundo fala que foi o Lopes, mas não foi! Não foi! Foi um deputado nortista, que numa emenda de uma lei que alguém mandou pra criar umas universidades lá no norte e no nordeste e ele encaixou São Carlos. Como que ele chamava?... era Cruz, tem

muito pouco dele na cidade, a única homenagem que tem pra ele aqui é um parquinho infantil. Ele que fez a emenda. O Lopes não estava nem na Câmara naquele dia. Mas ele... Ah, era Lauro Monteiro da Cruz, Lauro Monteiro da Cruz, que era um homem crente, certo? ele concordou em dizer que o Lopes que ajudou mas na realidade não foi! Foi esse Lauro Monteiro da Cruz e até hoje ninguém prestou uma homenagem digna pra ele, só tem esse parque infantil que nós fizemos, parque Lauro Monteiro da Cruz. Diante do que ele fez é um grãozinho de areia, certo. E quem fez também aqui a USP de São Carlos? Um deputado que era filho de analfabeto: Miguel Petrini. Vê se tem alguma homenagem pra ele. Ele era um homem muito rico naquela época mas era, assim, de cultura pouca e alguém sugeriu pra ele trazer pra cá a Universidade de São Paulo em São Carlos, veja bem, um deputado simples, sem escolaridade, apresenta o projeto. Os outros deputados da assembleia experientes, malandrões, então o que fizeram? São Carlos, Escola de Engenharia; Araraquara, isso; Ribeirão Preto, isso; dividiram a universidade em faculdades. Também vê se tem alguma menção honrosa pra Miguel Petrini. Quem fez a lei? Ele foi tapeado pelos outros deputados mas saiu a mais importante que era a Escola de Engenharia. São pessoas que fizeram a grandiosidade de São Carlos e que tão esquecidos, esquecidos. Eu pergunto pra você: não era pra universidade ter em algum lugar o nome de Lauro Monteiro da Cruz? A USP, a USP de São Carlos para ter o nome de Miguel Petrini? Então eu acho que a cidade precisa render as..... Eu quando coloquei o nome do Dr. Oderico no teatro, ele era vivo ainda mas foi ele que começou, ele que teve a ideia de construir, então você tem que render a homenagem a quem teve a ideia de começar. Mas São Carlos tem uma grande falha nessa parte. Você pega a família Botelho, por exemplo, ela foi que fundou a cidade de São Carlos: todos os filhos dos Botelhos têm Carlos no meio que é em homenagem a São Carlos Borromeu: É José Carlos, Bento Carlos..., né? Essas pessoas também não tem a homenagem que merece, não tem! Conde do Pinhal tem ali uma estátua onde era a prefeitura antiga, ali na frente e o nome do prédio. Ele não tem assim uma distinção elevada, então São Carlos tem essa falha de não render homenagem à altura pra aqueles que merecem.

Agora vamos falar um pouco do bispo diocesano: Dom Ruy Serra. José Paino no seu livro *Matizes de uma luta* conta que os operários se organizavam a princípio ali nos porões da catedral, junto ao padre Tombolato e o bispo teria articulado a saída do padre da catedral, por estar incomodando os empresários, os industriais e que por trás estava também o Ernesto Pereira Lopes...

Exato! O que que o bispo fez, pegou o padre e mandou ele pra pior paróquia da cidade, que chamava vila Marcelino naquele tempo era um bairro perigoso, certo, o padre Tombolato, meu amigo até hoje, meu amigo particular, ainda no natal fui visitá-lo. O bispo era contra porque ele era aliado ao Lopes, certo? E não era aliado ao nosso grupo. E era, aqui pra mim, na minha opinião, sem querer macular a sua imagem, era um bispo político, certo, e não tinha aquele caráter que precisava ter. Por exemplo, nos inquéritos que eu tive na CGI, chegou num desencargo, eu tomei conhecimento, dizendo que não me conhecia. Conhecia, assim, socialmente, de prefeito para bispo. Quando eu juntei a documentação de quando eu ganhei a eleição “meu prezado amigo...”, ele se... eu tenho fotografias, ele me abraçando, me beijando...

Então daí veio dom Constantino, era bem diferente. Um bispo ativo, pra frente... mudou o sistema. Morreu do coração ainda muito novo. Era meu amigo, muito chegado, ele era fanático por futebol e eu era presidente do São Carlos Clube, o clube sancarlense. E eu, um dia, num jogo grande, um amigo meu que se chama Francisco Pose veio me dizer “presidente” - era um auxiliar meu- “o bispo está lá na geral”, a geral tinha aquele sol, eu falei: “vou lá!”. Estava ele e o padre Schinato falei: “Sr. Bispo vai lá na coberta” ele falou “eu não vou, aqui eles não me conhecem, aqui eles xingam”. Ele gostava de futebol porque enquanto o povo xingava o juiz, filho disso, filho daquilo, não xingava a mulher em casa [risos]. Com muito custo eu levei, sentamos todo mundo, a hora que ele chegou na arquibancada os que estavam mais perto levantaram foram cumprimentar, ele falou assim pra mim: “Zé Carlos vê bem o que eu fiz, aí, ninguém está xingando ninguém aqui por causa de mim, eu estou atrapalhando”, eu falei “ah, que nada, daqui a pouco eles já pegam amizade com o senhor”. Houve uma falta, dessas corriqueiras no futebol, ele tinha um boné porque ele era calvo, ele pegou o boné e jogou no chão “Juiz ladrão!!” o povo começou a gritar e aplaudiu. Aí ele passou a frequentar a cobertura e a turma adorava ele. Ele tinha participação na sociedade, era um homem simples, você encontrava ele no supermercado, na feira, no bar tomando um Campari que ele gostava. Era um bispo, assim, mais social. E não era da elite, ele era mais assim, povão, por exemplo, ele chegava nas igrejas por aqui, ia e sentava no fundo da igreja, lá no banco como se fosse um fiel. O padre chamava e ele dizia “não, vou ficar aqui”, ele quebrava o gelo.... Ele ia muito em casa, gosta de de.. de.. Ele tomava bem os Campari, os whiskies, mas era muito amigo da gente, ele criou uma amizade muito grande na cidade e ele conseguiu uma coisa que até agora nenhum dos outros bispos conseguiu: a união dos padres. Hoje um padre, se ele puder ver o outro padre morto ele vê, é a inveja, o ciúme tem tudo isso aí na igreja...

Depois veio o dom Joviano, foi quando nós fizemos a reforma na catedral, ele que me nomeou presidente. Era um bispo pra frente... e sabe como eu consegui o dinheiro todo? Não tinha dinheiro, eu cheguei depois de alguns dias que ele anunciou falei: “seu bispo, o senhor me colocou numa fria. Onde que nós vamos arranjar dinheiro? Aqui precisa de muito dinheiro”, “Ah, mas o senhor tem amizades, amizades em São Paulo, amigos ricos...” eu falei: “eu aceito a incumbência, só tem uma coisa, com carta branca! Eu não cuido de nada que for parte de religião: vou cuidar de obra. Comunico o senhor tudo que eu for fazer, mas quero liberdade pra fazer”, “mas como que o senhor pensa em ganhar o dinheiro?” eu falei, vou fazer o seguinte: mandei fazer umas medalhas muito bonitas de, como é que chama?, sócio benemérito da catedral, cheguei pro seu bispo com um papel e disse “sr bispo, assina esse papel aqui”, era um convite para as pessoas que eu sabia que tinham poder econômico, um jantar em apoio à catedral e nesse jantar cada um ia receber do bispo essa medalha, muito bonita, de bronze e o bispo falou: “seu Amaral, o senhor esqueceu de colocar aqui o preço da adesão” eu falei, “não, não vai ter preço de adesão”, ele falou: “como? Onde que o senhor vai arranjar dinheiro?” ele cresceu a voz, assim “Eu não ajudo! Eu não tenho dinheiro para ajudar”, eu falei pra ele: “se der prejuízo eu tiro do meu bolso, pra isso tenho dinheiro para não ficar devendo pro ninguém, mas nós vamos levantar mais de 200 mil nessa festa”. “AH, não acredito!”, eu falei: “mas o senhor vai ter que emprestar seu nome, vai ter que estar lá, tirar foto com todo mundo, o senhor vai ter que colocar a medalha no peito de cada um...” ele disse: “eu vou!” e marcamos na Associação de Alfaiates, era oito horas, as sete eu já estava lá. E começamos o jantar, tal, servimos whisky de primeira qualidade, vinho de primeira linha, um jantar caro, até porque era a alta sociedade, não só daqui como da região. Então começamos, primeiro que teve uma coincidência que tiramos lá da urna foi o prefeito de Ibaté, sempre muito vaidoso, recebeu a homenagem, tirou a fotografia, já fez o cheque de quinze mil, aquele tempo era valor alto. Segundo chamado era um padre, meu amigo, de Campinas, Fernando Godoi Moreira, recebeu a medalha dele já fez um cheque de 10 mil. O bispo olhava assim e perguntava: “Quanto já entrou, Bento?”, então nós conseguimos arrecadar dinheiro, amigo de São Paulo, a senhora Sobral dona aqui do Shopping, família Botelho mandou, importâncias grandes, Laudo Martel mandou, Sodré mandou, meus amigos... Fizemos, gastamos 575 mil reais na reforma, sem um centavo da cúria, daí esse bispo foi promovido a arcebispo, foi pra Ribeirão Preto, morreu recentemente.

Daí assumiu esse aí, Dom Paulo Sérgio, que não é de nada. Não, não é de nada, gosto dele, tudo, mas, assim, não tenho confiança. Então a parte religiosa é isso. Os padres

têm aquele ciúme que eu estou falando pra você, enquanto isso as outras religiões vão crescendo.

Nesse período do regime militar, teve um fenômeno que nós chamamos uma época de progressismo católico, padres e bispos que trouxeram a justiça social e a dignidade humana pro centro do discurso. E quando o regime cometia excessos de assassinato, de tortura, eles começaram a se posicionar em relação a isso: Dom Evaristo Arns, dom Helder Câmara, por exemplo. Então, criou-se uma memória histórica de que parte da Igreja Católica estava se organizando numa resistência, protegendo as pessoas que estavam sendo perseguidas. Se a gente pensar em termos de São Carlos, tendo Dom Ruy Serra à frente da diocese, como o senhor acha que eles se posicionaram diante do cenário político?

Veja bem, São Carlos tem o Cabeça Filho que era um chefe de sindicato que tinha muita autoridade, não só em São Carlos. E aqui nós tínhamos, na frente da igreja de São Benedito, e tinha um cinema que chamava São José, e tinha um bispo, todos os que você falou participaram ativamente, mas tinha um que era o bispo de Santo André, eu esqueço o nome dele, ele veio aqui umas 4 ou 5 vezes e ele era ferrenho com os industriais, ele não era contra o regime, era contra os industriais. E ele, muito safadamente, no bom sentido do termo, pegava um versículo, pegava por exemplo, São Lucas, São Marcos e ele num lia inteiro, só lia a parte que interessava e ele fazia agitações violentas nesse cinema, lotava, ficava o povo pra fora. E o bispo daqui não tinha força de impedir ele de vir aqui, ele era ligado a alguma coisa que ele só respondia a Roma, certo estava subordinado à chefia lá em Roma, e ele veio aqui umas quatro ou cinco vezes, e ele era violento, ele não tacava com luvinha de algodão não, ele dava tapa violento mesmo. Chamava o Lopes de ladrão, de sem-vergonha e naquele tempo as indústrias Clímax, que hoje é a Electrolux, como naquele tempo tinha muito empregado, você só podia ir no banheiro, por exemplo, no período da manhã, uma vez e por x minutos, e a tarde a mesma coisa. Almoço, as famílias vinham trazer marmitta e eles comiam no chão, na sarjeta envolta da indústria eles sentavam em baixo das árvores. Então esse bispo atacava muito isso. Enquanto o Lopes comia caviar, com ar condicionado, o sujeito comia feijão com ovo frito, aquelas coisas. Ele era violento mesmo. Ele falava que vinha aqui pra São Carlos pegava fogo! Do DOPS vinha quarenta, cinquenta, para ficar vigiando. Mas ele não atacava os militares, ninguém, ele só atacava os industriais, a Globo, pegava a Globo falava isso e aquilo. Aquele tempo tinha uma revista, chamava manchete, era uma revista

que semanalmente todo mundo comprava, era um furor, ele então atacava mesmo a Manchete, e outra, ele não temia. As vezes o pessoal, não o Lopes, os puxa-sacos, riam dele, ele era agredido nas portas, e ele saía de perto aberto. Botava uma cruz, uma cruzona que ele tinha, botava aqui no peito e ia.

Então, São Carlos, viveu muito, foi muito divulgada, não sei se para o bem ou para o mal, com esses fatos, que surgiram espontaneamente. Quando o Cabeça Filho foi preso foi uma notícia internacional, que o Cabeça filho já tinha ido pra Moscou....

A história é uma construção, nessa construção muita memória se perde, principalmente em tempos da ditadura militar, pessoas que foram perseguidas violentamente pelo regime, a ponto de serem torturadas e até assassinadas. O senhor tem histórias como essas que queira contar?

O regime era o seguinte, no caso de São Carlos, eles faziam tortura mais era uma tortura não física, certo? O prefeito, esse Antônio Massei, já era um homem doente, de bastante idade, tomava 4 ou 5 remédios por dia, ficou 10, 12 dias preso no DOPS de São Paulo, incomunicável. Ficavam ali. Meu irmão ficou dez ou doze dias e eles não deixavam nem você dormir, porque a hora que eles percebiam que você estava com sono [fazendo o gesto de bater na parede com mão] “o senhor está bem? O senhor está bem? Não precisa de nada?”, certo, que era para não deixar a gente dormir, certo? Essas foram torturas grandes.

Comigo era a tortura era, por exemplo, de judiar para ir pra São Paulo. Por exemplo, eu recebia um telegrama: “comparecer na CGI, tá, tá, ta, às 6 horas da manhã”. O besta aqui pegava o carro de madrugada, ia pra São Paulo, chegava lá e dizia: “pois não, eu vim pra...” sempre era um tenente, daí pra baixo. “Ah, mas seu prefeito, o senhor não sabe ler! Era 6 horas da tarde que o senhor tinha que estar aqui”, eu dizia: “mas aqui está 6 horas da manhã e nem precisava botar manhã porquê da tarde é 18 horas” ele dizia, “não, o senhor tem que estar aqui às 18!” Então essa era a tortura que eles faziam, certo. Chegava a tarde você voltava lá eles diziam: “ah, agora está fora do expediente, volta amanhã”.

E outra tortura que eles faziam, comigo era quando eles queriam, não é bem um depoimento, que eu fazia muito, mas eu ficava lá na sala com os torturados umas 18 horas, de pé! Você não acredita! Chamava Augusto o homem que fazia o inquérito, eu dizia: “seu Augusto, o senhor permite que eu vá no mictório?” Ele dizia, “não!”, cheguei a fazer as necessidades na calça, não podia sair do lugar!

Eles faziam muito, assim, isso no final, você ficava esperando num chá de cadeira duas horas, três horas. Esse tal de Augusto gritava pra fora: “Fulano, o carro de São Carlos já veio?” e o cara lá de fora respondia, tudo mancomunado: “não, ainda não seu Augusto!”. Isso 4 ou 5 vezes, você ficava esperando. Chegou uma hora que esse Augusto disse pra mim: prefeito, o senhor não está interessado em saber que carro vai vir de São Carlos?”, eu falei: “Não...”, “sabe quem nós mandamos prender em São Carlos?” eu falei: “não...” eu era meio gozador, ele continuou: “a tua mulher! Ela deve ser bonita, mulher de ladrão, deve ter roupas finas, a soldadesca vai se divertir a noite com ela aqui”. Eu falei “Não tem problema” eu fazia assim porque meu advogado orientava, “só que tem uma coisa, se acontecer alguma coisa com a minha mulher, eu vou te buscar embaixo da saia da tua mãe, eu te encho de bala, porque você é covardão, você sai daqui protegido dia e noite, pensa que eu já não vi como você sai daqui?” eu ameaçava. Então tinha esses lances, assim, para ver se eu renunciava, que a missão dele era que eu renunciasse ao cargo.

Esse dia que eu fiquei 18 horas, eu tava que não aguentava, todo molhado, sem beber água, desidratado, então eu não tava aguentando. Eu olhei na sala e olhei na gaveta, assim, e pensei: vou quebrar a mão. Cheguei a pensar em colocar a mão, assim, fechar a gaveta e quebrar os dedos. Então, eram esses efeitos, assim que eles faziam.

Uma vez aconteceu assim, eu marquei de ir pra São Paulo, buscar toda a documentação que eles tinham pedido e era grande, então eu fui com uma caminhonete. E meu filho naquele tempo tinha onze anos, quis ir junto. Eu falei “vamos, é só buscar um documento, vamos”. Eu tinha um motorista que chamava Manézinho, paramos o carro no Cambuci e meu filho quis entrar comigo e eles não deixaram, falei “fica aqui com o Manézinho,” tinha uma sorveteria perto eu disse “vai lá tomar um sorvete” e entrei. Cheguei lá me apresentei “Vim aqui pegar uns documentos...” “não o seu Augusto quer falar com o senhor, sobe lá!”. Passou umas duas horas com ele me enchendo a picuá. E eu levantei, tinha um vitrô grande, assim, que dava pra praça, onde o carro estava estacionado. Olhei e vi o motorista parado na frente da porta da caminhonete, eu olhei bem e escutei o choro dele. Falei: “seu Augusto, meu filho!”, ele “ah, ele estava no sol lá...”, “ele está preso? Vocês prenderam meu filho?”. Daí tinha um tenente, naquele tempo não tinha computador, era máquina de escrever, ele disse “seu Augusto, não é justo pegar o menino e deixar aqui...” eu falei “eu quero meu filho perto de mim agora”, e eu sentado num banquinho de madeira e começamos a discutir, eu com Augusto, eu perdi a paciência, peguei o banquinho e mandei nele. Só que ele tirou o corpo da frente e pegou no vitrô,

quebrou tudo, fez aquele barulho. Daí veio o coronel chamava Maciel, ele veio: “o que é que o prefeito está valente? Prefeito, o senhor não pode fazer isso!”, o tenente lá na máquina, fez assim, levantou e disse: “senhor coronel dá licença”, assim mais ou menos, “essa farda que eu visto, que honra, não serve para fazer o que está sendo feito aqui, o Augusto prendeu o filho desse senhor aqui”, eu falei “coronel, o senhor me prende, me faz o que quiser, me torture...”, “Aqui não tem tortura”, “Não, mas pode até torturar, mas eu quero ver meu filho”, “Vou buscar eu mesmo”.

Meu filho veio com os olhinhos tudo chorando, tinha 11 anos, não pode ver farda até hoje! Daí o Augusto na frente do coronel: “não, desculpe, não sabia o que o Augusto ia fazer...”, já mais ou menos uma e meia, hora do almoço, “não quer almoçar aqui?”. Eu falei: “coronel, me dá ordem para sair, quero levar meu filho daqui, não quero almoçar, não quero merda nenhuma com vocês aqui.”

Então, tem esses efeitos, certo? de pessoas que ficaram presas, muitas ficaram presas, por exemplo, o almoço, vinha a bandejinha lá, o marmitex pro preso e o soldado entregava. Passava outro por lá, pra eles ouvir, mas sem ver a pessoa: “você botou aquele negócio na comida dele?”. O preso ficava: o que ele botou na minha comida? Não tinha nada... Certo? mas....

Então, esses efeitos de tortura, mais moral, isso era constante, constante, constante, constante. Eles não tinham o menor respeito pela pessoa. Pra eles nós éramos tudo ladrão, tudo bicho, então eles judiavam.

Eu lembro uma vez do Cajuru, não sei se você conhece, era presidente da Assembleia um grande repórter de televisão, daqui de Ribeirão Bonito, muito meu amigo, um dia ele estava, como se fosse numa sala assim, um dia ele estava em cima de um banquinho, lendo alto o Diário Oficial pra 4 ou 5 soldados. Horas e horas lendo o Diário Oficial em voz alta, para humilhar o presidente da assembleia, certo, em cima de um banquinho. Daí eu encontrei com ele depois ele disse: “O quê que eu ia fazer, ameaçaram prender minha mulher e minhas filhas, então eu tinha que fazer” então esses efeitos eram constantes.

APÊNDICE II – Entrevista com monsenhor Floriano de Oliveira Garcez, sacerdote da Diocese de Assis.

Assis, 06 de abril de 2015

Assunto: Envolvimento da diocese com a política da cidade de Assis e da Igreja com o Regime Militar

O nome do senhor e de dom José Lázaro foi citado por dois professores da FAFIA, Antônio Lázaro de Almeida Prado e Livia Ferreira dos Santos, quando foram indiciados pelo Departamento de Ordem Política e Social, porque vocês poderiam atestar o não-envolvimento deles em atividades comunistas. O senhor foi consultado sobre isso?

Veja, minha filha, como padre, você tem que ser o homem do perdão e o homem do amor, não só do amor sobrenatural mas do amor natural. Trabalhando pelo estudo eu continuo tendo amor pela juventude de Assis e, agora vou ter que falar o nome, Dr. Waldomiro Galvão, ele era inteligentíssimo, meio lelé da cuca, ele foi o primeiro colocado na Faculdade São Francisco, daí você pode ver a capacidade dele, mas ele queria ser professor e não podia, ele não tinha pedagogia. Então ele começou a mover, então ele, “Almeida Prado: comunista”, a outra que você citou o nome ali [Livia Ferreira Santos], “comunista”, e outros mais, por médicos, e eu, ninguém sabe viu, eu trabalhava por trás. A providência Divina, sempre a providência divina porque a gente é servo, eu não fiz nada, se Deus não me desse a vida, se o bispo não me mandasse eu não tinha feito essas coisas em nome da diocese. Eu sou muito consciente que eu sou um simples servo. Por isso estou quietinho aqui no barraco, ajudo a tampar buraco quando precisa, hoje eu já fui fazer um enterro, isso quando falta, pede, isso porque eu sou amigo, não é? sessenta anos [de padre] eu batizei, casei.... Mas voltando ao ponto aqui, eu conheci Tufi Jubran também. E o chefe da divisão aqui era o secretário, espera um pouquinho, delegado regional de polícia. Ele morava na frente do bispado, ele tinha muita amizade comigo. Então ele pedia: olha, Monsenhor, eu poderia deixar as crianças, meus filhos, brincar lá parquinho, não tinha ninguém? Eu disse: olhe eu dou a chave, mas o senhor tem que pôr a empregada olhar porque não pode machucar, etc., tem de tudo, o que pode brincar o que não pode brincar. A gente ficou então muito amigo, então ele, o chefe da polícia, ai meu Deus, minha memória, me 89 anos me falha a memória, o tenente e eu fomos chamados lá em São Paulo na chefia, ajuda pra mim?

- Do DOPS?

Do DOPS! E esse delegado é que era o chefe lá. Então, “eu quero ouvir a palavra de vocês três, de modo especial quero ouvir a palavra do monsenhor”. Não é porque é monsenhor, é porque eu conheço, convivi com ele, somos muito amigos. Então caso por caso, eu falei: - Tufi? É um jovem recém formado, tá entusiasmado, mas não tem nada de

comunista, o pai dele era dono de uma casa comercial em tarumã, ele não entendia nada de política, ele lascava o pau. A outra tinha sido freira, então vieram me perguntar, então... estamos lutando, claro que há pontos positivos que nós também temos: nós queremos repartir o pão e bens pra todo mundo, somos a favor das nações ricas colaborar com as nações pobres, então nós lutamos muito... estou me estendendo muito, não? Você põe um breque aí.

Então naquele tempo eu fui e rasgou os processos, Tufi, o professor Almeida, a mulher dele era muito nervosa, era vizinha da Dona Anete, Nico Silva, então ela xingava[risos].... Ele foi seminarista, quase padre, enfim, todos aqueles lá, eu provei que não tinha nenhum comunista. Aí então eles foram libertos dos processos. Eu falo “rasgado” é expressão porque ele jogou de lado e de fato ele não seguiram adiante.

E tinha um médico, ele tinha as filhas na faculdade... ele era comunista! Ele estudou o comunismo, ele era maçom e comunista. Mas nós nos dávamos muito bem, é era um ótimo médico, desprendido, ele tomava conta, ele fazia quantos partos fosse preciso. Se tivesse dez ele fazia dez, e não olhava dinheiro. E também quando, nós tínhamos amizade eu falei, ele morava uma quadra pra frente da minha. Então quando ele ia na maçonaria, “monsieur eu vou deixar aqui minha esposa com Dona Judith [mãe do monsieur], gosto muito, gosto de conversar, eu vou no meu templo. Aí depois, Dr. Gerson, e era médico legista, soube que no dia seguinte viria um pelotão da aeronáutica prender ele e outros. Então eu tive que fazer marmelada...

- E como foi, monsieur?

- Eu baixei lá e falei: é assim, assim, assim, vou pegar todos os livros que o senhor tem de comunismo daqui, vou pegar e guardar. Depois eu devolvo. Eu devolvo, se piorar a questão, eu ponho fogo. Então a filha dele foi uma das mortas, a única assisense morta...

- A Helenira

- Helenira, ela foi minha aluna no colégio Santa Maria! Mas por causa do pai... ele era comunista, por ele conhecia a doutrina, ele estudou, as origens do comunismo etc. etc., acompanhou, ele era bem mais velho do que eu, e nós nos dávamos bem, não tinha nada uma coisa com outra. Eu achava pra mim que a verdade é um princípio, seja com quem esteja a verdade. Todo erro tem um pouco de verdade, viu, bem?, só que as vezes eles enfocam muito numa parte. O comunismo tem muita coisa, repartição de bens, agora, não tomar, não matar. Por exemplo, né, o Lamarca, ele roubou dois caminhões, ninguém de Assis sabe, e levou pra Goiás, e queria começar a fazer um país comunista brasileiro lá. Levou a Helenira, levou a presidente da República, ela também matou viu? Pra mim,

ela é comunista ainda, só que hoje, por causa da política ela não pode dizer que é comunista, porque o Brasil inteirinho é católico.... Mas também ela não fala em Deus!

Essa parte é verdadeira, conseguimos acertar indo no DOPS, em São Paulo, tirando os processos, tanto que não foram presos: o Tufi não foi preso, a professora Lívia não foi presa, o Almeida Prado tão aí. Tanto que até mandaram, eles sabem que fui que... porque depois ele recebeu uma carta do DOPS: “o testemunho do monsenhor suplantou a acusação”.

E sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, teve uma manifestação aqui em 64 não é?

Teve. Deus, Pátria e Família. Eu que era o locutor. Mas quem falou foi dom Lázaro, padre José Contini e tem um leigo, nessa reunião que você falou. Nós falamos apoiando né? Falando a verdade, tem partes boas mas em si, ele é ateu. Depois que o papa Pio XII, ele teve muita influência, foi muito criticado. A política minha filha, não é a política de ser partidário, vou até lá para orientar, eu brinco: eu benzo pra lá e benzo pra cá, que é para unir, não é verdade e.... a luta que ele teve para derrubar o muro da vergonha alemã, uma parte comunista outra parte capitalista e o papa atual ele fala com bastante insistência, ele não tem medo. Então temos a Rerum Novarum, Quadragésimo Ano, então a gente explica a verdade.

De uma forma geral, a Igreja se posicionou favorável ao golpe em 64, em 68 começou a ser mais crítica e em 75 já se pode dizer que havia toda uma articulação crítica ao regime, com Comissões de Justiça e Paz, etc.... O senhor se lembra de Dom Lázaro envolvido nessas questões sócio-políticas de seu tempo?

Olha, vamos dizer assim, Dom Lázaro era um bispo essencialmente espiritual. Eu era o tesoureiro da Diocese, nunca ele pediu satisfação de um centavo pra mim. Eu sou a parte espiritual, a Igreja tem a parte material, você fica com a material. Então, olha, ele estudava muito, ele era doutor em teologia, em direito, foi professor de teologia muitos anos. Só que ele era muito acanhado. Então veio os cursilhos e ele me pôe como diretor – mas o senhor é o bispo! – mas eu quero que você vá. Eu fui, mas depois eu disse: - mas o senhor não vai? Ele foi.... Eu era o diretor diocesano, então naquele tempo a gente já foi clareando mais o que que é o comunismo, o que que é o catolicismo, há uma linha divisória que temos que ter muito cuidado em usa-la. Então a gente fazia isso, explicava, procurava não condenar. É política com P maiúsculo, não é fazer politicagem eu não sou... eu não tenho nenhum partido. Eu fui convidado pra ser deputado, quando o Rui Silva foi deputado estadual, todo mundo veio me falar e eu falei, não, tem muito cidadão em Assis,

eu sou padre, ainda estou começando como padre, começando a trabalhar, eu brincava: ‘estou começando a aprender a ser padre’ não quero esse tipo de política. Então, todos nossos somos essencialmente políticos, o homem é um ser político. Depende, então, da forma como você encara. Politicagem, partidarismo, não. Mas por exemplo, lutar pra por uma escola, lutar por uma santa casa. Eu não estou fazendo política, eu chamo de apostolado. Então, a faculdade, o protestante achava que eu estava querendo ser professor na faculdade, eu? Eu não tenho título nenhum, eu leciono no seminário, não tenho nenhuma pretensão, estou oferecendo [o prédio da diocese para instalação da UNESP]. Só que eu vou alugar, porque no Brasil, quando o governo pega um prédio, ele não larga mais, então eu falei: estou aqui com um contrato, vou alugar o prédio por 50 reais. Cinquenta reais é uma palhaçada, né, pra um prédio de três andares novinho? Para conservar o direito de propriedade. Porque eu esperava que quanto antes o Zeca [deputado federal José Santilli] fizesse o prédio saísse e a gente voltasse de fato a ter o Santa Maria. Distinga sempre bem: você é política, sem querer você tem que ser política, os seus estudos, você está fazendo pros outros.

APÊNDICE III – Entrevista com dom Antônio de Souza, bispo emérito de Assis.

Assis, 06 de abril de 2015

Assunto: Envolvimento da diocese com a política da cidade de Assis e da Igreja com o Regime Militar

O senhor veio para Assis para ser auxiliar de Dom José Lázaro. Quais as características mais marcantes de D. Lázaro?

Dom José Lázaro, a primeira palavra: foi um bispo autêntico. Segunda palavra: todo entregue à causa da Igreja. Para confirmar sua causa todo entregue à Igreja, ele foi semelhante a um esposo. A diocese de Assis foi esposa dele. Um homem totalmente dedicado ao bem do rebanho. Com isso qual é a consequência, se eu me entrego todo ao rebanho? Eu esqueço de mim mesmo, portanto, desprendido das coisas. Tinha lá sua roupinha, lá, não tinha dinheiro no banco, só o suficiente para uma emergência. Se tem uma virtude de dom Lázaro: desapego às coisas do mundo, uma virtude extraordinária, muito amor aos irmãos, às irmãs e à Igreja. E humildade! Falar de dom Lázaro e esquecer da humildade [balançando a cabeça negativamente]. E pessoa culta. Embora não tenha

títulos, ele renunciava os títulos, falava fluentemente várias línguas. Francês escrevia correntemente, dominava a língua portuguesa um grande teólogo, embora não tivesse o título de doutor era um homem culto. Culto e santo, dedicado ao bem do rebanho. Agora, não tinha uma qualidade que é muito necessária nos dias de hoje: abertura! No meu tempo eu já cheguei com isso. Subia a Rui Barbosa [principal avenida da cidade], não que eu estou me elogiando, mas é que precisava e ele não tinha. Andava sempre de cabecinha baixa, assim, eu já dou um grito: oh, você, você não vai à missa, não? Hoje precisa... Ele não tinha aquela abertura suficiente assim, né, abertura é estar aí, né? Não era um homem presente assim nos diversos setores, presença física não, reservado, um tanto reservado. Usaria essa palavra, reservado. Por que ele estava mais nos concílios antigos, o padre mais de reza, mais discreto. Isso é certo mas devemos conciliar duas coisas: isso com o moderno: precisa de reza mas precisa estar no meio do povo, hoje o padre precisar ser totalmente de Deus mas a serviço do povo e no meio do povo. Não basta bater sino, dizer a missa é aqui, a missa pelo rádio pela televisão não basta. É uma presença assim, discreta. Eu ainda hoje desço a Rui Barbosa, sem ter que comprar nada. “Oh, Carlos, você está aí ainda?” – “oh, Dom Antônio o senhor me cumprimentando?!”. Eu acho que o povo de Assis é um pouco marcado pelo respeito excessivo ao clero. Isso vêm de dom Lazaro, porque viveram mais naquele tempo, eu já vim um pouco mais aberto, não estou criticando Assis, há a marcha do tempo em todo o lugar. Uma vez, andando a pé cumprimentei um homem e ele não respondeu. Eu quis saber porque ele não me cumprimentava e ele disse: “quem sou eu para cumprimentar o bispo?” Aí eu caí do cavalo. Acho que isso aconteceu porque aqui foi bispado muito cedo, numa época em bispos eram príncipes. Aqui quando o bispo entrou era suntuoso, chapéu pra cima e pra baixo, luzes por todo lado, aqui tem essa marca, Assis tem essa marca.

Nos anos da ditadura militar a Igreja acabou por se envolver com a realidade política e social....

Sim! E foi perseguida, ainda que veladamente foi perseguida. A Igreja foi a única que enfrentou os militares. A CNBB sobretudo. A presidência da CNBB naquele tempo era sempre gaúcha, naquele tempo eram os gaúchos! Dom Ivo [Lorscheider] enfrentou Geisel. Eles estavam discutindo, Geisel falava uma coisa, dom Ivo falava outra, Geisel disse: “sabe de uma coisa: lugar de padre é na Igreja!”, “o senhor quer que eu diga uma coisa pro senhor: lugar de militar é no quartel, vocês não sabem governar!”, Dom Ivo falou pro presidente da república. Gaúcho, dom Ivo era Gaúcho.

Foi um tempo difícilimo na igreja, um tempo em que militares viviam sondando e também nós fazíamos as reuniões meio secretas nós também ficávamos sondando. Inclusive espiões, nós sondamos muito.

Inclusive aqui em Assis, dom Antônio?

Em Assis quando eu cheguei já estava mais tranquilo, foi um pouco antes, foi mais tranquilo. Eu estava nessa época em Ribeirão Preto. Nós fomos vigiados pelos militares, agora, eles foram maus? Não, militar é militar, dever deles. Não estranhemos nada, dever deles. Eu tive um companheiro que foi sequestrado, levado para o mato, arcebispo de Porto Alegre, a gente não sabe como, provavelmente pelo governo, corajoso, gaúcho. Imagine, sequestrado, levado para o mato? E deixaram lá, ele contou isso numa reunião da CNBB. Ele falou que ele foi levado no mato, mas ele conhecia o mato de porto Alegre. Duas horas da manhã, se vestiu como pôde, tinham o deixado nu, ele se enrolou, não lembro numa toalha. Não era muito longe da cidade, logo que ele chegou ele viu uma igreja e tinha dentro dela uma fresta de luz acesa lá dentro. Aí ele empurrou a porta e sabe o que ele viu? Eu fiquei edificado! Eu fiquei feliz! Sabe o que ele viu? Ele viu o pároco daquela igreja acordado, que pegou o Santíssimo e estava adorando o Santíssimo de madrugada. Eu nunca esqueci disso, ele disse e eu nunca esqueci disso. Disse que era um pároco zeloso, estava tentando resolver algum problema, ele disse que foi entrando devarinho, o padre o viu, o abraçou, choraram juntos, porque ele estava naquela situação. Bonito, né? Dom Vicente Scherer, escrevia no Estado de São Paulo, era um homem perigoso, perigoso para os militares, Dom Vicente Scherer!

A partir dos anos 60, um novo impulso com Medellín traz o discurso da justiça social para a pauta da Igreja. Padres foram acusados de subversão...

Mais nos anos 70, eu me lembro, quando já estava bispo. A Igreja não tinha nada contra o governo, nada, em defender o homem e a mulher, evitar prisões inúteis, tortura, só isso, mais nada. E também, fazendo isso até hoje, se possível pela justiça social. Dignidade do salário, respeito ao menor, respeito à mulher. Que não o principal, o principal da CNBB é o evangelho, a palavra de Deus, mas tudo o que interfere ela também cuida, por exemplo, o maltrato ao ser humano é contra o catecismo

De fora da instituição, o posicionamento dos bispos começou a ser categorizado entre progressistas e conservadores. Dom Evaristo Arns...

Um progressista! Dom Arns era tido como progressista, tinha um também aqui em São Paulo, bispo de Bauru, dom Padim, dom Scherer. Agora conservador era aquele cardeal do Rio, né, Oh, aquele era conservador, Dom Eugênio Salles, um modelo do

conservador. É uma linha que tem que também ser respeitada, não pode deixar de existir! Se tiver só a ala pra frente não há meio termo.

O bispo era uma referência para alguns perseguidos políticos aqui em Assis. O senhor acha que a Igreja local pode ter uma participação na proteção dessas pessoas?

É, eu acho bonito a paz. Não consta que o episcopado quisesse derrubar o governo ou alguém, nunca se usou esse termo, sempre se procurava o direito do pobre, o direito do ser humano. Nós temos que lutar por isso! Não podemos deixar nossos irmãos e irmãs, batizados como nós, ser oprimidos. Era isso que contava. Não se pensava na ‘ruindade do Geisel’, não, ninguém falava isso, na ‘ruindade do Médici’. Pensávamos sempre no pobre, no simples, no humilde, eles precisam ter dignidade, precisam se alimentar. Dói pra nós bispos, nós somos formados na parte humana. Aliás essa é a primeira característica que deve ter um padre é ser humano. Gente chata não deve ser padre, pode ser culta intelectual, mas se não for humano não serve.

Aqui em Assis tinha comissão de Justiça e Paz quando o senhor chegou?

Não, não tinha. Nem comigo tinha um grupo assim. Mas tinha um grupo que eu elegi que era para acompanhar um pouco a teologia da libertação, padre Liburgi, um religioso, um capuchino de Cândido Mota para acompanhar um pouco mais de perto, isso tinha.